P.e José de Castro
(Da Academia Portuguesa de História)

A SANTA CASA DE BRAGANÇA

II

1948

P.e José de Castro
A SANTA CASA DE BRAGANÇA
1948

Ao muito querido amigo P.e
José Manuel Fiúza, com muita a-
braços saudosos

J. Cassa-1

Bragança
21-5-948

A SANTA E REAL CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

P. JOSÉ DE CASTRO

(Da Academia Portuguesa da História)

A SANTA E REAL CASA DA MISERICÓRDIA DE BRAGANÇA

II

Tip. da «União Gráfica»
Rua de Santa Marta, 48
LISBOA — 1948

Do autor:

A Roma e à Terra Santa (5.º milhar) esgotado
São Francisco de Assis (2.ª edição) — 9.º milhar — esgotado
Terras de S. Francisco (6.º milhar)
Portugal em Roma — Vol. I (3.º milhar)
Portugal em Roma — Vol. II (3.º milhar)
D. Sebastião e D. Henrique (2.º milhar)
O Prior do Crato (2.º milhar)
O Cardeal Nacional (esgotado)
Portugal no Concílio de Trento — Vol. I
Portugal no Concílio de Trento — Vol. II
Portugal no Concílio de Trento — Vol. III
Portugal no Concílio de Trento — Vol. IV
Portugal no Concílio de Trento — Vol. V
Portugal no Concílio de Trento — Vol. VI
Bragança e Miranda (bispado) — Vol. I
Bragança e Miranda (bispado) — Vol. II
Venerável Bartolomeu dos Mártires (esgotado)
Associação dos Artistas de Bragança
A Santa Casa de Bragança

No prelo:

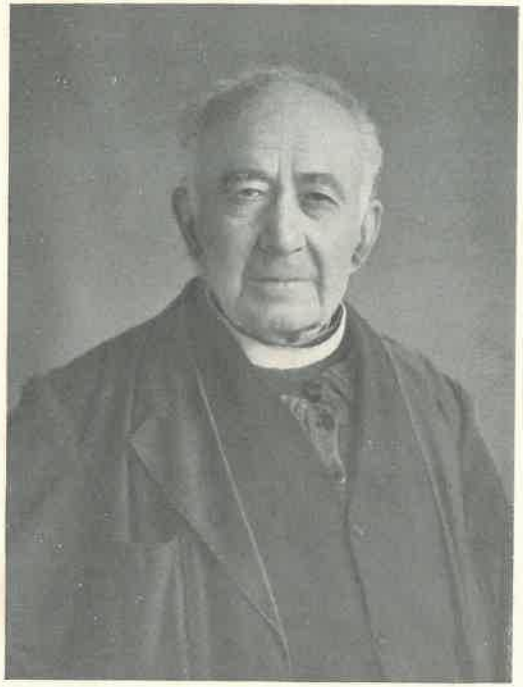
Bragança e Miranda (bispado) — Vol. III

À queridíssima e veneranda memória
do Padre Francisco Manuel Alves — *Abade de Baçal*
— o maior bragançano de todos os tempos

O. D. e C.

o

autor



P.e Francisco Manuel Alves (Abade de Baçal) a cuja memória é oferecido este livro

PREFÁCIO

Gostou muito o Abade de Baçal que eu publicasse o livro sobre a «Associação de Socorros Mútuos dos Artistas de Bragança», e, por vezes, lamentou que eu, por míngua de materiais, não pudesse fazer o mesmo à Santa Casa da Misericórdia. Seria um trabalho interessantíssimo, muito digno de aparecer ao lado da obra «Bragança e Miranda», dizia-me.

A par da lamentação do Abade, surgiu o desejo insistente de bragançanos ilustres — Dr. Francisco Martins Morgado, Dr. Francisco Moz e José Furtado Montanha — que, após alguma hesitação, me levou a um penoso e demorado estudo — tão penoso que ainda agora me assusta — do qual resultou este livro, apresentado agora ao público.

Com muita frequência indagava o Abade do estado das pesquizas, das conclusões a que chegava e da arrumação dada ao assunto, não obstante atormentado pela gravidade da sua doença. Quero ver, dizia-me, como vós conseguis fazer um trabalho de reconstituição histórica apenas com relações de receita e despesa.

A amizade e admiração que sempre tive pela sua extraordinária personalidade, juntas à grande mágua que continuo a ter pela sua morte, bem certo de que, no dia 13 de Novembro de 1947, morreu o maior bragançano de todos os tempos, *levou-me a dedicar à sua* queridíssima e veneranda memória *este livro que, pela natureza e finalidade do assunto, terá certa utilidade e repercução.*

Parece-me bem que, no prefácio deste livro, eu deva consignar as palavras justas, merecidas e exactas, por mim proferidas na sessão de homenagem da Casa de Trás-os-Montes e Alto Douro, em Lisboa, no dia 13 de Dezembro passado, trigésimo dia da sua morte; e não é desacertado que, ao lado da história da Santa Casa da Misericórdia — a obra mais interessante da cidade — fique a seguinte página histórica sobre a pessoa do Abade de Baçal cujo interesse subirá com o decurso dos tempos e, por isso mesmo, com a chamada Justiça da história.

* * *

«O Dr. Luís Rodrigues, Governador Civil substituto do Distrito de Bragança, palestrando comigo acerca do Abade de Baçal, disse que o Doutor Manuel Paulo Mereia, seu professor da História de Direito Português, na Universidade de Coimbra, recomendou ao seu curso que, nos ócios das férias, descobrissem forais. O Dr. Rodrigues falou ao nosso Abade que, a seu tempo, lhe mandou uma lista. Ficou encantado o Professor Mereia, e, em lição adequada, disse da sua admiração pelo Abade. Por insinuação do Dr. Rodrigues, o Abade ofereceu-lhe os quatro primeiros tomos, e o Doutor Mereia, a 6 de Agosto de 1927, agradeceu-lhe a dádiva com estas palavras:

«Por amável oferta de V. Ex.ª possuo os quatro tomos das «Memórias-Arqueológico-históricas», obra que tenho em muita estima e que, sem o menor vislumbre de lisonja, considero um auxiliar precioso e imprescindível de quem quer que, entre nós, empreenda estudos históricos com probidade e consciência. Pelo menos eu não a dispenso, compulso-a a cada momento, e dela tenho extraído utilíssimos elementos».

A opinião do insigne medievalista vale por uma glorificação, e fica muito bem ao lado do notório apreço de Emílio Hubner, fundador da arqueologia. Entre eles existiu correspondência epistolar de recíproca admiração científica que, infelizmente, os ratos souberam roer em grande parte.

O valor histórico e arqueológico do Abade de Baçal toma relevo impressionante se considerarmos que ele trabalhou «sem apoio nos estudos dos cientistas, relativos à geologia, à mineralogia, botânica, zoologia e outros ramos do saber, longe das bibliotecas e dos arquivos onde se encontram as fontes que importa averiguar, não dispondo nem do tempo nem de meios pecuniários para as ir buscar, e não poder aproveitar-se do convívio cultural dos grandes centros», como tão justamente disse, no sector de ciências da nossa Academia, o notável académico Doutor Silva Carvalho que, à História da Medicina, tem dedicado anos de intensa actividade.

Com exactidão se pode afirmar e garantir que o trabalho do Abade de Baçal é quase único no nosso País. A sua obra colossal não é só constituída pelos II tomos das suas Memórias. Além da sua colaboração erudita em 20 jornais e 7 revistas, escreveu 12 opúsculos sobre assuntos vários: monografias de vilas, como Moncorvo e Vimoso, trabalhos de apologética, como a defesa do bispo Dom José Mariz e o trabalho regional, «A Restauração de 1640 no distrito de Bragança». No seu espólio foram encontrados três manuscritos que, a seu tempo, terão a merecida e desejada publicidade. Comprende-se bem porque os institutos científicos e literários do País, e alguns do estrangeiro, lhe disputaram a honra de o ter no rol dos seus membros mais ilustres.»

Nesta hora de luto nacional para a cultura portuguesa, têm-se desfolhado sobre a sua veneranda memória, palavras de nobre justiça. Todos que da sua obra se têm ocupa-

do, lhe passaram certificado de intelectual, na mais pura acepção do termo, dando a máxima importância à sua obra incomparável, mina riquíssima de notícias e esclarecimentos, próprios a auxiliar valiosamente quem, em todos os sectores da vida da nossa província, pretenda reconstruir o nosso passado. Hoje como amanhã, e amanhã como hoje, se admira e exaltará a obra que lhe consagra, a par de um labor beneditino, a erudição baseada principalmente na probidade e no escrúpulo. Honesto em tudo o Abade, tinha, portanto, em si e nos seus escritos, a mais difícil das honestidades — a honestidade intelectual.

Com notável brilho e verdade, escreveu o Professor Doutor Vitorino Nemésio: «Uma obra de erudição vasta e consistente como a sua, um labor de indagação de tudo o que importa ao estabelecimento de uma tradição provincial, ia abrindo caminho e fez escola. A sua sombra sente-se que anima e serve de exemplo ao patriotismo local. As suas «Memórias» tornam-se, naturalmente, o pergaminho da altivez trasmontana».

Não podia o Professor Nemésio dizer melhor. O Abade de Baçal, sem que o pretendesse, passou a ser, para todos nós, a nossa melhor vaidade, o nosso regional orgulho, a nossa bandeira, o santo querido do nosso bairrismo. E se amar é dar, se amar é imitar, se amar é imolação pelo ideal, aqui estou eu para afirmar que, seduzido pelo seu exemplo, alguns anos e muitos sacrifícios tenho passado e feito para dar, no campo da cultura histórica, ao bispado e à terra, muito da minha vida e o pouco da minha bolsa.

Não importa, para o caso, a quantidade e a qualidade. Interessa dizer que pouco ou muito, bom, sofrível ou mau, é dado e feito por amor ao distrito, à cidade, à aldeia onde vive, graças a Deus, a raça da nossa gente e a gente da

nossa raça, dentro da agrestia dos nossos montes, e à roda e à sombra dos nossos campanários.

Não é atrevida esta afirmação: o prestígio do nosso Abade ainda não é o que merece, ainda não está definitivamente consolidado, nem a sua pessoa devidamente apreciada. Mas o prestígio consolidar-se-á e será cada vez maior na medida em que os estudiosos se ocuparem do distrito. Suceder-lhes-á o mesmo que a mim sucedeu. Então a sua figura intelectual, científica e regionalista tomará imensas proporções, e será, para nós, tão agigantada, como o sempre consultado Dom António Caetano de Sousa, notabilíssimo oratoriano.

Vem a talho dizer que o nosso Abade se fez paleógrafo por si mesmo. Dotado de uma paciência de santo e de uma formidável memória visual, não se lhe dava de gastar meio ano na leitura de um documento medieval. Paciência, memória, intuição histórica, enfim — uma grande vocação.

Sinto particular prazer em lhes narrar o seguinte facto. A embrulhar uns quilos de bacalhau, um pergaminho roto, delido e sugíssimo. De Baçal a camponesa, fez do pergaminho um presente ao Abade. O Abade rejubilou. Beijá-lo-ia, se não estivera tão imundo. Conseguiu lê-lo, estudou-o, e concluiu que, no governo diocesano de bispo, Dom António Pinheiro, houve em Bragança, o Colégio de São Pedro, fundado em 1561. De raciocínio em raciocínio, pôde reconstituí-lo, onde era e como era. Mais nada sobre a matéria. O assombro está em que, pela larga documentação por mim encontrada no Arquivo Secreto do Vaticano, pude verificar o faro histórico, a inteligência penetrante e a enorme capacidade de raciocínio do nosso Abade. O pergaminho roto, quase desfeito e sugíssimo, dera, ao Abade de Baçal, uma

certeza e uma evidência que não foi desmentida pelas preciosas fontes do Vaticano.

Diga-se agora o que todos sabem. Este sábio era padre, um padre de iniciativa, amigo do seu povo e da sua classe. Neste padre, um sábio e uma pessoa de bem. Esteve em Mairos, concelho de Chaves, desde 1889 a 1896; e em Baçal, concelho de Bragança, esteve desde essa data até à morte. Mairos foi, portanto, o seu primeiro amor paroquial. Foi em Mairos que atou a sua amisade com o Presidente da República, Sua Excelência, o Senhor Marechal Carmona, e foi lá que deixou um perpétuo documento da sua actividade pastoral — a capela do Senhor dos Aflitos. Fez em Mairos o que, mais tarde, faria na freguesia de Baçal onde ergueu, na colina a cavaleiro da aldeia de Sacoias, a capela de Nossa Senhora da Assunção.

O Abade, sempre que falava, porejava ciência sem querer. As expressões «bisantino, românico, histórico, pré-histórico, proto-histórico, gótico, visigótico, antes de Cristo, depois de Cristo», saiam-lhes dos lábios, e caiam nos ouvidos daquela boa gente que as emprega como fazendo parte do idioma do paraíso. O idioma do Senhor Abade. Cinco anos depois da inauguração da capela referida, em 1910, fui pregar eu. Eu era, naquele tempo, um rapaz. A capela ainda não tinha reboco, e o pavimento era térreo. No altar de rústica pobreza, uma Nossa Senhora muito ingénua, muito sem feições, muito não sei quê, uma imagem cujo escultor fizera, decerto, promessa de não a apresentar numa exposição de arte...

No regresso a Sacoias, falei ao juiz da festa na igreja e na imagem.

— A igreja...: assim... assim, mas a imagem... disse eu.

Mas o juiz atalhou convictamente: — Está muito enganado porque é muito boa, muito antiga. Não há outra por aqui. Cá para mim é de duzentos anos antes de Cristo!...

Escusado é dizer que fiquei arrazado.

O Abade de Baçal foi sempre um padre digníssimo. A opinião pública apontou-o sempre como padre exemplar e eminente. Quase todos os bispos lhe quiseram bem, todos o admiraram e alguns o visitaram. Nunca foi repreendido, nunca foi censurado. Fizeram-no reitor e abade, e morreu, como viveu, em pleno uso das suas jurisdições. Não se pode dizer mais? Pode. Quando da glorificação, em 1935, promovida pelo distrito, o bispo Dom António Luís de Almeida, em documento público e solene, associou-se à glorificação, declarou-o benemérito e promoveu-o ao título de Abade. Não se pode dizer mais? Pode. Quando a Lei de Separação de 1911 entendeu que o clero português era objecto de compra e venda, o Abade de Baçal, digno como a própria dignidade, recusou a pensão, e doeu-se muito que um primo seu, Abade de Cicouro, a tivesse aceitado. Iniciara o Abade de Baçal o volume IV das «Memórias» antes da Lei de Separação, e dedicara-o ao primo. Concluiu-se o volume depois da Lei. Que faz o Abade de Baçal? No fim do volume, estigmatiza-o com estas palavras de fogo: «Este volume vem oferecido ao Senhor Abade de Cicouro, oferta que damos como de nenhum efeito, por razões que ele e muita gente sabe, enquanto não voltar a ser o nosso primo muito caro de outros tempos, volta que a sua dignidade e pundonor urgentemente estão reclamando».

Esta atitude prova violentamente quanto o Abade presava a sua dignidade e a dignidade dos colegas. Espírito independente, apaixonado pela liberdade intelectual, era muito da confraria dos colegas e dos amigos.

No caminho do Lombo, de Montezinho para França,

O senhor Mario de Saa não se amofinou com a exclamação do Abade diante dos dois a a do seu apelido. Tratou-o, admirou-lhe o saber, e ficaram amigos.

Que qualidades hipnotizantes tinha o Abade para concentrar à roda de si, a ternura dos pobres, a admiração dos ricos, a luz dos intelectuais, a simpatia dos artistas, e até a graça das senhoras?

Tem-se dito e redito que o Abade de Baçal era um inconformista com a vida social, uma espécie de ouriço cacheiro nos ambientes confortáveis e luxuosos. Ele não era um inconformista. Era, isso sim, um je m'en fichista perante as pequeninas e grandes exigências sociais, e estava sempre muito à sua vontade. Depois das festas em sua honra, em Abril de 1935, fácil foi convencer o Abade da obrigação de vir a Lisboa agradecer ao Senhor Presidente da República, as provas de apreço por Sua Excelência dadas no momento; nem lhe foi difícil dispender umas centenas de escudos para uma roupa, digna de entrar nos salões do palácio de Belém. Tudo muito bem, só as botas muito mal. Desde que as comprara, nunca a graxa passara por elas. Notaram isto o Dr. Raul Teixeira e o saudoso Dr. Francisco Correia, no Largo do Rossio. Mas as botas estavam de tal modo que resistiram à primeira investida do engraxante...

De outra feita, a convite da Liga de Profilaxia, uma conferência do nosso Abade no salão de festas do Clube dos Fenianos, do Porto, sobre o intercâmbio de Portugal e Galiza. Na tribuna o Dr. António Pires Quintela a ler a conferência, como ele sabe ler — autêntica leitura de artista — e fazendo parte da Mesa o Abade de Baçal. Na primeira fila, duas senhoras aflitas porque o riso pretendia desatar-se em gargalhadas. Que sucedera? Elas tinham visto que

o Abade calçara meias de duas cores: — num pé, uma meia branca; e noutro pé, uma meia vermelha.

Ora isto não significa inconformismo; exprime um autêntico não-te-rales, próprio de quem não cuida de cousas insignificantes.

Suponho que acerca do Abade, é melhor dizer assim: o Abade de Baçal era soberanamente grande, e, por isso, era grande em toda a parte. Grande na aldeia, e grande na cidade. Grande no seu cardanho, e grande numa roda de senhoras. Sem o sentir, sabia estar; e onde estava, estava bem. Sabia estar com toda a gente, e toda a gente saía encantada. Sabia estar em toda a parte, e, em toda a parte, era sempre o primeiro.

Em duas circunstâncias solenes, vi o Abade: num salão de senhoras, portadoras de nomes aristocráticos, e num jantar do maior requinte e apuro — nas iguarias, na baixela, no serviço e nos convivas. O Abade de Baçal foi grande, sem deixar o tratamento de vós. Deu a impressão, pela simplicidade e espontaneidade, que nascera em palácio ducal, e sempre se assentara à mesa de príncipes.

Que qualidades tinha, então, este homem? pergunta-se novamente.

Este homem tinha em si todas as soberanias. Daí a sua realeza.

Vejamos:

Com um grupo de amigos, deu uma volta pelo País. Bons hoteis, bons solares, festas ao Senhor Abade. No Buçaco, instalaram-se no Palace Hotel. No fim de jantar, o champanhe. E depois deste, palestra na varanda manuelina, em frente dos cedros, formosamente verdes. Assunto? Impressões do hotel e do banquete. Qual a do Abade? Vira-se para o Dr. Raul Teixeira, e diz-lhe: Olha, Raul, es-

creve ao Padre António que vá pondo em venda aquele lameiro que tenho na estrada de Rabal.

A sua sinceridade. Subsecretário das Finanças, o ilustre trasmontano Doutor Águedo de Oliveirà. Em Bragança, foi recebido este membro do Governo com certa solenidade no Museu. Grande roda de amigos, chefiados pelo Abade que, ao champagne, leria uma saudação, adrede feita pelo Dr. Raul Teixeira. Começou de lê-la o Abade. Porque a luz era insuficiente, o Abade voltou-se para o Dr. Raul, e disse-lhe: — Como foste tu que a fizeste, acaba tu de a ler que eu não posso.

Fez isto com tão elegante sinceridade, que todos acharam muito bem.

Mais ainda. O Abade estava no Porto. Com o seu grande amigo, Dr. Raul Teixeira, foi de passeio a Leça. As botas de borracha, altas até à coxa, dos pescadores que iam para o mar, puseram-no em delírio. Botas iguais servir-lhe-iam para os lamaçais de Baçal, para os charcos de Vale de Lamas, saltaria com elas as enxurradas e poderia até vadear os ribeiros. À Rua da Alfândega, foi comprar umas. Ajustado o preço, perguntou: — Quanto tempo duram? — Olhe, senhor Abade, respondeu o negociante, quanto menos as limpar e lavar, mais duram. E o Abade: — Se o senhor me conhecesse, escusava de me fazer essa recomendação.

Ao Abade não faltava a soberania de conversador. Palavra singela, ática, profunda, levemente irónica. A palestra saía-lhe límpida, escorreita, espontâneamente erudita, ilustrada, aqui e além, com anedotas de sabor gracioso, quase sempre em espanhol, a que chamava lhonas, ditas com chiste, e sublinhadas pela vivacidade dos seus olhos castanhos.

Se alguém introduzia uma afirmação, logo vinha ele

a corroborar, a rectificar ou negar com razões eruditas de causar assombro.

Ainda últimamente lhe disse: — Não sei porque, senhor Abade, se chama, entre nós, burro aos estúpidos, quando na Ásia Menor o burro simboliza a inteligência, e na Bretanha se apresenta como a viva expressão do bom senso.

— E vós tendes razão, acudiu logo o Abade.

Após um autêntico luxo de erudição, sobretudo de ordem histórica, ilustrou a tese com factos, ocorridos com a sua jumenta. Prendeu-a na loja. Com os dentes roeu a corda, e com os beiços tirou o caravelho à porta. O rapaz que a levou ao lameiro, escondeu na parede a merenda e cobriu-a com uma lage, para mais livremente ir armar esparrelas aos pássaros. Quando o rapaz foi buscar a merenda, viu que a jumenta, com os beiços, removera a lage e comera a merenda.

A conversa do Abade revelava, a um tempo, clareza intelectual, espírito vivaz, frescura de memória, verve espontânea e humor muito saudável.

À limpidez do seu carácter, à sua bondade impenitente, ao seu aprumo moral e físico, ao seu trato lhano, à franqueza e lealdade dos seus actos, à devoção pelos amigos, à sua prudência e juízo imparcial, se podem e devem pedir responsabilidades da enorme legião de amigos e admiradores, espalhados em todos os sectores da opinião pública portuguesa.

O Abade dominava pela modéstia. A 1 de Setembro de 1930, foi avisado pela Chancelaria das Ordens Portuguesas que, por proposta do Ministro da Instrução, fora agraciado com a comenda da Instrução Pública, e deveria, por isso, enviar 410 escudos. Que fez o Abade? Nada. Nem respondeu.

Quando da festa da sua glorificação, a 9 de Abril de 1935, a bolsa do distrito abriu-se para custear-lhe um monu-

mento, trabalho magnífico do escultor Sousa Caldas, inaugurado diante dos maiores valores intelectuais do País. Que fez o Abade? Assistiu à sua apoteose? Não. Escondeu-se, e escreveu uma carta ao Dr. Raúl Teixeira. «Raúl amigo. Sabes quanto te estimo, e sei quanto te devo. Mas perdoa-me, não tenho coragem de assistir à festança do busto; ainda pensei que podia, mas impossível, não posso, não pego nos nervos, caio fulminado se lá vou...

«Terminada a parte referente ao busto, estou pronto a tudo; apareço no museu sem falta, e aguento até final».

Não viu o busto naquele dia. Os seus olhos nunca pousaram no monumento, apesar de ter vivido mais 12 anos.

Foi como prometera à sessão solene onde grandes valores da nossa terra puseram em evidência as suas raras, lindas e extraordinárias qualidades. Deixou-se condecorar com o grande oficialato da Ordem de Santiago; e, depois, no fim da apoteose, não proferiu uma palavra. O seu silêncio valeu mais que a prata da sua palavra — foi de ouro.

Foi bairrista no sentido nobre da palavra. Ser bairrista para ele, no sentido mesquinho, era tacanhez de espírito por envolver má vontade contra outros distritos. Portugal foi sempre o seu grande amor. Depois da pátria grande, a pátria chica. Que outros fizessem pela sua terra, o que ele fazia pela sua.

O eminente sábio, Professor Egas Moniz, em discurso memorável de há dias, proferiu estas palavras de ouro: «Foi investigador de arqueologia e história de alta envergadura, a quem o País, e em especial a sua província de Trás-os-Montes, devem altos serviços. Homem simples e modesto. Extraordinário trabalhador, arqueólogo, etnologo e historiador esmiuçava, como poucos, os assuntos que estudava. Os seus II volumes são um repositório de muitos e bem documentados

estudos que ficarão, através dos tempos, a celebrar o seu nome». «Como bom trasmontano, vivendo em áspera paisagem pedregosa, às lages ia buscar fonte de ensinamento onde os olhos dos viandantes não encontravam motivo de detença ou observação».

Dias antes de morrer, perguntou-me: — Já vistes o IIº volume?

— Já. É o mais precioso de todos. O capítulo das superstições e crendices vale o livro, Senhor Abade.

Olhos felizes me deitou o santo varão, e acrescentou: — É isso mesmo. Eu também penso assim.

Era profundamente bairrista, no sentido português e no sentido trasmontano. Insistentemente o convidei a ir a Roma onde teria excesso de material para as suas pesquisas. Resposta: — Isso não me interessa. Eu só quero saber de Portugal servindo Bragança, eu só quero saber de Bragança, servindo Portugal.

Os traços dominantes da sua grande personalidade, podem ser abraçados e resumidos por estes dois — sabedoria e virtude.

Viu-o bem o saudosíssimo amigo de Portugal, o brasileiríssimo autor da «Maria Bonita» e «Fructa do Mato», Doutor Afrânio Peixoto que muito o tratou durante a sua estadia em Bragança. Dele disse, no seu livro «Viagens na minha terra»: «É um sábio e um santo. O homem parece um castanheiro secular, de um desses soutos de Trás-os-Montes. Um pedaço de homem, alto, corpulento que tem 80 anos e, se o deixarem, irá aos 160. Rude e primitivo, como uma lasca de pedra de dolmen ou anta, plantada em terra erma. Ingénuo e bom, como uma velhinha devota porque lhe deram um caldo de carne à sexta-feira». «Por tudo, esse homem é admirável, e mais, é único. Não creio que haja outro assim, simples e sábio

como um filósofo grego. Pobre e desprezador de bens e honras, como um eremita cristão, ou arcaico mínimo franciscano».

Mas eu creio que, no corpo do montanhez, nado e criado na agrestia de uma aldeia e no desabrigo da sua casa, contando no lombo quase 83 anos, havia uma alma lírica de 20 anos, havia uma alma deliciosamente franciscana, ou melhor, havia um misto de trapista e franciscano.

Sem nunca ter entrado numa trapa, vivia aquelas máximas que São Bernardo mandou escrever no refeitório de Chiaravale: «Nous sommes ici pour gagner le ciel si beau que possible. Le plaisir de mourir sans peine, vaut bien la peine de vivre sans plaisir». *E o Abade ganhou o céu porque viveu e morreu como um justo. Morreu sem pena porque se deu à pena de passar uma vida longa, dividida entre o trabalho manual e o estudo dos manuscritos e das pedras.*

Estudo, trabalho e oração são a trilogia do trapista. De manhã e à tarde, oração. Durante o dia estudo e trabalho que, com olhos em Deus, são modos de rezar. «Depois do almoço, escreveu algures o Abade, e antes do luscofusco, passo duas horas na cortinha, sachando, mondando, sementando, regando, hortando, levantando pedras, tapando boqueiros, limpando árvores, podando videiras, rachando madeira para a lareira, preparando aprestos agrícolas, antes de entrar na labuta literário-paroquial».

Era ele que semeava, e comprazia-se em ver crescer as alfaces, as couves e os repolhos. Na horta, tudo era filho do seu amor, sobretudo um repolho que era o mais dobrado e mais viçoso. Aquele repolho era o seu orgulho de hortelão. Um dia, ao vê-lo roído, todo ele, o Abade, era uma fúria.

— Se a apanho, mato-a.

— Mata o quê, Senhor Abade?

— Aquela ladra. A lebre. Aquela sugeita que me dá cabo da horta.

E depois reflecte: — Para que matá-la, se ela tem direito à vida?

Sem tirar nem pôr, surgiu a meus olhos o trapista «Du Champ de la bataille à la trape» *que viu ressuscitados em si os brios belicos de antigo coronel, diante de uma lebre que lhe devorara uma couve-flor.*

Digam-me, agora, se o Abade de Baçal não tinha alma de trapista!...

Melhor. Tinha alma de franciscano. A casa do Abade!... Uma casa de linhas romanas, quadrada, com janelas irregulares para a rua, portas interiores para a varanda em todo o quadrado, e a varanda para o pátio onde muito à vontade estão os porcos, mail'a bezerra branca, a burra e as galinhas. Mas tudo irregular, tudo desarticulado, tudo a pôr o Credo na boca. À frente da casa, a coluna vegetal de um cipreste, a flor rara da murta, o arbusto do acanto a lembrar-lhe os capiteis da velha Grécia, tudo sombreado por negrilhos altos e seculares, moradia de melros e rouxinóis. A um canto do pátio, uma nespereira nababescamente adubada, e a espirradeira cor de rosa, certa de que, nem na India, sua terra de origem, nem nos jardins de gente rica, tinham as suas raízes mais opíparo banquete. À sombra dela um grilo afina, de quando em quando, o instrumento para saudar o pôr do sol.

Atrás da casa, um rústico jardim, debruado de alecrim e alfazema, mesa posta às abelhas infatigáveis. Mais atrás, uma cortinha onde o verde alface das videiras é relevado pelo verde duplo das oliveiras que ele plantara. A um canto da cortinha, um pompal; e junto deste, uma mesa tosquíssima— a sua secretária — e junto da mesa, um grande seixo que trouxera às costas de Lamelas, termo de Rabal a mais de três qui-

lómetros de distância, muito desconfiado de que o seixo era um rico exemplar arqueológico.

— Que luta para o trazer até Baçal! Se era a descer, bem estava, dizia o Abade. Eu o empurrava, e, aos poucos, lá vinha. Se era a subir, punha-o às costas, e eram uns metros de cada vez.

— E porque o não trouxe num carro de bois, perguntei.

— Vós não conheceis esta gente. Do seixo ninguém faz caso. Se o trouxesse no carro, o povo alvoroçava-se, julgando que valia uma fortuna. Trouxe-o às escondidas e de noite.

O Abade ainda se admirava do esforço empregado. Este seixo, côncavo na parte superior, era a cadeira onde o Abade se assentava de inverno para escrever ao sol, e de verão para escrever à sombra. Não trocaria o seixo pela mais rica e artística cadeira do mundo. Ao lado, e a trepar pelo pombal, uma roseira, e, em frente, a fazer-lhe companhia, debaixo da terra, o saudoso rafeiro, o Lafrau; em cima, estirado, na relva selvagem e macia, o Prinze seu companheiro de todas as horas, e a gata, a Muxeninha ensinando a dar saltos à Chibeca, sua filha.

O rafeiro e os gatos obedecem-lhe. Que pulem, e eles pulam. Que se deitem, e eles deitam-se. Que se vão embora, e eles vão-se, deitando para trás olhos de obediência desagradável.

Imaginemos o Abade de Baçal sentado no seixo, encostado ao pombal, com a guarda de uma roseira florida, tendo à frente o cão e os gatos, e no alto o voo e revoo das pombas queridas. Nada mais bucólico do que este cenário, nada mais franciscano do que o Abade. Como o Trovador de Assis, dá alimento às irmãs abelhas. Como o Pobrezinho de Deus com o lobo de Gubbio, traz à obediência o rafeiro. Como o

Autor do Cântico do sol, ama as pombas e zela pela sua alimentação. E tudo isto, encastoado no largo fundo de videiras, oliveiras e negrilhos, faz lembrar S. Francisco junto dos Cárceres de Monte Subásio, festejado pela colorida e canora corte dos pássaros, ou, se quiserem melhor, nas alturas do Monte Alverne no qual os pássaros o recebiam com aleluias de festa, ou ainda melhor, no vale alegre da Umbria sempre verde, a cantar, como em toda a parte, a irmã lua, o irmão sol, as irmãs estrelas, a irmã água e até a irmã morte.

Desafio quem tenha pena mais ordinária do que o Abade, e, no entanto, esta pena modelou monumentos de saber. Desafio quem tenha tido mais reles mesa de trabalho, convido a secretária mais rica a gabar-se de ter suportado mais páginas de sabedoria. Páginas de papel ordinário, de vários tamanhos, de várias cores porque o Abade, escrevendo sem rascunho, de qualquer papel se valia. Nos últimos anos, o papel era mais homogéneo porque encontrara utilidade no emprego das listas eleitorais que, pelo Governo Civil, lhe eram fornecidas aos milhares, aos pacotes completos.

Na pujança vital da sua cortinha, amanhada pelo seu labor de trapista, uma velha e doentíssima oliveira definhava junto à parede. Folhas escuras, azeitonas poucas e mirradas, galhos secos, tinha, dentro de si e fora de si, os sintomas da morte. O Abade toma-se de compaixão. A oliveira era filha de Deus. Raspa-lhe o tronco, amputa-lhe os galhos, liberta-a dos mamões, mata-lhe a sede de verão, mata-lhe a fome dia a dia, fertiliza-a ele próprio. E a oliveira sabe corresponder ao diário carinho do Abade, toma melhor cor, o tronco anima-se, as azeitonas são gordas e grandes e a folhagem tem a saudável cor da prata fosca. Diante das outras oliveiras, já é uma senhora de respeito; e o Abade, apresentando-a aos amigos, chama-lhe a oliveira do milagre.

De Baçal para Rabal, a frequência à escola primária; de Baçal a Bragança, as idas e vindas ao liceu e seminário; de Baçal para todo o distrito o Abade não conheceu outro transporte que o baratíssimo e higiénico cavalo de São Francisco — a pé.

Desde moço assistiu ao nascer do sol por detrás da espinha da Lombada, e ao pôr do sol por detrás da silhueta violácia das serras. E se ele, à guisa de S. Francisco, não erguia ao alto os braços, e da garganta de ouro, não saía, em jorros de harmonia, o Lodato sia mio Signor con tutte le tue creature, *sentia dentro de si mesmo a música silenciosa, doce e suave das almas que amam a luz e a vida porque a vida e a luz são filhas primogénitas de Deus.*

De Baçal a Bragança, o atalho do Moínho dos Padres, à beira do rio Sabor. Vinha por lá o Abade, muito cedo, e voltava por lá muito tarde. Àquelas horas, nos salgueiros e negrilhos, os rouxinóis têm a garganta mais afinada, a voz tem mais arpejos e mais requinte nas escalas. O Abade, ouvindo os rouxinóis, não trava, um despique de harmonias como São Francisco às margens do rio Arno. Fica de pé sobre a ponte, a recordar o bucolismo de Bernandim Ribeiro, e opina como S. Francisco, que a voz do rouxinol vence a voz do trovador.

O mesmo franciscanismo se nos depara na casa. Tudo tosco, tudo rústico, tudo pobre. Nas estantes desarticuladas e sobre tábuas bailadeiras moram livros, papéis, objectos de uso. A desordem das cousas é substituída pela ordem das ideias. Pelas paredes, a par de um relógio de sol, nomes dos visitantes, desenhados a pincel. É o relicário dos amigos.

Como o santo Trovador da Umbria, o Abade tinha pelas andorinhas um amor enfeitado pela lenda. Não arrancaram elas, de mansinho, os espinhos da coroa de Cristo, e, pelo horror da tragédia do Calvário, não se vestiram de luto por

todos os séculos? No beiral da varanda, estavam quatro ninhos à espera de quatro indefectíveis casais de andorinhas, e, ao longo do corrimão, o banquete de festa — o pão esmiuçado pelo Senhor Abade. À sua chegada, era-lhe delícia observar-lhes a descida em voos de linha quebrada que Vítor Hugo observou e descreveu, até chegar ao pátio, pipilando em redor da varanda, fazendo ao Abade círculos de afecto, muito certas que daquela casa eram elas senhoras e dominadoras.

A convivência com as andorinhas era diária. Não saíam sem dar os bons-dias ao Abade, a esvoaçar dentro da varanda, nem se amoitavam nos ninhos sem dar ao Abade as boas-noites da sua amizade.

Já muito doente o Abade. No alto, no céu azul, milhares de andorinhas, prontas para a longa viagem. Só as do Abade não têm pressa. Esvoaçam, pousam, pipilam. Tornam a esvoaçar, a pousar, a pipilar. São tentativas de despedida. Depois, como quem se arroja a um acto heróico, abrem corajosamente as asas, e, num voo de linha quebrada, vão juntar-se, lá em cima, às companheiras, seguindo com elas, a fita azul do rio Sabor e do rio Douro, para a longa travessia do mar.

As andorinhas voltarão na próxima primavera. Acharão os ninhos no beiral da varanda, poderão pousar nas lages pretas do telhado, talvez tenham mesa farta, mas não terão o Senhor Abade...

Como o seu coração de criança vibrava diante de um fio de luz, de uma réstea de sol, do palpitar das folhas, do zumbido das abelhas!... É que as abelhas voejavam em torno dele, pousavam-lhe na cabeça, passeavam pelo casaco e pela mão, nunca o picando, nunca o mordendo, talvez cientes de ter no Abade uma abelha humana a sugar, pacientemente, dolorosamente, heròicamente nos manuscritos e nas pedras,

o fácil, cómodo e utilíssimo mel da ciência para os... outros.

Não lhes dava, no inverno, como o seu homónimo de Assis, favos de mel nos eremitérios de Ravoaccino, em Siena, de Celas, em Cortona, de Monte Casal, na terra de Petrarca. Mas dava-lhes, na ourela do jardim e ao longo da cortinha, os arbustos que no inverno mal perdem a flor, e o próprio mel, por elas depositado, nos álveolos do seu cortiço.

Se o Poeta do Cântico do Sol palestrava com a irmã cigarra e com o irmão falcão que, no Monte Alverne, o acordava para Matinas, e, com a cigarra, e a irmã ovelha, entoava os louvores do Senhor, o Abade de Baçal palestrava com o seu pisco, um passarinho metade de um pardal, de cor cinzenta, vermelho no peito. Uma migalha de pão era para o pisco um lauto jantar. Ave emigratória, chega em Novembro e parte no fim de Fevereiro. O Abade esperava-o impaciente. No peitoril da janela do quarto, aguardava-o com migalhas de pão, e, com outras migalhas, esperava-o numa pedra junto ao escritório do pombal.

A sua chegada era um acontecimento no presbitério. O seu pio triste era uma alvorada de alegria.

— Padrinho, chegou o pisco, informava o Barnabé.

— O pisco chegou, padrinho, noticiava, jubilosa, a Luzia.

O Abade ia à sua procura. O pisco, vendo-o, voava para cima da pedra, fitava o firmamento, eriçava as penas como os cães alçam o rabo.

O Abade falava-lhe: — Como passaste a noite? Tiveste muito frio? Tens fome?

E o pisco, «envolvendo-me, escreveu o Abade no II° volume, com o seu olhar penetrante, aveludado, fulgente como esmaltado em fina pérola, na limpidez aquática, agita as asas, à semelhança do cão quando faz festas com o rabo, esboça aquele gesto tão seu de se lançar ao espaço, e solta o grito

tziu, tziu, como agradecimento dos meus disvelos». «Quando não tem fome, apanha o cibaco e vai debicá-lo para cima de uma pedra, ali perto, deixando-o cair muitas vezes e muitas vezes reapanhando-o».

Pensou o Abade que em breve morreria, e neste volume despediu-se do pisco, e desta maneira: «Pisquinho, meu pisquinho, pisquinho meu amor, a nossa convivência está por um fio. Brevemente marcharás para o teu habitat estival, e eu para o regelo dos 80 janeiros. Se, na volta, me não encontrares aqui na cortinha, procura-me, além no cemitério do adro da igreja; leva, à negra algidez do meu sepulcro, o brilho do teu olhar, o calor da tua amizade grata; devora as larvas nefastas das rosas e malvas que o envolvem, que eu pedirei ao Altíssimo a graça de inspirar, em alma bondosa, a caridade de te esmolar umas migalhas de pão, e de te enterrar, se aqui te finares, no meu coval».

Digam-me, senhores, se isto não é genuíno lirismo franciscano!

Dias antes de morrer, perguntou: — Já chegou o pisco?

— Ainda não chegou, padrinho.

— Olha que eu ouço o grito do pisco, Barnabé.

E, no entanto, não podia ouvir o pássaro porque estava muito surdo.

O pisco voltou após um mês da sua morte. Por lá anda, à volta da casa, inquieto e saudoso. Se no peitoril da janela, espreita o quarto vasio do Abade. Se junto do pombal, salta e pia de um lado para outro. O Barnabé e a Luzia chamam por ele, dão-lhe tudo. O pisco tudo engeita, porque o seu tudo era o Senhor Abade. Talvez se não enterre no seu coval. Talvez. Mas ficará, modelado em bronze, na sua sepultura, memória perpétua de um gentil amor.

A sua morte! Vaticinou-a de longe, ao cair das folhas,

no outono. Vaticínio, infelizmente, certo. Que sofrimentos, e que coragem em suportá-los!

Eis como soube morrer.

Num pobríssimo leito de ferro, arqueado pelo tempo e pelo peso, entre cobertores caseiros, está o nosso Abade. No quarto, abaixo de modestíssimo, dois retratos: o dele, ainda na força vital, e o da mãe, o seu grande amor. Atrás do leito, a Bênção Apostólica do Santo Padre. No ambiente, a luz frouxa de uma lanterna de petróleo mal descobre os vultos dos parentes e amigos.

A cabeça onde coubè tanta ciência, tem a serena magestade de sempre. Os olhos de uma luz viva e suave fixam um ponto vago. Sem ruído, tínhamos entrado eu, o Dr. Raúl Teixeira (o seu filho, como lhe chamou na doença) e o infatigável Dr. Francisco Moz, o Chico, o seu querido Chico.

Ao sentir-nos, os seus olhos grandes deitam brilho e doçura. E, numa voz clara, carinhosa e bem timbrada, exclama:
— Vós sois a minha luz, a minha alegria, a minha providência. Fui, e sou, uma grande cavalgadura que vós fizestes um santo e um sábio.

E explica em provérbio espanhol: Por más que la mona se vista de seda, si mona és, mona si queda.

Aqui a humildade do sábio.

A cada um de nós, uma palavra de afecto. — Adeus, Raúl, meu filho — Chico, não sei como pagar-vos. Fizestes do meu corpo um crivo.

Aqui o amigo do seu amigo.

Silêncio. Muito surdo o Abade. Eu de pé, o Dr. Raúl Teixeira sentado, e o Dr. Francisco Moz, em redor do leito, em serviço clínico.

Os olhos do arqueólogo insigne passeiam por todos. Depois, numa voz que nunca lhe conheci, batendo as sílabas, di-

zendo com naturalidade de artista, pondo em cada palavra um traço de ternura, põe-se a recitar versos de João de Lemos.

«É noite; o astro saudoso
Rompe a custo o plumbeo céu:
Tolda-lhe o rosto formoso
Alvacento, humido véu
.....
Foi na terra dos verdores,
Na pátria dos meus amores
Pátria do meu coração.
.....
.....Portugal

E o Abade, como quem saboreia um rebuçado delicioso, repete: Portugal! Portugal! E depois continua:

«Lá onde nasce o tomilho
Onde há fontes de cristal,
Lá onde viceja a rosa,
Onde a leve mariposa
Se espaneja à luz do sol;
Lá onde Deus concedera
Que em noites de primavera
Se escutasse o rouxinol.
.....
.....mas Deus igual
Não quis dar-lhe a lindeza
Do teu e meu Portugal.
.....

O Abade, como que reflecte, pára e recita:

«Em minha Pátria, uma aldeia,
Por noites de lua cheia
.....
Amo as casinhas da serra,
És a lua da minha terra
Nas terras do meu País».

Aqui o patriota, o enamorado da terra fecunda e verde. É o hino à natureza, à sua roseira, à sua murta e ao rosmaninho. É a alma franciscana que tem saudades do pisco, e se compraz em contemplar a «água casta e inocente», o «fogo robusto e forte», o esvoaçar das andorinhas e pombas. É o serrano convicto a despedir-se da sua aldeia, é o patriota raiano que sonha e canta e vibra como um clarim com as letras e sílabas de Portugal.

Nós estátuas de assombro e comoção. Naquele velho, quase com 83 anos, com voz moça a saudar Portugal, sentíamos a eterna mocidade da Pátria.

O sábio eminente, o padre de batina limpíssima, fala novamente. O seu pensamento entrara por terras de Espanha, abrira as portas da cidade de Ávila, subira ao Carmelo, e ouvira dos lábios de Santa Teresa a maravilha de amor, despida de interesse e receio, posta em 14 versos milagrosos. E o Abade recita com unção comovida:

«No me mueve, mi Dios, para quererte,
El cielo que me tienes prometido,
Ni me mueve el infierno tan temido,
Para dejar por eso de ofenderte.

Tú me mueves, Señor; mueveme el verte
clavado en una cruz y escarnecido;
Mueveme ver tu cuerpo tan herido;
Mueveme tus afrontas y tu muerte.

Mueveme al fin, tu amor, y en tal manera,
Que aunque no hubiera cielo yo te amara,
Y aunque no hubiera infierno te temiera.

No mo tienes que dar porque te quiera;
Pues aunque lo que espero no esperara,
Lo mismo que te quiero te quisiera».

Depois desta declaração de amor desinteressado a Cristo cravado numa Cruz, o Abade fatigou-se. Fala ainda de novo. A voz sai-lhe mais enternecida. Em versículos latinos, pede, para a sua alma, a Divina Misericórdia. E recita: Miserere mei, Deus, secundum magnam misericordiam tuam. Meu Deus, tende compaixão de mim pela vossa misericórdia. Delicta juventutis meae, et ignorantias meas ne memineris. Não recordeis, Senhor, os pecados e as ignorâncias da minha juventude. Amplius lava me ab iniquitate mea: et a peccato meo munda me. Lavai-me, o mais possível, das minhas iniquidades, e limpai-me dos meus pecados.

O Dr. Francisco Moz empurra para dentro lágrimas que teimam em vir para fora. O Dr. Raúl Teixeira encolhe-se na cadeira, e derrete-se em lágrimas. Os camponeses amigos sentem que algo de muito grande se passa.

E o Abade de Baçal repete, como num eco, Amplius... Amplius... E chegará, Padre Castro?

A minha resposta: — Tem ali, Senhor Abade, a Bênção Apostólica do Santo Padre.

Um olhar vivíssimo comenta a minha resposta, fecha os olhos e cai ensimesmado.

Dois dias depois, de novo o Abade, cercado dos seus amigos predilectos, entre os quais José Montanha, seu amigo em todas as cousas, em todas as horas, boas e más. O Abade esteve à espera deles para morrer. Morrer? Voltar-se para o outro lado desta vida, para a outra que não tem fim.

Assim acabou o Abade de Baçal — um padre cheio de austeridade, um patriota de altíssimo valor, um grande sábio cristão, o maior bragançano de todos os tempos.

Depois a apoteose do enterro. A comoção nacional.

O Doutor Correia Pinto, chantre da Sé do Porto, lavrou-lhe o epitáfio nesta frase imortal: «Bragança perdeu uma grande luz e um grande amor».

* * *

Prestada esta homenagem à memória do insigne arqueólogo e sábio eminente Abade de Baçal, é-me muito agradável deixar aqui uma palavra de agradecimento a Sua Ex.ª o Subsecretário da Assistência, Dr. Joaquim Trigo de Negreiros pelo carinhoso e solícito interesse que lhe têm merecido as Santas Casas de Portugal e particularmente a Santa Casa de Bragança.

Bragança, 25 de Dezembro de 1947.

P. José de Castro

Sua Ex.cia Dr. Joaquim Trigo de Negreiros,
Subsecretário da Assistência

CAPÍTULO I

A Santa Casa

O grande preceito da caridade — A formosa lição do Apóstolo São Paulo — A caridade através dos tempos — Traça-se o perfil da Rainha D. Leonor — As primeiras misericórdias de Portugal — Obras em Bragança, precursoras da Santa Casa — Desde quando a nossa Misericórdia?

Lindo e expressivo este título: *Santa e Real Casa da Misericórdia.* Santa porque é filha de Deus. Real porque amparada por El-Rei, agora substituído pelo Estado. Casa da Misericórdia porque alimentada pelo coração em proveito dos necessitados. Uma trilogia que se impõe. Uma ordem, vinda do Céu, obedecida pelo que de melhor existe em nós — o coração.

Nas tábuas da Lei do Monte Sinai, se o quinto, sétimo e décimo mandamentos nos proíbem de causar dano ao próximo, o primeiro mandamento é um pregão de amor, soltado à humanidade e aos séculos. Amor de benevolência que conduz ao de beneficência. Querer bem e fazer bem é a ordem de Deus, no espaço e no tempo. E esta ordem corrobora-se, exemplifica-se e documenta-se no facto histórico da redenção do mundo e, de um modo particular, pelos pobres na razão directa dos nossos recursos e da alheia desgraça. Quer dizer: dar mais os que mais possuem, dar mais aos que mais precisam.

Seja ou não seja do nosso agrado, os bens que possuímos, não são nossos. Somos apenas usufructuários ou administradores. Este usufruto e esta administração têm de ser regulados pela vontade do seu único proprietário — Deus — que, em passo notável do Evangelho, nos ordena: — Presta-me contas da tua administração. Portanto, na administração dos bens que possuímos, poucos ou muitos, valiosos ou desvaliosos, a vontade de Deus tem de ser, e é, um imperativo de consciência, a norma reguladora da nossa actividade.

Ouça-se a linguagem de Jesus Cristo ao falar do Juízo Final: «Possuí o reino dos céus que vos está preparado desde a formação do mundo, pois tive fome e vós me destes de comer; tive sede e vós me destes de beber; fui estrangeiro e peregrino e vós me destes pousada; andei nu e vós me vestistes; estive na prisão e vós me visitastes». E depois: «Em verdade vos digo que o que fizerdes a um dos meus irmãos, a mim o fareis».

Evidente que Jesus Cristo encarna em si todos os pobres, e, por todos e cada um, oferece e dá a recompensa. Evidente também que, neste passo evangélico, reside o preceito rigoroso de socorrer os necessitados. Preceito obrigatório para todos: pobres e ricos se bem que são os pobres mais liberais do que os ricos no prazer de dar. É que sabem, por experiência, quanto dura é a necessidade e a pobreza.

Com absoluta verdade se chamam obras de misericórdia os socorros aos necessitados porque misericórdia é o sentimento que nasce e brota da parte mais nobre do nosso ser — o coração. E porque as necessidades são do corpo e do espírito, as misericórdias dividem-se em corporais e espirituais. Por outras palavras e melhores: falta ao próximo comida, bebida, vestuário, pousada, liberdade, saúde ou vida? Há recorrer às obras de misericórdia corporais. Falta ao espírito a luz da verdade? Necessário o ensino e o conselho. Carece o espírito de boa vontade? Vem a talho a correcção, a paciência e o perdão das injúrias. Mergulha o espírito em tristeza? Impõe-se aqui o sagrado dever da consolação. E quando, por isto ou por aquilo, se tem a bolsa vasia e nos sentimos amarrados por impossibilidades, ainda há o recurso da alma que bate à porta de Deus a pedir auxílio para os desgraçados.

Note-se que este preceito de caridade não é, como antes de Cristo, sòmente extensivo aos amigos, aos homens nascidos no mesmo país e aos homens livres. Extende-se aos homens de todo o mundo, aos escravos e aos estrangeiros, e até aos inimigos. Fazer bem sem olhar a quem, diz uma sentença popular; e esta sentença é uma síntese maravilhosa do código da moral cristã.

A doutrina de Cristo trouxe ideias novas: a exaltação da bondade, a glorificação do perdão e a dignificação da humildade. O Cristianismo, mostrando os tesouros de bondade que existem ocultos na alma humana, procurou *humanizar* a humanidade (1).

Recorde-se aqui o formosíssimo hino de Paulo de Tarso, na Epístola aos Coríntios, à virtude da caridade: «Se eu falar as línguas dos homens e dos anjos, mas não tiver caridade, sou como o metal que soa ou como o sino que toca. Se eu tiver a fé que transporta montanhas e não tiver caridade, nada sou. Se eu distribuir todos os meus bens para sustento dos pobres, e se entregar o meu corpo para ser queimado, mas não tiver caridade, nada disto me aproveita». Dá a seguir a razão que é, por igual, uma página admirável sobre a natureza da caridade. «A caridade é paciente, é be-

(1) *Fernando Correia* — Origens e formação das Santas Casas da Misericórdia — pág. 153.

nigna. A caridade não é invejosa, não actua precipitadamente, não se ensoberbece, não é ambiciosa, não busca os seus interesses, não se irrita, não suspeita mal, não folga sobre a iniquidade, mas alegra-se com a verdade, tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta».

Com esta lição inculcada pelos evangelistas e apóstolos e praticada e vivida através dos tempos, o mundo passou a ser melhor. Bispos e párocos, párocos e bispos, auxiliados primeiro pelos diáconos e diaconisas, e depois pelas congregações e ordens religiosas dentro e fora dos conventos, floriram e frutificaram milagrosamente a caridade. Um mundo de cousas boas — hospícios, albergarias, hospitais, asilos, gafarias, monte-pios, corporações de misteres, construtores de caminhos, pontes e barcos para os rios, testamentos em favor destas obras [2] veio tornar a vida mais fácil, amenizar os sofrimentos do próximo e fazer mais suportável a dor.

A Idade Média foi a idade de ouro da assistência em todos os sectores da desgraça humana. Foi a época dos cavaleiros da caridade. Houve confrarias para todas as obras de misericórdia. Esta cuidava dos doentes, aquela libertava os cativos, aquel'outra enterrava os mortos e muitas das corporações mantinham hospitais para agasalho dos membros pobres. Daí uma vida difícil pela dispersão de esforços e recursos, e depois uma vida impossível pela exiguidade ou total carência de meios.

Fernando Correia, no seu magnífico livro «*Origens e formação das Misericórdias*» conta-nos que o Príncipe Regente Dom João, o futuro Dom João II, animado pelo precedente de Évora que, no século XIV, agrupara, numa só casa hospitalar, vários e pequenos hospitais e albergarias, pediu ao

(2) Idem, idem — pág. 179.

Papa Xisto IV, em 1479, lhe fosse permitido fazer o mesmo na cidade de Lisboa [3], podendo lançar a primeira pedra, no ano de 1491, do Hospital de Todos os Santos, um pouco mais tarde (seis anos) do que o hospital das Caldas à custa das rendas pessoais da Rainha D. Leonor, a primeira misericórdia, criada por ela.

Quem era a Rainha D. Leonor?

«Era uma senhora de grande cultura, diz-nos Fernando Correia no livro já citado. Filha da ilustrada e piedosa Infanta D. Beatriz que fundou com seu marido em Beja, em 1469, um hospital: criada na corte de D. Afonso V, cuja livraria era notória e onde as tradições de cultura do Rei D. Duarte e Infante D. Pedro se mantiveram sempre; possuindo ela própria 231 livros, pelo menos; conhecendo evidentemente os esforços feitos por D. Afonso V e D. João II para pôr cobro aos abusos verificados nas instituições hospitalares e os obstáculos que a rotina e os interesses criados opunham à concentração dos pequenos hospitais em hospitais maiores; convivendo com pessoas que conheciam os grandes hospitais da Itália e França, resultantes da fusão de velhas casas hospitalares; educada nos mais puros princípios do Cristianismo e tão interessada pela sua divulgação que promoveu a publicação da *Vita Christi*; piedosíssima e tendo dado sobejas provas da sua piedade e amor do próximo, conhecendo as vidas dos santos e tendo particular culto por S. Francisco, Santa Isabel da Ungria e Rainha D. Isabel de Portugal, então ainda não canonizada» [4], foi a grande remodeladora da assistência ao começar o último quartel do século XV, fortemente amparada por Dom João II e auxiliada, principalmente, pelo

(3) Idem, idem — pág. 498.
(4) Idem, idem — pág. 499.

Cardeal Dom Jorge da Costa (o Cardeal Alpedrinha) e Frei Miguel de Contreras [5].

O perfil de D. Leonor continua. «Digna mulher do Príncipe Perfeito; mãe dedicada e esposa amorosa; Rainha que o sabia ser quando a sua opinião em acção podia influir a bem dos negócios do Estado; defendendo os do seu sangue como era seu dever, contra a teia de intrigas ou exageradas interpretações que, apesar da sua intervenção, vitimaram alguns, mas tendo conseguido que um deles fosse o sucessor do rei seu marido que do seu sangue era também; *mater dolorosa* que viu morrer o filho único, e irmã carinhosa a quem o marido matou o irmão e mandou matar o cunhado; Rainha que viveu em quatro reinados, durante os quais só ela era a Rainha; dedicando-se com amor à protecção dos humildes e de todos os infelizes, com amor se entregando também à protecção das belas artes, não apenas depois de viúva, mas ainda em vida do marido que ajudou, por exemplo, a fundar o Hospital das Caldas; sabendo escolher os seus colaboradores, entre os melhores, dando-lhes apoio incondicional, como parece ter feito a Frei Miguel Contreras, o das Misericórdias, a Mestre António, o Físico que tão bem lhe escolheu onde haviam de ser as Caldas, ao Cardeal de Alpedrinha, seu conselheiro, a Gil Vicente, o dos *autos*, a Valentim Fernandes seu escudeiro, seu tradutor e impressor, a Cristóvão de Figueiredo, pintor, e a outros artistas, entre os quais músicos, e os imaginários da Batalha e da Madre de Deus, dando origem a uma obra de auxílio aos desprotegidos da sorte, a das Misericórdias, que ainda agora nos deve servir de modelo neste século em que tanto se cuida (ou antes, se fala) dos direitos dos infelizes; erguendo no descampado em que fundou a sua vila das Caldas o mais antigo hospital termal do mundo cuja primitiva organização é, ainda hoje, admirada por nacionais e estrangeiros cultos; animando e auxiliando Gil Vicente, apesar das suas irreverências, certamente por as julgar úteis, ao «castigar os que erravam» (uma das obras de Misericórdia) isto numa época em que, sem o seu apoio, elas podiam custar-lhe a vida; ajudando os primeiros passos decisivos da imprensa em Portugal e protegendo uma pléiade esplêndida de artistas, pintores, arquitectos e escultores; fundando obras pias, destinadas à oração e ao culto divino, como o convento da Madre de Deus, a igreja das Caldas e a da Merceana, e auxiliando, ao que parece, as merceeiras de Óbidos; vendendo as suas jóias e as suas terras para fundar e manter o Hospital das Caldas, onde, desde o princípio, houve cem camas e consulta médica, nele se tratando de graça enfermos pobres de qualquer terra do País; a Rainha D. Leonor deixou, por tudo isto, um nome justamente aureolado na História de Portugal» [6].

(5) Idem, idem — pág. 602.

Amiga predilecta das Ordens de S. Francisco e S. Domingos, fundou o convento da Madre de Deus para as claristas e o da Anunciada para as dominicanas, tendo ela própria adoptado o hábito de Santa Clara que sempre usou desde a sua viuvez em 1495 até à sua morte, a 17 de Novembro de 1525 [7].

Em 1498, por mandado da Rainha D. Leonor, foi fundada a confraria da Misericórdia de Lisboa — a primeira da série definitiva de todas as de Portugal [8]. E sete meses depois de instalada, Dom Manuel, a 14 de Março de 1499, escreveu aos juízes, vereadores, procurador, fidalgos, cavaleiros e homens bons do Porto para que fundassem outra idêntica,

(6) Idem, idem — pág. 477, 478.
(7) Idem, idem — pág. 481.
(8) Idem, idem — pág. 498.

dizendo: «*folgaríamos muito que em todas as cidades, vilas e lugares principais de nossos reinos se fizesse a dita confraria na forma e maneira que no dito regimento se contém*» (9). Esta fundou-se em 1502, três anos mais tarde do que a de Évora, e dois mais tarde que a de Coimbra. Dom Manuel e Dona Leonor deram-se devotadamente à grande obra das Misericórdias, acabando com albergarias, hospitais e orfanatrofios decerto convencidos «que tratavam estas coisas por tantas mãos que o mais se consumia entre as dos Provedores e outros ofícios que foi obra pia e muito necessária» (10).

A Misericórdia de Lisboa foi dado regimento a 14 de Janeiro de 1504. Reunindo em si as rendas de 43 hospitais da capital e seu termo, tomou o encargo de cumprir as atribuições expressas nos seus compromissos, quer a de tratar doentes, quer a de dar pousada aos peregrinos. A par disso, recebia os engeitados, procurando criá-los, ensiná-los, orientá-los e colocá-los, a partir dos 7 anos, e mantinha uma mercearia com 10 camas, dando pensões a mais merceeiros, não alojados no hospital (11).

À data em que El-Rei Dom Manuel ordenou, em todas as povoações importantes, a fusão de todas as instituições de caridade na genial obra das Misericórdias, existiam em Bragança uma albergaria, destinada ao abrigo dos transeúntes, peregrinos e velhos decrépitos que ali tinham, pelo menos, casa, lume e cama, uma casa onde se tratavam os enfermos, as parturientes e se enterravam os mortos, e onde se educavam as crianças abandonadas, decerto anterior ao ano de 1248, pois neste ano já existia a albergaria de Lamas de Orelhão (Mirandela) no tempo de Dom Sancho II (12). Já existia um hospital do Espírito Santo cuja igreja era a actual da Misericórdia, já existente em 1316, e reconstruída em 1539. Já existia, pelo menos em 1458, um hospital para clérigos, junto à igreja de São Vicente (13).

(9) Idem, idem — pág. 579.
(10) *Abade de Baçal* — Memórias Históricas, etc. — Vol. 2 — pág. 288.
(11) *Fernando Correia* — ob. cit. — pág. 532.

Em 1514, Dom Manuel mandou publicar o Regimento das Capelas e Hospitais, diploma legislativo que abrangia a fiscalização geral de todas as instituições de caridade, e, dois anos depois, em 1516, confirma o Compromisso da Misericórdia de Lisboa, após 18 anos de experiência da sua fundação em 1498.

«Dom Manuel, diz Fernando Correia, proclama a utilidade pública da Misericórdia, pelo cumprimento das obras de misericórdia. Recomenda aos reis, seus sucessores que sempre tenham a Misericórdia «em sua guarda e o façam de maneira que sempre deles recebam tanto favor, ajuda e esmolas, como a uma tão santa e virtuosa obra e de tanto serviço de Nosso Senhor se deve fazer», ao mesmo tempo que a recomendava «aos prelados e grandes do nosso Reino e regedor e governador, desembargadores, corregedores, juízes e justiça deles que em tudo o que a eles pertencer e lhes for requerido sempre queiram favorecer e ajudar a dita Santa Confraria, oficiais e irmãos dela para, com mais vontade e menos turbação, poderem servir a Deus no cumprimento do dito compromisso», agradecendo prèviamente a todos o auxílio e facilidades que viessem a conceder à Irmandade, que consideraria como serviço feito a si, mostrando-lhes ao mesmo tempo como cumpriam eles próprios, assim, as obras de misericórdia, alcançando as graças divinas que daí resultavam. Não deixava, apesar disso, Dom Manuel de incitar o

(12) *Abade de Baçal* — ob. cit. — vol. 2 — pág. 288.
(13) Idem, idem, idem — pág. 292.

provedor, os oficiais e os irmãos, não só os de então, como os futuros, a sempre cumprirem as disposições do Compromisso «com amor de caridade», prometendo-lhes, se o fizessem, «toda a mercê, ajuda e favor», por ser seu desejo dar tal auxílio à confraria que não sòmente se faça assim bem, como até aqui se fez, mas ainda dar azo, ajuda e favor para que se faça muito melhor».

Com o compromisso de 1516, ficou a dirigir-se e governar-se a Misericórdia de Lisboa, «a mais notável e completa confraria de caridade de que há memória em Portugal, e que em parte alguma do mundo se assinala na História instituição com programa mais vasto, perfeito e nobre» (14).

Só a de Lisboa? Não. Pelo Compromisso de 1516, se têm dirigido e governado todas as misericórdias da Nação, e portanto a de Bragança.

Desde quando?

Foi evidentemente antes de 1641 porque, neste ano, El-Rei Dom João IV lhe concedeu as mesmas isenções e privilégios da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (15). Já existia em 1629 porque à nossa Santa Casa se referiu, em relatório da visita *ad limina* ao Papa Urbano VIII, o bispo de Miranda do Douro, Dom Jorge de Melo, e com estas palavras: «Existe a confraria da Santa Casa da Misericórdia, sob a imediata protecção dos Reis, erecta por Dom Manuel, falecido a 13 de Dezembro de 1521, e sob a tutela dos monarcas e protegida pelo direito de padroado; é servida por ministros, eleitos anualmente, que tratam com muito cuidado dos pobres, doentes, viúvas, órfãos e encarcerados e outras necessidades dos indigentes (16).

(14) *Fernando Correia* — ob. cit. — pág. 498, 557, 557, 576.
(15) *Abade de Baçal* — ob. cit. vol. 2 — pág. 288.
(16) *Arquivo secreto do Vaticano* — Congr. Concilii — 1629.

Desde quando existe a Misericórdia de Bragança?, torna-se a perguntar.

A nossa Santa Casa já existia no ano de 1586, porque, neste ano, já pôde hospedar as três freiras da Ordem de Santa Clara que, dentro dela, esperaram que se ultimasse o convento para o dirigirem (17). Também já existia em 20 de Julho de 1571 porque é desta data o despacho régio de El-Rei Dom Sebastião ao requerimento dos Padres do Colégio do Santíssimo Nome de Jesus em que pediam autorização para possuir uma quinta em Bragança, chamada Rica-Fé, composta de diversas propriedades, compradas a diferentes indivíduos, sendo uma delas à Misericórdia de Bragança (18). Já vivia a nossa Santa Casa, a 3 de Dezembro de 1569, porque, neste dia, se realizou a cerimónia do lançamento da primeira pedra do convento de Santa Clara, no sítio e campo de *trás das casas do Espírito Santo* (19). Já existia a Santa Casa no ano anterior, a 9 de Fevereiro de 1568, quando o bispo Dom António Pinheiro, com o juiz de fora e dois vereadores — respectivamente Doutor António Monteiro, Estêvão Dourado e Cristóvão Novais — disseram ser velho pensamento da Câmara edificar um mosteiro de freiras na Casa da Misericórdia (20). E também já existia em 1540, porque um acórdão da Câmara deste ano se refere à Rua do Hospital Velho, o que implìcitamente acusa a existência de um hospital novo, o da Misericórdia (21).

Foi a 6 de Julho de 1518 que El-Rei Dom Manuel deu Compromisso à nossa Santa Casa, assinado por sua própria mão, e fundou-se na igreja dedicada ao Espírito Santo donde

(17) *Abade de Baçal* — ob. cit. vol. 3 — pág. 207.
(18) Idem, idem — vol. 2 — pág. 289, 288.
(19) Idem, idem — vol. 3 — pág. 221.
(20) Idem, idem, idem — pág. 215.
(21) Idem, idem, idem — pág. 291.

a rua tomar o seu nome, isto é 20 anos depois da Rainha D. Leonor fundar, em 1498, a genial instituição de caridade, a Santa Casa da Misericórdia [22].

Foi dito que, em 1641, Dom João IV concedeu à nossa Santa Casa as mesmas isenções e privilégios da Santa Casa de Lisboa. Pois uma das isenções era a de não poder ser visitada pelos visitadores da diocese. Intentou fazê-la o Doutor António da Costa, deão da Sé de Miranda, em 1685, visitador ordinário. Capitulando que, na igreja da Santa Casa, não houvesse Santíssimo Sacramento que até ali se administrava aos enfermos do hospital, opuseram-se os irmãos e provedor e levaram recurso à coroa. E porque o deão Doutor António da Costa obrigara com censuras a consumir o sacrário o primeiro dos capelães que celebrasse, não mais celebraram os capelães enquanto durou o litígio, valendo-se para a renovação do Santíssimo de religiosos castelhanos. O acórdão favorável da coroa, dando razão à mesa da Santa Casa, foi dado a 19 de Junho de 1685 [23].

---

(22) Idem, idem, idem — pág. 288, 289.
(23) Idem, idem, idem — pág. 291.

CAPÍTULO II

A Irmandade da Misericórdia

A sua finalidade — Direitos, deveres e sanções — O juramento de bem servir — Irmãos com limpeza de sangue, irmãos com limpeza de mãos, e irmãos com limpeza de intenções — A bandeira da Irmandade — As opas dos irmãos.

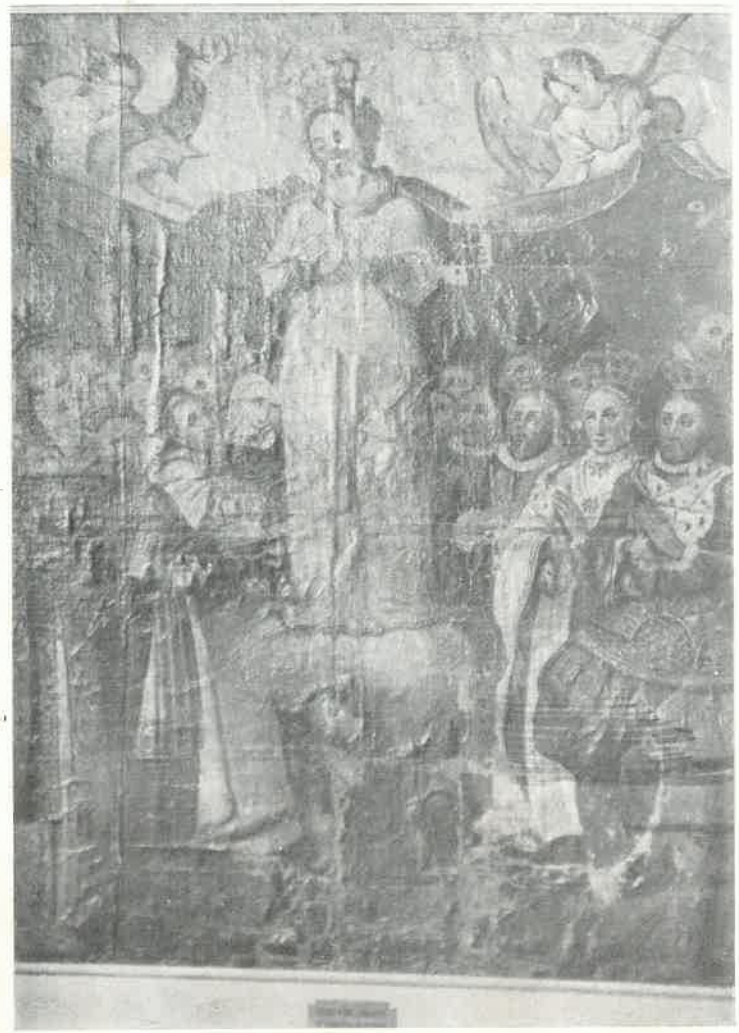
Júlio de Castilho, extratado pelo Conde de Sabugosa, no seu admirável livro «*A Rainha D. Leonor*», referindo-se ao *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, que é o mesmo compromisso de todas as misericórdias de Portugal, escreveu estas palavras de ouro: «Lê-lo é estudar a aplicação prática dos mais santos, dos mais puros ditames do Cristianismo. Alimentar famintos e sequiosos, vestir os que nem andrajos, sequer, possuem para se cobrirem, levar a esmola de uns maravedis aos presos e aos doentes, hospedar vagabundos, redimir do cativeiro os pobres soldados, que o serviço da Pátria retinha nas mouramas, dar o último leito em chão português aos portugueses desamparados, tudo isto já é muito e a Irmandade cumpria-o. Mas não se limitava a essas obras meramente corporais; sabia que a parte mais nobre e mais alta do ser humano, a alma também padece (e bem cruéis) as suas fomes, as suas sedes, as suas dores, os seus desamparos, as suas nudezas, os seus cativeiros, e como o sabia, a Irmandade consagrou a esses outros deveres espirituais os cuidados mais carinhosos. Pelas prédicas espalhava o bom conselho e

a doutrina sã, pelas escolas do seu recolhimento de órfãs, ensinava a ignorância; pelas visitas aos hospitais e às cadeias, condimentava o pão negro do encarcerado; pela sua devota compaixão aos condenados, consolava as tristezas congénitas do ser humano; pelas suaves penalidades que o regulamento impunha aos contraventores dos deveres estatuídos, castigava os erros, filhos da nossa fraqueza moral; promovia (era letra expressa do Compromisso) pazes e reconciliações entre quaisquer pessoas que se soubesse andavam desavindas e induzia-as a perdoar injúrias, em nome da caridade cristã, sofria com paciência os desmandos alheios; e enfim cumpridos em vida os deveres fraternais para com as almas, nem então afrouxava; continuava-lhos depois da morte, em sufrágios de todo o género. Se há nada mais espantoso do que este suavíssimo Instituto lisbonense!» (1).

Não se pode dizer nem mais nem melhor acerca da finalidade da Santa Casa da Misericórdia, e, por consequência, aquilatar da grande honra de pertencer a esta não sei quantas vezes benemérita Irmandade, que tem por padroeira Nossa Senhora da Misericórdia, razão pela qual os seus fundadores e irmãos resolveram solenizar o dia em que Nossa Senhora foi visitar a sua prima Santa Isabel (2).

O Compromisso de 1516 e depois o de 1618 exigiam que os Irmãos, sobre serem homens de boa consciência e fama, tementes a Deus, modestos, caritativos e humildes, tivessem 7 condições: primeira — que fosse limpo de sangue, sem alguma traça de mouro ou de judeu; segunda — que fosse livre de toda a infâmia, de facto e de direito; terceira — que fosse de idade conveniente, nunca menos de 25 anos completos; quarta — que não servisse a Casa por salário;

(1) *Conde de Sabugosa* — A Rainha D. Leonor — pág. 260.
(2) *Compromisso de 1618* — pág. 5.



A primitiva bandeira da Misericórdia

quinta — que tivesse tenda ou oficina própria; sexta — que soubesse ler e escrever; e sétima — que não estivesse em condições de necessitar da Misericórdia.

O candidato a irmão da Santa Casa tinha de declarar na petição os nomes dos pais e avós seus e de sua mulher e as terras de onde todos eram naturais, o ofício que tinham e bairro em que pousavam e, no fim, declarar a sua conformidade com as condições do Compromisso, que eram as seguintes: aceitar os encargos com toda a caridade e humildade cristã, achar-se na Casa da Misericórdia 5 vezes no ano — no dia da Visitação de Nossa Senhora para a eleição da mesa, no dia de Todos os Santos para acompanhar a procissão das ossadas dos justiçados, no saimento por todos os irmãos defuntos, e, na quinta-feira de Endoenças, para acompanhar a procissão dos penitentes que, naquele dia, se fazia em memória da Paixão de Jesus Cristo e visitar o Santo Sepulcro nas igrejas da cidade.

Aceito o candidato para irmão, era convidado a comparecer perante a Mesa para fazer o seguinte juramento: «Por estes Santos Evangelhos em que ponho as mãos, juro de servir a esta Irmandade, conforme ao Compromisso dela, e em particular de acudir a esta Casa da Misericórdia, todas as vezes que ouvir a campainha, com a insígnia da Irmandade, ou por chamado do Provedor e Mesa para servir a Deus e a Nossa Senhora, e cumprir as obras de Misericórdia, na forma em que por eles me for ordenado, não tendo legítima causa que segundo Deus me escuse: e assim mais juro de votar e dizer aquilo que mais convém ao serviço de Deus e bem da Irmandade, em todas as mesas, juntas e eleições sem respeito algum de afeição, ou paixão contrária, deixando aos outros irmãos votar livremente, sem lhes persuadir cousa alguma, ou os obrigar a dar voto por pessoa que lhe nomear para

Provedor, Irmãos da Mesa, eleitores e mais cargos desta qualidade, e debaixo do mesmo juramento prometo guardar o segredo devido em todas as cousas que diante de mim se tratarem, assim em Mesa como em Junta, eleição, e qualquer outro acto que debaixo de segredo se fizer para serviço de Deus e bem da dita Irmandade».

Feito o juramento, o novo irmão obrigava-se a dar exemplos de uma vivida fé cristã. Confessar-se-ia e comungaria por devoção todos os primeiros Domingos dos meses, e faria o mesmo, por obrigação, nos dias dos 4 jubileus: — Nossa Senhora da Assunção, Todos os Santos, Natal, Espírito Santo e Quinta-feira de Endoenças; procederia com a maior isenção nos negócios da Santa Casa, certo de que não era senhor mas administrador dos bens dos pobres e dos defuntos legatários; agiria com toda a inteireza e eficácia de molde a nunca se notar nem falta de justiça e diligência nas obras, nem falta de brandura no modo; e teria particular cuidado em jamais se pejar de fazer, no serviço da Irmandade, aquilo que, por obrigação do seu cargo, seria obrigado.

Além destes propósitos e acções, havia contra os irmãos a sanção da despedida quando eram elementos de perturbação, quando viviam escandalosamente, quando em acto de Irmandade se proferiam palavras afrontosas ou de notável escândalo, quando em legítima causa desobedeciam ao Provedor e à Mesa, e quando eram castigados ou convencidos em juízo de algum crime infamante. Também eram despedidos os que faltavam ao cumprimento do segredo das resoluções tomadas, os que dentro da Santa Casa faziam partido para proveito próprio, os que usavam de ardis para haver para si bens em hasta pública, os que não davam boas contas dos gastos feitos em seu ofício e os que tratavam casamento, para si ou para outrem, com as pessoas recolhidas na

casa das donzelas, sugeitas à administração da Casa, sem ordem expressa da Mesa, ou tinham amizade escandalosa ou com pessoas da Casa ou com outras de visita à Santa Casa [3].

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa tinha 600 irmãos: 300 nobres e 300 oficiais. Mas a de Bragança tinha 200 irmãos: 100 nobres e 100 oficiais [4], ou, como se dizia ao tempo, irmãos de segunda condição [5]. Para todos eles se exigia a limpeza de sangue. Aos que a não provassem, a porta da Misericórdia estava fechada. Esta preocupação pela limpeza de sangue, desaparece, no rol dos irmãos inscritos, em 1769, no qual a limpeza de sangue é substituída pela limpeza de mãos. Até este ano, ao lado de padres, de fidalgos, onde se vêem os melhores apelidos de famílias nobres como Madureiras, Figueiredos, Sarmentos, Doutel de Almeida, Sarmento Pimentel, Veiga Cabral, Nóbrega, Colmieiros, Feijós, Sepulvedas, Teixeiras, Barradas, Morais, Lousadas, Soares, Centenos, Coutos, Sampaios e Carvalhos, a enfeitar oficiais do exército, fidalgos da Casa Real e cavaleiros professos de Ordens Equestres, alistados nos rois de sangue limpo, de nobreza ou do número dos cem, vêem-se, na santa e edificante fraternidade, os irmãos de segunda condição, como tecelões, ferradores, soldados, forneiros, alfaiates, moleiros, artilheiros, sapateiros, guardas a cavalo, meirinhos, barbeiros, forneiros, cornetas, médicos, granadeiros, carpinteiros, meirinhos, cabos de esquadra, alcaides da cadeia, soldados infantes e tingidores. Não havia nestes pó de nobreza; mas a certeza da limpeza de sangue.

Desde 1769 a 1822, 53 anos portanto, a limpeza de sangue foi substituída pela limpeza de mãos. Com esta prova

---

(3) Idem — pág. IV, 2, 5v, 8.
(4) Idem — pág. 1.
(5) *Ano 1669* — pág. 25.

entraram no rol dos irmãos da Misericórdia sargentos, oficiais do exército e homens de relevo como João de Sá Carneiro Vargas e Dr. António Rodrigues de Ledesma.

O curto período da limpeza de mãos, foi substituído pela limpeza de intenções que o mesmo é intenção de bem cumprir as prescrições do Compromisso da Santa Casa. E desde então até nossos dias, misturados no rol dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia vêem-se nomes plebeus e fidalgos, todas as artes liberais e todas as profissões. A par de oficiais do exército, advogados, médicos, cirurgiões, de cavaleiros professos da Ordem de Cristo e de juízes e proprietários, vêem-se mestres enxambladores, mestres carpinteiros, mestres sapateiros, mestres tecelões, fabricantes de seda, soldados infantes, furrieis de infantaria, juízes de órfãos, anspeçadas, granadeiros e meirinhos. E, a dominar toda esta fraternidade cristianíssima em prol dos necessitados de misericórdia, vêm-se nomes de prestígio: os Figueiredos, os Sarmentos, os Veiga Cabral e Gomes de Sepúlveda. Manuel Jorge Gomes de Sepúlveda que, desde 1788 a 1805, foi provedor da Santa Casa, sendo desde 1798 Tenente General dos Exércitos e Governador das Armas da Província, teve o prazer de alistar no rol dos irmãos da Santa Casa pessoas da sua família: António Correia de Castro Sepúlveda, fidalgo da Casa Real e capitão de cavalaria com exercício de ajudante de ordens do governo das Armas desta Província, e Bernardo Correia de Castro Sepúlveda, também fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo e alferes de infantaria, ambos aceites no mesmo dia — 3 de Fevereiro de 1805 — ao lado de outros nobres bragançanos, Francisco de Figueiredo Sarmento, e Bernardo Baptista da Fonseca e Sousa de Sá Morais, Pereira do Lago, ambos fidalgos da Casa Real. Porque, desde 1822 até ao novo Compromisso de

1856, os irmãos estiveram divididos em duas classes: irmãos primeiros e irmãos segundos, aparecendo, de onde em onde, irmãos nobres e irmãos com limpeza de mãos. Percebe-se aqui a luta entre os abencerragens do absolutismo e os paladinos do constitucionalismo. E, neste período de 34 anos, à mistura com coronheiros, prateiros, soldados veteranos, mestres de oficinas, cornetas da Guarda Nacional e dignidades do Cabido, clérigos, reitores e abades, oficiais de infantaria, oficiais de veteranos, oficiais de ordenanças, oficiais de cavalaria, oficiais anistiados, cirurgiões, médicos, advogados, juízes e fidalgos da Casa Real, como o governador da cidade, em 1811, Francisco de Figueiredo Sarmento, e, em 1839, Bernardo de Figueiredo Sarmento e João Baptista da Fonseca Sepúlveda, José Bernardo Jorge de Figueiredo Sarmento e Morais, cavaleiro da Ordem de Cristo e antigo capitão-mor das ordenanças, e, em 1854, foi admitido irmão da Santa Sasa António Fortunato Pinto Meireles, cavaleiro da Ordem Militar de S. Bento de Aviz e tenente coronel graduado de infantaria.

Depois de 1856 até nossos dias, onde apenas se exige limpeza de intenções, há nomes que surgem a provocar admiração e saudade, como João António Pires Vilar, o Conselheiro Abílio Beça, o Padre Francisco Manuel Vaz, o Major Luís Ferreira Real, o Padre António Augusto Teixeira, o Cónego António dos Santos Ribeiro, o Dr. José de Oliveira, o Dr. António Manuel Santiago, e outros e outros amigos da Santa Casa que o mesmo é amigos dos pobres.

Até 2 de Julho de 1856, dia em que, no Paço de Mafra, J. G. da Silva Sanches aprovou o novo Compromisso da Santa Casa que levava a data de 29 de Março, assinado pelo Provedor Manuel Nunes de Matos e pelos vogais Firmino António Trancoso e cónego João Evange-

lista Vergueiro [6] a Misericórdia regulou-se pelo Compromisso de 1618, porque assim o ordenara o Rei Dom Manuel.

O Compromisso de 1856, além do culto a Nossa Senhora, ordenava o culto ao Senhor dos Passos. A prática e regular exercício das obras de Misericórdia, a conservação e aumento do hospital onde se tratassem os enfermos pobres e desvalidos, consoante suas pessoas e rendimentos, os socorros aos mendigos doentes e a esmola aos presos nos dias designados aos irmãos que, para o serem, se lhes exigia, ao menos a idade de 25 anos, boa saúde, boa conduta moral e civil, atestada a saúde pelo médico, a boa reputação pelo pároco ou administrador do concelho, e o juramento seguinte, feito diante da Mesa, após a sua admissão: «*Por estes Santos Evangelhos, em que ponho minhas mãos, juro servir a Irmandade, na forma do seu Compromisso: juro votar nas eleições e mesas a que assistir, sem ódio, suborno ou afeição, mas sòmente como a minha consciência me ditar, para o aumento da Santa Casa e Glória de Deus: juro guardar sigilo em tudo o que debaixo de sigilo me for incumbido, mandado ou tratado, menos no que for relativo a ordens e disposições da Autoridade*».

Aceitar e servir os cargos da Irmandade, comparecer na Santa Casa para a Mesa geral, obedecer ao Provedor em harmonia e na conformidade do Compromisso, acompanhar à sepultura os irmãos falecidos, conduzir-se fraternalmente com os mais irmãos e solicitar a caridade pública em benefício da Santa Casa, eram os deveres dos irmãos. Que os direitos consistiam em tomar assento, apresentar propostas e indicações nas Mesas Gerais; ser elegível para os cargos da Irmandade; ser tratado gratuitamente no hospital quando

(6) *Compr. 2 de Julho de 1856.*

lhe faltem os meios ou pagar menos consoante os seus recursos; examinar os livros da Santa Casa, promover com mais 6 irmãos Mesa Geral extraordinária; ser gratuitamente levado ao cemitério na tumba rica, sendo esta regalia extensiva à mãe, mulher ou viúva e filhas, não excedendo a idade de 20 anos, e gozar de todos os sufrágios pelos irmãos vivos e defuntos.

Como os compromissos anteriores, este de 1856, prevê a exclusão de irmãos: perante um delito grave contra o Compromisso, regimento interno e deliberações da Mesa, a difamação da Irmandade por escrito ou palavras, acusação não provada de qualquer irmão, obstinação na falta não obstante sucessivas admoestações, declaração pública de desobediência à Mesa, recusa em servir cargos para que legalmente fora nomeado, recusa de prestar contas dos cargos servidos, subornar outros ou deixar-se subornar nas eleições, perturbar os usos da Irmandade, aleiloar, para si ou por interposta pessoas, bens ou rendas da Santa Casa, e pronúncia em crime infamante [7].

É no compromisso de 2 de Julho de 1856 que, pela primeira vez, aparece a distinção de irmãos beneméritos e irmãos efectivos. «Beneméritos, diz o § 1.º do art. 5.º, serão todos aqueles que forem julgados dignos de tal título por dádivas, doações, ou outros quaisquer benefícios, que a Irmandade considerar de grande valia», passando a gozar de todas as regalias, direitos e benefícios que competem aos mais irmãos, com isenção de todos e qualquer trabalho pessoal [8].

Em apêndice dá-se a lista de 40 pessoas, declaradas beneméritas da Santa Casa no espaço de tempo que vem

(7) *Idem* — art. 4, art. 6, art. 7, art. 14, art. 12, art. 11.
(8) Idem — Art. 5.

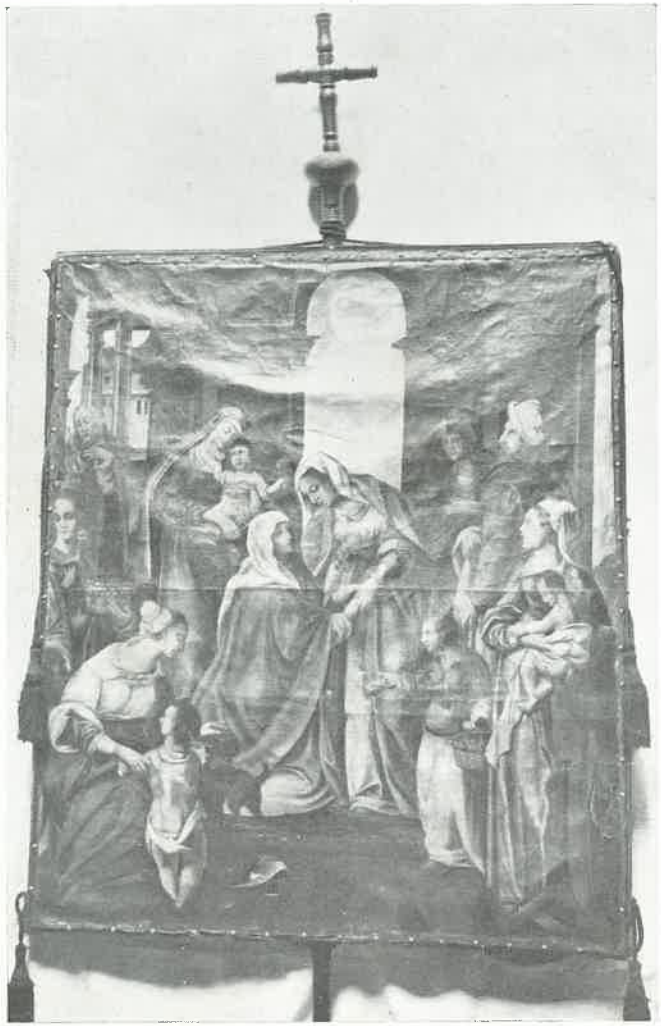
de 1856 até nossos dias, e também dos beneméritos que, na sala do despacho, gozam a honra de ter o seu retrato. Nessa lista de bondade e de glória descobrem-se nomes da maior consideração da qual nos agrada destacar quatro: o Bispo Dom José Alves de Mariz, Monsenhor António José da Rocha, Major Luís Ferreira Real e o Dr. Diogo Albino de Sá Vargas, incontestàvelmente o maior benfeitor da Santa Casa de todos os tempos, pois o seu legado deverá ir acima de um milhão de escudos.

O Bispo Dom José Alves de Mariz, recebido o diploma de irmão benemérito, mandou ao Provedor esta carta que merece registo: «Estou de posse do muito honroso diploma de irmão da caridosa e benemérita Irmandade da Misericórdia de Bragança que V. Ex.ª, na qualidade de seu digno Provedor e mais Irmãos que constituem a Mesa gerente da Santa e Real Casa, houveram por bem mandar passar com aprovação de todos. É um dos títulos mais distintos com que a ilustre cidade de Bragança podia nobilitar o seu Prelado Diocesano. Agradeço pois com muito reconhecimento o quanto ele vale, fazendo ardentes votos pelas prosperidades da Santa Casa da Misericórdia desta, e desejando ter ocasiões de poder servi-la com o meu insignificante auxílio» (9).

Foi o Bispo Diocesano aclamado benemérito da Santa Casa no dia 18 de Junho de 1892, na mesma ocasião em que o foi Monsenhor Cónego António José da Rocha, professor do liceu e seminário, que haveria de deixar os seus bens de Caçarelhos e as suas economias (10). Digna de registo é a honrada pressa da sua criada Belizanda da Luz

(9) *Corr.* 1884-1929 — *Matrícula de irmãos*, 1839, fol. 212 — *Abade de Baçal* — ob. cit. vol. 2—pág. 291 — Actas, 1884, fol. 66.
(10) *Abade de Baçal* — ob. cit. vol 2 — pág. 290.

A bandeira actual da Misericórdia



Reverso da bandeira actual da Misericórdia

de entregar à Santa Casa a quantia de 56 mil escudos, encontrada por ela no espólio ignorado de Monsenhor Rocha, merecendo, por isso mesmo e muito bem, a homenagem prestada à sua honestíssima benemerência.

A designação de Irmãos Beneméritos é mantida pelo Compromisso de 12 de Maio de 1877, ao lado de outra qualidade a de Irmãos Subscritores com a quota mensal não inferior a 250 réis, com o gozo de todas as regalias e direitos dos outros irmãos e isenção de todo o serviço ([11]), e também ao lado de outra qualidade — irmãos do Senhor dos Passos.

Neste Compromisso exige-se que os irmãos sejam católicos de maior idade ou emancipados, residentes na cidade, com boa conduta religiosa, moral e civil, não podendo ser criados de servir, praças de pret ou guardas da fiscalização externa, por serem estes misteres incompatíveis com os encargos de irmão. Exigem-se os mesmos deveres do Compromisso de 1856 e concedem-se os mesmos direitos, acrescendo o direito do seu cadáver ser depositado na igreja da Misericórdia e alumiado por quatro brandões ([12]).

Desde o início teve a Santa Casa um pendão ou painel, representando em pintura dos dois lados a imagem de Nossa Senhora da Misericórdia que o Conde de Sabugosa assim descreve a respeito da Santa Casa de Lisboa, original de todas as bandeiras da Misericórdia de Portugal: «Ao alto a imagem de Nossa Senhora, de manto azul sustentado por dois anjos, e, em adoração, ajoelhados da banda direita o Pontífice, cardeais e frades. Na esquerda uma princesa e um rei, e, em segundo plano, outros personagens. Entre eles a figura de Frei Miguel de Contreras, grave, velho, macilen-

(11) *Compromisso de 1877* — pág. 50.
(12) Idem — pág. 1, 4, 5, 7 — Compromisso de 1856—art. 1.º.

to, de mãos levantadas. É trinitário com o seu hábito branco em cujo peitoral a cruz azul e vermelha da Ordem se destacava, e a Rainha com o manto roçagante e a coroa ornando-lhe a cabeça na atitude de implorar a protecção da Virgem» (13).

Houve sempre duas bandeiras: uma rica com cinto de veludo e outra pobre com cinto de couro, usada uma ou outra quando o enterro era ou não era de pobres (14). Esta bandeira continuou a ser adoptada pelos compromissos de 1856 e 1877 e com este artigo: «Continuará a servir-lhe de divisa uma bandeira guarnecida de veludo preto, tendo, em cada uma das quatro extremidades, cordões com borlas pretas. Esta bandeira terá dum dos lados o quadro de Nossa Senhora da Misericórdia, e do outro a Visitação de Nossa Senhora, rematando com uma cruz preta no centro e no cimo do quadro» (15).

O restauro da bandeira fez-se em 1907 pelo preço de 30.040 réis, e, em Julho de 1931, foi adquirida outra bordada que custou 433.000 reis.

Se a divisa da Santa Casa era a bandeira de Nossa Senhora da Misericórdia, a divisa dos irmãos era, e é, um balandrau preto de lã, distinguindo-se a do Provedor por ser de seda e usar uma vara de côr preta. Tanto o Compromisso de 1856 como o de 1877, mais exigentes que os compromissos anteriores, decretaram que os irmãos devem ter opa à custa própria. O de 1856 é categórico no seu art. 9.°: «Admitido que seja (o irmão) não poderá gozar dos respectivos direitos e regalias, nem ser inscrito no livro da Irmandade,

(13) *Conde de Sabugosa* — ob. cit. pág. 261.
(14) *1845*, fol. 8 — *Inventário*, 1852, fol. 40, 122 — *Corr.* 1854, fol. 35 — *Compromisso* de 1856 — art. 2.°.
(15) *Compromisso* de 1877 — pág. 3.

enquanto não apresentar a sua opa ou balandrau, feito à sua custa, e para seu uso e serviço» (16). O Compromisso de 1877 determina: «Art. 3.° — Usarão os irmãos de uma veste ou balandrau, de côr preta de fazenda de lã, do talhe e forma dos que actualmente se usam. A veste do Provedor será do mesmo feitio e côr, mas de fazenda de seda, sendo o cordão, borla e forro do capuz, de seda roxa, devendo esta ser fornecida pela Santa Casa e propriedade da mesma» (17).

(16) *Compromisso* de 1856.
(17) *Compromisso* de 1877 — pág. 3.

CAPÍTULO III

A igreja da Misericórdia

A capela da Madalena primeiro, do Espírito Santo depois — Festas e despesas — Fundação da Misericórdia em Bragança — Frontaria e retábulo do altar-mor — Fala-se de imagens, altares, sacristia, móveis e paramentos — O sino da Misericórdia.

A Santa Casa da Misericórdia de Bragança foi fundada em 1518 na igreja dedicada a Jesus e ao Espírito Santo, existente em 1316 e reconstruída, dois séculos depois, em 1539. Quer dizer que foi a Santa Casa que a reconstruiu com rendas próprias, da confraria do Espírito Santo e quiçá de Santa Maria Madalena. Porque a confraria do Espírito Santo aproveitou para a sua instalação a capela e adro de Santa Maria Madalena. A capela para a sua igreja, e o adro para a sepultura dos seus mortos.

O altar de Santa Maria Madalena, com a sua imagem de vestir, ainda existia em 1783 e 1852 [1]. No concerto da sua capela gastou a confraria do Espírito Santo, no ano de 1659, a quantia de 560 reis, e sua administração era feita por dois mordomos, nomeados pela Mesa da Santa Casa. Junto da primitiva capela havia um terreno onde a Santa Casa enterrava os pobres falecidos no hospital, ao qual deu sempre o nome de adro da Madalena.

---

(1) *Inventário* de 1783 — *Inventário* de 1852, fol. 42v.

Consta do arquivo da Santa Casa que lá, desde o ano de 1658 a 1682, foram sepultados 46 pobres, e só deixou o adro de ser sepultura quando foi aberto o cemitério público, sendo para este transportadas as ossadas. Antes do cemitério público, a Irmandade da Misericórdia ia, anualmente, ao adro da Madalena, em visita colectiva, no dia dos Fiéis Defuntos. Reduziram-se as dimensões do adro, mercê do alargamento do hospital do lado norte, em 1749 entrando-se no cemitério por uma porta de granito que no alto, tem esta data, e reduziram-se ainda mais, em 1868, quando se alargou a Rua Marquês de Pombal, se aumentou a enfermaria dos homens pelo lado nascente e se abriu, pela mesma rua, uma entrada para o hospital.

Que foi o cemitério, prova-se, ainda hoje, porque, não obstante a remoção das ossadas, descobrem-se ossos humanos quando se cava fundo no quintal.

Absorvida a capela pela igreja do Espírito Santo e apropriada esta pela Santa Casa, não morreu o culto a Santa Maria Madalena através dos séculos. Os compromissos de 1877 decretaram a obrigação da missa cantada, no dia 22 de Junho [2]. Missa cantada a órgão celebrou-se em 1658, custando 600 réis; missa cantada, simples, em 1856, teve a despesa de 840 reis; missa cantada, desde 1863 a 1876, exigiu o gasto de 5.070 reis; de 1877 a 1912, a despesa foi de 1.700 reis, subindo de 1914 a 1923 à quantia de 3.500 reis, e em 1930 a despesa foi de 120 escudos [3].

Em 427 anos que tantos são os da Santa Casa, manteve-se ininterrupta a tradição de Santa Maria Madalena. Só houve um ano em que a festa se não fez. Foi o ano

(2) *Compr.* de 2 de Julho de 1856 — *Compr.* de 1877.

(3) 671, fol. 12 — 679, fol. 7 — 1845, fol. 11, 77 — *C. Corr.* 1856, fol. 6, 9, 26, 32 — *C. Corr.* 1854 — *Acordãos*, 1832, fol. 96v — *C. Corr.* 1924, fol. 109.

19-11-1912. E sabe-se porquê. Receou-se que a festa deitasse abaixo a República...

É certo que, em 1316, já existia em Bragança a confraria do Espírito Santo, aliás não se teria instalado na capela de Santa Maria Madalena. Foi por esse tempo, o tempo da Rainha Santa Isabel, que outras se instituiram, entre nós, à imitação do que se fazia noutros países. Como o Espírito Santo, consolador dos aflitos, acende no coração humano o fogo amoroso da caridade, desde remotos tempos se lhe consagraram os hospitais. Fundada a primeira na cidade de Florença, tendo por fim valer a misérias isoladas e criar instituições próprias a realizar, ao máximo, obras de misericórdia, em breve se espalhou pelas grandes cidades da Idade Média em cujos prédios se punha, em lugar visível uma pomba, símbolo do Espírito Santo, como é de se ver, actualmente, no altar-mor da igreja da Misericórdia. Em Roma existe ainda o Hospital do Espírito Santo, na sua primitiva pureza, o centro de variada assistência pois é de saber que esta confraria, sobre fundar albergarias para peregrinos e celebrar com pompa grande a festa do seu orago, instituía hospitais, destinados a tratamento de doentes [4].

A Santa Casa da Misericórdia, senhora da igreja dedicada a Jesus Cristo e ao Espírito Santo, não lhe suprimiu o culto, nem deixou de lhe administrar as rendas. Ainda lhe nomeava mordomos para a sua administração em 1676, pessoas de categoria social, como foram, em 1659, o Licenciado Paulo de Mesquita e João Esteves; e se os compromissos de 2 de Julho de 1856 e de 12 de Maio de 1877 consideram facultativas as novenas e festa, não dispensaram

(4) *Fernando Correia* — Ob. cit., pág. 197, 347.

a Santa Casa da obrigação da missa cantada [5]. Chama-se a isto a força da tradição.

Na festa de 1658, com novenas — 13 dias — e missa cantada, a despesa foi grande: com 5 capelães, hospitaleiro e sacristão gastaram-se 1.100 reis; com os sermões da festa, pregados pelos religiosos de S. Francisco, a despesa foi de 1.100 reis; e com as novenas o gasto foi de 800 reis. A festa de 1669 foi mais rija porque meteu organista que ganhou... 400 reis [6]. Mais ou menos com esta despesa, se fez a festivdade do Espírito Santo. Até 1852 a despesa orçou por cinco a seis mil reis, porque a daquele ano subiu a 22.940 reis. Explica-se: só de música 10.560 reis; de foguetes 1.200 reis; e de sermão 2.400 reis [7].

Dinheiro mais barato, vida mais cara, preços mais altos, festa do Espírito Santo mais dispendiosa. Em 1860 já o estipêndio de uma missa cantada era de 6.000 reis e o fogo custava 4.320 reis [8]. Depois, de 1861 a 1879, uma ou outra vez se faziam novenas, uma outra vez se pregava sermão, havendo uma despesa média de 6.220 reis [9]. Em seguida, de 1880 a 1932, sempre o mesmo, excepto nos últimos quatro anos que a despesa subiu a 135 escudos [10]. Também só houve um ano, o ano de 1911-1912, no qual o Espírito Santo foi esquecido. Pela mesma razão: a República tinha medo da... religião.

A confraria tinha os seus rendimentos. Apesar da co-

---

(5) *Compr.* de 2 de Julho de 1856 — *Compr.* 1877, pág. 27.
(6) 669, fol. 40.
(7) 1845, fol. 9, 11, 16, 44.
(8) *Idem*, fol. 73 — *C. Corr.* 1856, fol. 6 — *C. Corr.* 1854, fol. 12, 38.
(9) *C. Corr.* 1854, fol. 45, 47, 55, 60, 68, 75, 84, 113, 121, 125, 135, 144 — *Acórdãos*, 1832, fol. 96v.
(10) *C. Corr.* 1907, fol. 13 — *C. Corr.* 1924, fol. 40, 68, 109, 145.

Da esquerda para a direita: casa do despacho, capela do Senhor dos Passos e igreja da Misericórdia

O velho hospital

brança deixar de ser feita, ainda recebeu, em 1672, de foros, em pão e dinheiro, 3450 réis [11], e em 1676, 5.300 reis com que se custeava a festa cujos sobejos revertiam para a Santa Casa, como sucedeu em 1656 que sobraram 800 reis. Neste ano, ainda a confraria recebeu foros de 11 casas que tinha na cidade, sendo o menor de 30 reis e o maior de 200 reis, foro de um moinho na Ribeira, e 7 alqueires de serodio de uma vinha no Sapato [12]. De foros em pão, de Samil, S. Pedro, Nogueira, Donai, Castro, Meixedinho e Vale de Nogueira, recebeu, no ano de 1667-1668, 49 alqueires de trigo que renderam 5.202 reis, o que vale dizer ser a 105 reis o alqueire. Mais ainda: a confraria recebeu 10 alqueires de serodio do foro de quatro prédios de Alfaião [13].

A administração da Santa Casa, no ano 1678-1679, foi excepcional em receita. Foi ela de 593.940 reis e deixou um saldo para o ano seguinte de 85.610 reis, que logo se destinou a obras na igreja. Se excepcional foi a receita, também excepcional foi a despesa — 508.330 reis [14]. É que este ano a Santa Casa da Misericórdia teve como Provedor o Bispo de Miranda do Douro, Dom Frei José de Lencastre que em breve seria removido para Leiria e depois promovido ao altíssimo cargo de Inquisidor Geral da Nação, sucedendo a seu irmão, o Cardeal Dom Veríssimo de Lencastre, nosso primeiro cardeal nacional.

No ano da sua gerência foi arrematada a obra da frontaria da igreja e suas paredes e arcos e levantamento da capela por meio de escritura, feita pelo Mestre António da Vei-

(11) 671, fol. 41.
(12) *Tombo* — 1 — fol. 144v.
(13) 669 — fol. 40.
(14) 679, fol. 8.

ga pela quantia de 160.000 reis e 20 alqueires de trigo. Foi também este Mestre que, nesse mesmo ano, arrematou por 30.000 reis a tribuna, a porta do púlpito, o levantamento do arco da capela, a porta do pátio de cantaria com pardieira e seus remates e as armas reais em cima, o reboco e feitura da parede até à esquina da casa de António Colmieiro (hoje capela do Senhor dos Passos), e uma esquina de cantaria com a esquina da capela com uma fresta também de cantaria. Por conta das obras, recebeu logo o Mestre Veiga a quantia de 143.640 reis.

As obras de madeira, tanto tosca como apainelada — portas da igreja de almofadas, coro e capela — foram arrematadas pelos mestres Sebastião da Costa e Domingos de Almeida, carpinteiros, por 150.000 reis, tendo recebido por conta 86.400 reis [14].

Estas obras foram executadas, parte na gerência do Bispo Dom Frei José de Lencastre, e parte no ano de 1679-1680 em que foi Provedor o Abade de Meixedo, Padre Manuel da Nóbrega de Azevedo.

No ano seguinte de 1681-1682, sendo Provedor Francisco de Almeida Figueiredo, na sessão de 14 de Agosto, assentou-se em Mesa que, para mais decência do culto divino e serviço de Deus, se fizesse um retábulo no altar-mor, a substituir o de então, a fim da igreja ficar melhor ornada. Ajustou-se por meio de planta e escritura, com o escultor Manuel de Madureira pelo preço de 150.000 reis.

Dali a um mês, a 12 de Setembro, apareceu, em sessão da Mesa, o escultor Manuel de Madureira para receber adiantadamente a quantia de 30.000 reis, e definitivamente assentar o plano do retábulo. Teria 33 palmos de altura e

(15) *Idem*, fol. 9v.

de largura «toda a que tiver a capela nas costas de trás», com 12 colunas colobrinas, todas revestidas de talha a mais perfeita que daria a arte, com quatro nichos para quatro evangelistas de relevo inteiro com seus timbres, tendo de altura 7 palmos grandes. Ao meio do retábulo e a meio relevo, o painel de Nossa Senhora da Misericórdia com 12 figuras, necessárias para o painel ficar perfeito. No alto do retábulo, um painel da Visitação de Nossa Senhora a sua prima Santa Isabel, em alto revelo, e em cima do painel da Misericórdia com as armas de meio relevo, a figura do Espírito Santo. Em baixo, um sacrário de quatro palmos de altura em proporção, e o banco teria quatro paineis de meio relevo com os quatro passos da Paixão de Cristo nas pilastras. Em cima, e aos lados do alto relevo de Nossa Senhora da Visitação e à frente de duas colunas colobrinas, as estátuas de São Pedro e São Paulo proporção de altura. Em nicho central, colocar-se-ia o Santo Cristo que seria da casa, imagem da igreja que se reconstruia agora, e cuja pintura, no ano de 1675, havia custado 600 reis.

O escultor Manuel de Madureira recebeu logo a quantia de 30.000 reis, como mais 20.000 recebeu no dia 16 de imediato outubro [16].

Por estas obras se conclui que, apesar de reconstruida a igreja do Espírito Santo, em 1539, ela era de fábrica muito pobre e que mais pobre ainda era a primitiva capela de Santa Maria Madalena.

Não se vêm, no alto do retábulo do altar-mor, as armas reais que o encimariam, a indicar a protecção e o padroado real, como consta da escritura lavrada com o escultor Manuel Madureira. No lugar das armas reais puseram a imagem

(16) *1681*, fol. 16.

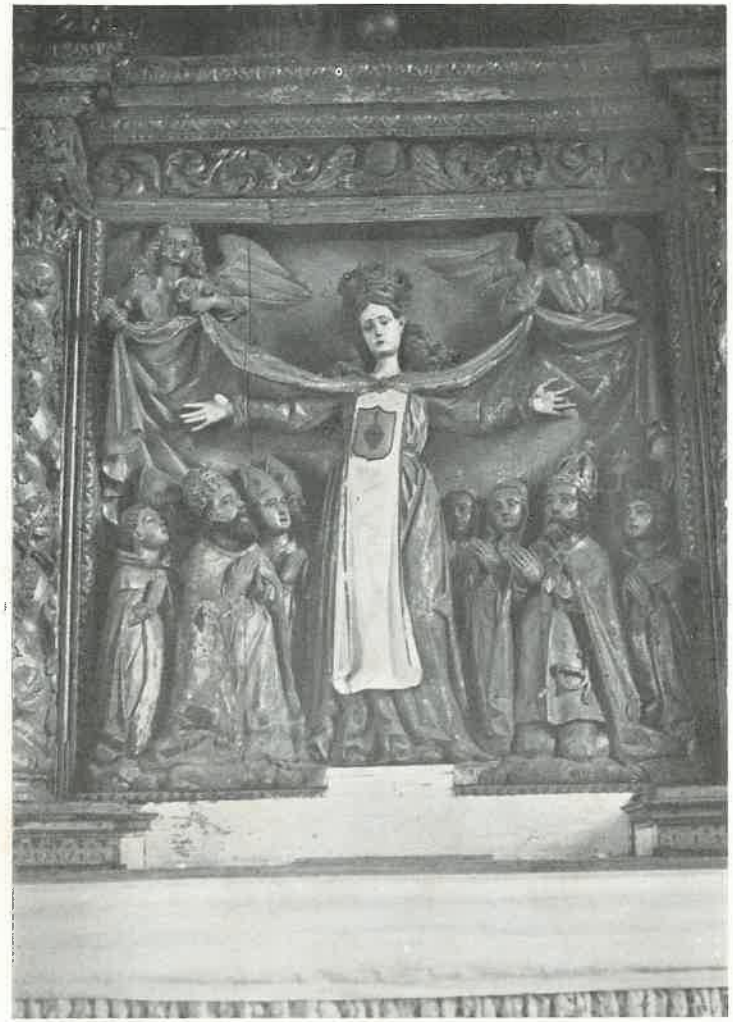
do Padre Eterno que ao de cima de Jesus Crucificado e do Espírito Santo, simbolizado pela pomba, fornecem imediatamente a ideia das três pessoas da Santíssima Trindade. Em Junho de 1867, a Mesa teve o mau gosto de colocar uma vidraça no nicho central do retábulo onde está Jesus Crucificado que ao lado tem as estátuas da Mater Dolorosa e de S. João Evangelista, vidraça que custou 7.200 reis, retirada afinal no primeiro quarto deste século.

Só em 1852 se mandaram pintar, no frontespício da Igreja, as armas da Santa Casa, recebendo o pintor 6.480 reis (17) concertando-se também a porta e a fachada, no que se gastaram 4.610 reis (18). Mais tarde, em 1865, argamassou-se de novo, pintaram-se as portas da igreja, fizeram-se reparos em toda ela, fez-se o revestimento de azulejos na frontaria, trabalhos que sòmente terminaram no ano de 1873 e nos quais se gastaram 543.890 reis (19).

Novos reparos se fizeram desde 1892 a 1894 — pintura de portas, vidros nas janelas e envernizamento do púlpito — que demandaram a despesa de 80.500 reis; e depois, em 28 de Janeiro de 1897, arrematou-se a reconstrução do soalho da igreja por se achar em estado de completa deterioração, devendo a fiada de cantaria que se achava em todo o comprimento da igreja ser substituída por madeira, fazendo-se uma escavação de 50 centímetros para a caixa de ar (20). O soalho ficou o melhor das igrejas de Bragança; e a Mesa animada resolveu-se a fazer obras de pintura e de telha no que gastou 17.415 reis (21) de sorte

(17) 1845, fol. 43.
(18) *Idem*, fol. 42.
(19) *Livro de termos de arrem.*, 1864, fol. 6 — *C. Corr.* 1854, fol. 76, 95, 104, 125, 135, 144 — *Copiador*, 1882. n. 5.
(20) *Actas*, 1884, fol. 132.
(21) *Idem*, fol. 132.

Retábulo do altar-mor



Nos: Senhora da Misericórdia (particular do retábulo do altar-mor)

que a Mesa de 1911 pôde declarar com desvanecimento que a igreja da Misericórdia satisfaz plenamente em decência e capacidade o fim religioso da Irmandade (22). Efectivamente da parte das mesas houve sempre a preocupação do asseio da sua igreja. Examinando as contas existentes no arquivo da Santa Casa, apesar de mutilado e muitíssimo incompleto, a ponto de faltar a vida de mais de dois séculos, averiguei que mais de cincoenta vezes ela foi caiada.

A igreja da Misericórdia teve órgão próprio já porque o organista era um dos empregados já porque no ano de 1659 o tesoureiro pagou uma conta de 1.300 reis, quantia enorme que exclui a ideia de um órgão portátil.

Pelo inventário feito em 1783, vê-se que a igreja teve um altar dedicado a Nossa Senhora ao pé da Cruz; e, pelo inventário de 1852, se tem a certeza de que, ao menos desde essa data, existem as imagens da Rainha Santa Isabel e de São José, expostas à veneração dos fiéis nos altares laterais (23).

Em 1659 já existia um altar para São João Evangelista, substituído pelo actual que, como o de Nossa Senhora da Soledade, foi inventariado em 1852, envidraçado nesse mesmo ano e que me parece ter sido feito pelos anos de 1799 por ser do mesmo estilo do altar do Senhor dos Passos (24). Teve naquele ano, o ano de 1659, sacras novas que custaram 390 reis, e os inventários de 1783 e 1852 dão-lhe um hábito de seda verde com capa encarnada, cabeleira, cabeção com sua volta e um arco de prata. Renovaram-lhe o hábito em 1874, envidraçaram-lhe melhor o nicho em 1897,

(22) *Idem*, 1907-1919, fol. 63.
(23) *Inv.* 1783 — *Inv.* 1852, fol. 42v.
(24) *Inv.* 1852 — *Acórdãos*, 1832, fol. 57v.

deram-lhe andor novo em 1906, restauraram-lhe a imagem em 1930 (25).

Nossa Senhora da Soledade aparece, no inventário de 1783, com esplendor de prata, camisa, anagua, duas túnicas, um lenço, um vestido inteiro de gala e um manto de seda, tudo preto. Tinha mais duas toucas e seis mantos (26). Em 1846 a imagem foi encarnada e teve um manto e vestido novo (27). Mas no de 1852 há mais a registar: 4 sanefas de damasco roxo com franja para o andor; 1 vestido novo, preto, de nobreza, outro de sarja preta, 3 lenços de robinet, de escomilha bordado a fio de prata e lantejoulas e outro de cambraia; 3 capas — uma de seda azul clara, outra de pano branco com renda, outra de setim preto e ainda outra de sarja preta; 4 mantos, sendo um de damasco de cores (28). Em 1897 dão-lhe melhor vidraça para o altar, em 1906 oferecem-lhe um andor novo, em 1930 restauram-lhe a imagem e em 1947 dão-lhe um riquíssimo manto de seda azul ((29)).

Encerrado, o mosteiro de Santa Escolástica (S. Bento) pela morte da última religiosa, a imagem da Senhora das Dores foi transferida para a igreja da Misericórdia. A Mesa ficou contente, e resolveu colocá-la no altar de Nossa Senhora da Soledade e celebrar anualmente no dia próprio uma missa cantada por 3 padres, 1 ajudante e 6 cantores. O Compromisso de 1856 declarou esta missa facultativa que deu

(25) *Inv.* 1783 — *Inv.* 1852, fol. 42v — *C. Corr.* 1854, fol. 135 — *Actas* — 1884, fol. 121v — *Actas* — 1903, fol. 42 — *Actas*, 1919-1932, fol. 89 — *C. Corr.* 1884-1929.

(26) *Inv.* 1783.

(27) 1845, fol. 9, 12.

(28) *Inv.* 1852, fol. 41.

(29) *Actas*, 1884, fol. 121v — *Actas*, 1903, fol. 42 — *Actas*, 1919-1932, fol. 89 — *C. Corr.* 1884-1923.

em resultado não ser mais celebrada depois do ano de 1877 (30).

A Via-Sacra que o inventário de 1852 registou, foi substituída por outra em 1855 que custou 3.840 reis (31) e o confessionário de madeira teve substituto em 1930, e os candieiros de parede, comprados em 1895 por 2.700 reis, foram inutilizados pela luz eléctrica que custou 1.140,80 escudos, instalada em 1929 (32). Foi neste ano que se compraram 30 velas automáticas que custaram 227 escudos, foi em 1935 que se fizeram os bancos da igreja, em 1937 que se compraram esteiras, em 1939 que se adquiriram 2 crucifixos e em 1940 que foi autorizada a colocação da imagem do Sagrado Coração de Jesus (33).

Diga-se, antes de me referir à sacristia, que no ano de 1930 se reparou novamente o soalho da igreja no que se dispendeu a quantia de 550 escudos (34).

A sacristia, em 1667, era térrea e no soalho feito gastaram-se 2.120 reis. Foi forrada em 1864, sendo a despesa de 30.000 reis (35). Em 1906, porque a sacristia era escura, principalmente depois do alargamento de uma das enfermarias, fizeram-se obras no sentido de melhor a iluminar (36). Na sacristia não faltam, na cómoda grande com gavetas, no guarda-roupa e no armário (37), paramentos suficientes e objectos para o culto. Missais do princípio do século XVIII,

(30) *Acórdãos*, 1832, fol. 53 — *Compr.* de 1856 — *Corr.* 1856, fol. 6 — *Corr.* 1854, fol. 32, 68 — *C. Corr.* 1854, fol. 68 — *Compr.* de 1877, fol. 27.

(31) *Inv.* 1852, fol. 43 — 1845.

(32) *Inv.* 1852, fol. 43 — *C. Corr.* 1924, fol. 101.

(33) *C. Corr.* 1924, fol. 100 — *C. Corr.* 1935 — fol. 41 — *C. Corr.* 1935, fol. 93 — *Actas*, n. 16, fol. 171v.

(34) *Actas*, 1919-1932.

(35) *L. termos de arrematação*, 1864, fol. 3.

(36) *Actas*, 1903, fol. 32v.

(37) *Inv.* 1852, fol. 40v.

pálio e frontal roxo, cortinas de damasco vermelho e pavilhões para o sacrário, cortinas de seda roxa e panos de seda para as estantes, castiçais dourados e castiçais de madeira, casulas, dalmáticas, pluviais, sanguinhos, corporais, véus de cálices e tudo o que é necessário para o culto, pobre, simples, discreto como convém a uma casa de pobres [38].

Em 1677 havia 2 lanternas de prata que custaram 120.000 reis, e os paus 200 reis. O concerto de uma custou em 1681 a quantia de 800 reis, e o mesmo outra em 1710. Lâmpada de 13 arráteis, apreçada em 166.400 reis, da igreja de S. Bento, foi oferecida pelo Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, em Dezembro de 1864 [39], que foi concertada, no ano seguinte, por 6.640 reis. Turíbulo de prata e naveta, teve-os em 1667, e depois outros, em 1897 que custaram 47.700 reis [40].

Importa agora dar notícias do sino da Misericórdia, cujo som é tão distinto e tão conhecido por todos nós. Quando todos os sinos da cidade tocam a chamar os confrades para os enterros, o sino da Misericórdia é o que mais nos impressiona por ter já tocado por membros da nossa família. O sino que bimbalha e repica ao de cima da fachada de azulejos, está ali, há mais de quatro séculos. A ferrugem tem-lhe devorado, por vezes, a ferragem, o tempo tem-lhe apodrecido a cabeça e as cordas, mas o sino, esse, continua piedoso e inflexível. Inflexível a anunciar a morte. Piedoso a pedir sufrágios pelos mortos. Nunca cantou alegrias de batisado, nem esperanças de matrimónio feliz. Nunca.

(38) *1845*, fol. 11 — *Acórdãos*, 1832, fol. 39v — *1845*, fol. 35 — *Inv.* 1852, fol. 40v, 43 — *Actas*, 1884, fol. 66 — *C. Corr.* 1924, fol. 138.

(39) *Copiador*, 1882 — n. 25.

(40) *Actas*, 1884, fol. 121v.

Jamais badalou para as procissões de festa. Se nas procissões do Enterro do Senhor, a sua voz é substituída pelo som cavo e triste das matracas. Se grita para a procissão do Senhor dos Passos, a sua voz tem a amargura de uma tragédia em marcha.

CAPÍTULO IV

Capelães e Sacristães

Número de capelães através dos séculos — Os seus direitos e deveres — De como se chegou à total ausência de capelães — Fala-se do organista e do sacristão — Obrigações e estipêndios.

Para cuidar da igreja e do serviço religioso, a Mesa da Santa Casa destacava dois mesários, a que dava o nome de mordomos. Tinham o encargo de fazer exercitar os ofícios divinos com decência e veneração possíveis. Nos Domingos e dias santificados, assistiam às missas e pregações, e superintendiam para que nada faltasse e tudo estivesse na ordem (1).

A eleição dos mordomos fazia-se na primeira reunião da Mesa, e eram escolhidos: um dentre os mesários nobres, e outro dentre os mesários de segunda condição. No ano 1668-1669, por exemplo, os mordomos eram: o licenciado Tomás de Castro da classe dos nobres, e o irmão Bernardo Garcia, da classe dos plebeus (2).

Os ofícios divinos eram celebrados pelos capelães. Chamavam-se capelães porque tinham a seu cargo as capelas, isto é as missas que os testadores deixavam à Santa Casa, retendo, cada uma, o nome do seu instituidor, já para me-

(1) *Compromisso* de 1618 — pág. 8, 21.
(2) *1669*, fol. 32.

lhor se conservar a sua memória, já para lembrança de ser encomendado a Deus.

Deviam os capelães ter quatro qualidades. Primeira — ser cristãos velhos dos quatro costados; segunda — pessoas de virtude, ciência e reputação; terceira — ter nunca menos de 30 anos; quarta — ser bons cantores e dextros em canto de órgão [3].

Quantos eram os capelães da Misericórdia?

Desde o seu início, a igreja da Misericórdia teve dois: um capelão-maior, e outro capelão-menor. A pouco e pouco o número aumentou, à medida que os legados à Santa Casa deixavam missas para formar capelas. No ano 1658-1658, o número subiu a cinco. No ano 1667-1668, já eram seis. Nos anos seguintes, 1669 a 1680, o número desceu a cinco. Sete capelães houve desde 1681 a 1710 que teve *dez*. A partir do ano de 1750, o número de capelães foi-se reduzindo lentamente porque lentamente os legados deixaram de consignar missas em número suficiente para constituir capelas. De sorte que, no ano de 1843, a Santa Casa tinha apenas três capelães — o capelão-mor e dois capelães, chamados segundos [4].

Só dois capelães havia no ano de 1845: capelão-mor e capelão-menor [5] e assim se conservou até ao ano 1856, no qual o Compromisso de 2 de Julho reafirma direitos antigos de padroado, declarando que o capelão da Santa Casa deve ser um presbítero, proposto pelo Provedor e aprovado pelo Ordinário, homem de merecimento e de reconhecida virtude, não podendo, depois de nomeado, ser despedido, a não ser por meio de processo onde se provasse a sua incapacidade, tendo por obrigação celebrar na igreja da Santa Casa o Santo Sacrifício da Missa, todos os dias, menos às sextas-feiras que era na capela do Senhor dos Passos, sempre por alma dos irmãos vivos e defuntos, oficiar em todas as funções da Irmandade, e acompanhar a Mesa em todas as procissões e enterros e outros actos, designados no regimento interno [6].

(3) *Compromisso* de 1618, pág. 24.
(4) *Acórdãos*, 1832, fol. 11v.
(5) *1845*, fol. 2.

Com o novo Compromisso de 12 de Maio de 1877, os capelães voltaram a ser dois — maior e menor — com os encargos, assim distribuídos: ao capelão-mor incumbia celebrar diàriamente na igreja, aplicando as missas por alma dos irmãos vivos e defuntos, sendo a missa dos Domingos e dias santificados ao meio-dia; oficiar em todas as funções da confraria sem invasão dos direitos paroquiais; confessar e sacramentar os doentes do hospital e assisti-los quando moribundos; acompanhar a Mesa e a Irmandade em todas as procissões, enterros e em quaisquer outros actos públicos; fazer a encomendação dos irmãos falecidos; vigiar pelo asseio do templo, e velar pela guarda e conservação de todos os ornatos, roupas, alfaias, vasos e mais guisamentos que servem para o culto; convidar os clérigos para as funções excepto para pregar; mandar sufragar as almas dos irmãos falecidos, em harmonia com a relação entregue pelo secretário, preferindo para estes sufrágios o capelão-menor; executar as deliberações da Mesa respeitantes ao serviço da Igreja, quando não fossem contrárias à sagrada liturgia; e lavrar os assentos dos óbitos ocorridos no hospital, remetendo, depois, ao pároco respectivo as indicações precisas para lavrar o competente assento.

Ao capelão-menor incumbia: celebrar missa, todas as

(6) *Acórdãos*. 1832, fol. 43, 46v, 48 — *Compromisso* de 1856.

sextas-feiras, Domingos e dias santificados na capela do Senhor dos Passos, por intenção dos vivos e defuntos, às 8 da manhã, desde o dia 1.º de Março a 31 de Outubro, e às 9 horas desde 1.º de Novembro ao último de Fevereiro; coadjuvar o capelão-mor, substituí-lo nos seus impedimentos e cumprir as ordens legais que este lhe desse; assistir às funções da confraria, e acompanhar esta nas procissões e outros actos públicos; celebrar as missas de sufrágio pelas almas dos irmãos falecidos, segundo a relação do capelão-mor (7).

Pouco tempo, depois de publicado este Compromisso, durou a dupla função de capelão-mor e capelão-menor. Morto o capelão-menor, e substituído o maior, o capelão passou a chamar-se simplesmente capelão. Só, em Maio de 1902, porque o Cónego António José da Rocha, sempre pronto a auxiliar a igreja da Misericórdia, ofereceu mais 4 casulas de damasco e seus aprestos e um cálix e patena de prata dourada, houve a lembrança de o nomear capelão-mor honorário (8).

Após a implantação da República, a Mesa, a 30 de Dezembro de 1911, resolveu reformar o Compromisso da Irmandade, de harmonia com as leis de 20 e 26 de Abril (Lei de Separação) no que respeitava ao culto e assistência, e adoptar, desde logo, para seu regulamento, como sua principal estatuária, a referida lei, em todas as suas disposições quer prescritivas quer proibitivas, e assumir a obrigação de cumprir as determinações legais (9).

Evidente que nada se modificou porque nenhuma modificação ordenava, a respeito, a célebre Lei de Separação, mas o acórdão da Mesa dá a medida dos seus *sentimentos religiosos:* — uma hostilidade permanente contra os capelães. Assim foi que desde 30 de Setembro de 1911 a 27 de Outubro de 1918, houve 7 (10).

(7) *Compromisso* de 1877, pág. 21.
(8) *Actas*, 1884, fol. 184.
(9) *Actas*, 1907-1919, fol. 53.

Nada se modificou, é certo. Mas o administrador do concelho, em Dezembro do ano seguinte, insiste e quer a reforma, aliás fechar-se-ia a Santa Casa. Então a Mesa, apertada pelo enternecido afecto da administração concelhia pela Lei de Separação, responde, em longo ofício no qual termina: «...não me parece que esta Santa Casa da Misericórdia de Bragança haja necessidade de reformar os seus Estatutos para no todo os harmonizar com as disposições humanitárias (sic) da referida Lei de Separação. Por quanto, nem as disposições do seu Compromisso brigam com as da dita lei, nem tão pouco a despesa que anualmente efectua, atinge a média estabelecida, como limite, no art. 38.º da mesma lei, como se mostra dos documentos que tendo a honra de enviar a V. Ex.ª, não se me afigurando, portanto, que pela falta de reforma dos seus estatutos, seja esta confraria incursa na pena estabelecida nos arts. 39.º e 169.º, conservando para todos os efeitos a sua individualidade jurídica de associação de assistência e beneficência» (11).

Em 1919, a Santa Casa não tinha capelão. A opinião pública já podia clamar. O Compromisso não se cumpria. A Semana Santa estava iminente. E apelou-se para o Prior de Vila que então era o Cónego António dos Santos Ribeiro (12). Em quatro meses houve dois capelães interinos (13). Falta de clero e insuficiente remuneração. O Provedor, a 23 de Maio, a 18 e 22 de Julho de 1922, pede ao Bispo Dom

(10) *Idem*, fol. 50v, 122 — *Corr.* 1884-1929.
(11) *Corr.* 1894-1923, fol. 130.
(12) *Actas*, 1907-1919, fol. 136.
(13) *Idem*, fol. 137, 144v.

José Leite de Faria que lhe nomeie um capelão. A Mesa elevara a 420 escudos anuais o anterior ordenado de 280 escudos, abrira concurso e nenhum concorrente aparecera. O culto continuava prejudicado. Os sacramentos eram administrados pelos párocos da cidade, era certo; mas não se dizia a missa do meio-dia, não se acompanhavam os cadáveres ao cemitério, e o povo clamava. Em face desta insistência, o Prelado respondeu estar muito preocupado com o problema. Por um lado falta de clero, por outro a impossibilidade da Santa Casa aumentar o subsídio. No entanto não desesperava de encontrar uma solução, mais ou menos satisfatória (14).

Encontrou-se afinal e definitiva, mas no tempo do bispo imediato, Dom António Bento Martins Júnior, actual Arcebispo Primaz de Braga.

Diga-se, a tempo, que o Regulamento Geral do Hospital, de 4 de Junho de 1932, declara continuar em vigor o que o Compromisso de 1877 preceitua a respeito do culto e confraria da Santa Casa da Misericórdia (15).

Uma pergunta que se afigura interessante: qual o estipêndio, concedido a cada um dos capelães?

Em 1658, havia 5 capelães. Cada um recebia anualmente 6.000 réis, 15 alqueires de serôdio, e mais 6 nas festas do Natal e da Páscoa. Em 1667, houve o aumento anual de 600 réis, oferta do ofício geral (16). Em 1676, o estipêndio era de 9.480 réis, 15 alqueires de serôdio, 20 réis por cada ofício e 80 por cada pobre falecido no hospital, e em 1679, subiu a 10.020 réis o ordenado (17).

Mas, a 20 de Junho de 1680, os capelães requereram

(14) *Corr.* 1884-1929 — *Corr.* 1894-1923, fol. 170v.
(15) *Reg. Geral do Hospital* — pág. 40.
(16) *1669*, fol. 18 — *1671*, fol. 11, 19.
(17) *1679*, fol. 17.

que, por serem muitos os ofícios de irmãos falecidos e terem trabalho, não se atreviam a fazê-lo, recebendo um *vintem* por missa e ofício de 9 lições e vésperas. A Mesa resolveu dar a cada capelão *meio tostão* de esmola pela obrigação de missa e ofício.

Nesta ocasião, dois capelães haviam ficado com o legado de Salvador Lopes Colmieiro e seus herdeiros. Estes passaram a receber mais 2.000 réis por ano do que os outros, por terem a missa diária e a liberdade presa. O seu ordenado anual ficou sendo de 12.000 réis em dinheiro e 15 alqueires de serôdio (18).

A 21 de Julho de 1833, por causa das dificuldades financeiras em que se debatia a Santa Casa, deliberou a mesa que, nas missas cantadas, o celebrante recebesse 480 réis, os assistentes 240, e o sacristão 120; que nas vésperas cada um recebesse 60 réis; que os cantores recebessem, cada um 160 réis (19).

Foi a 6 de Julho de 1835 que a Mesa acordou ser a missa conventual, nos Domingos e dias santificados, ao meio-dia, no altar-mor, por um dos capelães da casa (20).

Em 1836 a Santa Casa estava empenhada. Muitos os enfermos. Renda insignificante à face da despesa. A Mesa, então, determina que o capelão-mor e o capelão menor recebam, além das missas e mais emolumentos, respectivamente, só 40 alqueires de pão meado e 25 alqueires de centeio. Não concordaram os capelães com a resolução tomada. E a Mesa, a 12 de Outubro, os deu por despedidos e mandou saldar contas (21).

Em 1838, acha-se mais angustiosa a situação económi-

(18) *Idem*, fol. 50.
(19) *Acórdãos*, 1832, fol. 7v.
(20) *Idem*, fol. 10.
(21) *Idem*, fol. 12v, 13v.

ca da Santa Casa. A Mesa sentiu a impossibilidade de sustentar todas as funções a que estava obrigada. A manutenção do hospital exigiu a supressão das funções, exceptuando o ofício geral, no dia 3 de Novembro [22].

Em 1847, o capelão passou a viver no hospital. Tinha um compartimento onde foi construído um lar por 3.220 réis, e no qual, em Abril de 1856, se desempenou uma janela do quarto por 480 réis. Mas logo, em 1857, se viu ser preferível a moradia fora, subsidiando-lhe a renda com 6.000 réis anuais, e em 1859 com 8.840 réis e a gratificação de 9.600 para azeite e carvão [23]. Com maior ou menor subsídio, o capelão, até ao ano 1877, teve direito a casa, azeite, sal e carvão [24]. E também até este mesmo ano, era-lhe dado o estipêndio de 140 réis pelas missas semanais e 240 réis pelas dos dias santos, ordenado mensal de 2.400 (em 1865 aumentado a 3.800), e a propina de 5 alqueires de pão, o que todas as verbas juntas deram em 1867 o ordenado anual de 127.800 réis.

De 70.000 réis foi o ordenado anual do capelão, desde 1877 a 1894 que passou a ser de 100.000 réis [26], excepto as missas que já eram a 240 réis [27] esmola subida a 500 réis para as missas dos dias santificados [28].

O ordenado anual de 100.000 réis manteve-se, não obstante as reclamações até ao ano de 1911 [29].

(22) *Idem*, fol. 20.
(23) *Corr.* 1845, fol. 8, 84 — *C. Corr.* 1854, fol. 25 — *C. Corr.* 1856, fol. 13.
(24) *Idem*, 1854, fol. 41, 53, 59 — *Acórdãos*, 1832, fol. 84.
de 127.800 réis [25].
(25) *C. Corr.* 1845, fol. 15, 8, 33 — *C. Corr.* 1854, fol. 34, 45, 66, 83.
(26) *Actas*, 1884, fol. 16v — *C. Corr.* 1884-1929.
(27) *Idem*, fol. 96v.
(28) *Idem*, fol. 130.
(29) *C. Corr.* 1884-1929.

A Santa Casa teve, nos séculos passados, um organista, que até 1671 recebia por ano a quantia de 4.000 réis e 18 alqueires de serôdio com obrigação de tocar em todas as festas e missas cantadas do ano e em todas as funções da Quaresma. Depois deste ano, o ano 1671, passou a receber a gratificação anual de dez tostões [30]. Não sei até quando existiu na igreja da Misericórdia o cargo de organista. Sei apenas que ele existiu até 1710.

Auxiliar imediato dos capelães, foi sempre o sacristão que por vezes foi um presbítero, ou um candidato ao sacerdócio que, na igreja, se adextrava para as cerimónias litúrgicas.

12.000 réis anuais e 20 alqueires de pão, com o dever de fornecer vinho e hóstias, era o ordenado do sacristão, em 1833. Este ordenado subiu a 13.800 réis no ano de 1849, a 21.600 réis em 1851 e desceu a 19.200 réis em 1853 [31].

O Compromisso de 2 de Julho de 1856 dizia que o sacristão devia ser uma pessoa fiel, humilde, virtuosa e decente [32] bem menos exigente que o Compromisso de 1877, que exige a qualidade de clérigo minorista, tonsurado ou simplesmente licenciado, não podendo ter menos de 14 anos, com os encargos de conservar sob sua responsabilidade as chaves da igreja, de fornecer vinho e hóstias para as missas da casa, de abrir e fechar, à hora conveniente, as portas da igreja, de cuidar da limpeza e asseio do templo, de assistir a todas as funções da Casa, acompanhar os enterros e ministrar aos capelães sempre que oficiarem, tendo de usar batina, volta e sobrepeliz, em todas as funções, procissões, en-

(30) *Ano* de 1669, fol. 19 — *Ano de 1671*, fol. 20 — *Ano de 1679*, fol. 19.
(31) *Acórdãos*, 1832, fol. 4, 12v, 44, 47 — *C. Corr.* 1845, fol. 12, 38, 58.
(32) *Compr.* de 2 de Julho de 1856.

terros e outros actos públicos, e quando ajudar às missas nas sextas-feiras e Domingos [33].

Este Compromisso aboliu e extinguiu as propinas e emolumentos dos capelães e sacristães [33] porque uns e outros os recebiam. O sacristão recebia, até 1877, a propina anual de 22 alqueires de pão meado (trigo e centeio) a par do ordenado de 28.000 réis, por ano, que, em 1859, desceu a 24.000 réis, que, em 1861, tornou a subir a 26.400 réis, e depois, em 1863, tornou a subir a 36.000 réis [34]. Este ordenado melhorou, em 1875, sendo de 45.000 réis, e em 1877, de 54.000 réis. Em 1914, desceu a 36.000 réis, e, em 1922, subiu a 90.000 réis que, no ano seguinte teve o aumento de 30 escudos [35], e mais outro aumento, em 1924, que foi de mais 24 escudos [36].

Desde o princípio da Santa Casa da Misericórdia até meados do século XIX, houve na igreja moços de capela, em número suficiente para ajudar às missas. Na eleição destes moços, a Mesa cuidava de saber se eram *limpos de raça* e pobres, com mostras de boa criação e de capacidade para o serviço [37].

(33) *Compr.* de 1877, pág. 23.
(34) *Acórdãos*, 1832, fol. 65, 83v — *C. Corr.* 1854, fol. 32, 45, 66, 113, 125.
(35) *Actas*, 1919-1932, fol. 42.
(36) *C. Corr.* 1924, fol. 3.
(37) *Compr.* de 1618, pág. 26.

CAPÍTULO V

A Mesa da Santa Casa

Eleição e posse da Mesa — Os poderes da Mesa, limitados pela Mesa Geral — Cartas dos Reis Dom José I e Dom Pedro V — As qualidades do Provedor — Os privilégios das Misericórdias e dos Mesários — Comissões Administrativas — Confronto desconcertante.

Dada a importância da Santa Casa e a sua finalidade, comprende-se como seria meticulosa a eleição anual da Mesa. No dia 2 de Julho, dia da Visitação de Nossa Senhora, reuniam-se na igreja todos os irmãos, os nobres e de segunda condição, com o Provedor e oficiais que terminavam o seu mandato. Ao púlpito subia um dos capelães para ler a parte do Compromisso que regia acto tão importante. Em redor da mesa, colocada ao centro da igreja, assentavam-se artífices e nobres sem género algum de precedência. Tesoureiro e escrivão, a postos, junta da urna a recolher os votos dos quais saia a lista de 13 nomes. Primeiro, o Provedor — um nobre — e depois 6 nobres e 6 de segunda condição, todos com limpeza de sangue, todos «humildes, e que o maior fosse o menor, servindo os outros», todos com humildade e obediência a cumprir e ministrar as Obras de Misericórdia [1].

O Provedor fica sendo a imagem de Jesus Cristo, e os

(1) *Fernando Correia* — ob. cit. — pág. 569 — *Compr.* 1618 — pág. 7.

membros da Mesa eram como se fossem os 12 Apóstolos. Eleitos e proclamados para dirigir e governar durante o próximo ano, seriam um vivo exemplo para toda a Irmandade, no cumprimento de todos os deveres, tendo por modelo Jesus Cristo e as suas misericórdias. Entrados na Mesa para deliberar e votar com inteira e recta consciência, sem ódio e afeição, estavam lembrados de que, em verdade, eram administradores dos benefícios destinados ao culto divino e à pobreza enferma e desvalida de que lhes seriam pedidas restritas contas, já pela Mesa Geral já por Deus Nosso Senhor a quem nada se esconde. Antes da eleição haviam rezado 3 Ave-Marias, de joelhos, a implorar o auxílio e a protecção da Senhora da Misericórdia; e depois da eleição cantaram a Ladainha de Nossa Senhora, empossaram-se imediatamente dos seus cargos e assistiram à festa da Visitação de Nossa Senhora [2].

A festa da Visitação que, por economia de palavras, se passou a chamar, festa de Santa Isabel, foi sempre declarada obrigatória em todos os compromissos: no de 1516, no de 1618, no de 1856 e no de 1877 [3]. Missa cantada sempre com organista ou com charamela, com sermão ou sem sermão, houve-a sempre, excepto no ano em que se proclamou a República. Nos primeiros anos, o celebrante recebia um vintem, em 1658 já recebia um tostão. Porque toda a festa, em 1679 custou 500 réis [4] e em 1847, custou 2.00 réis [5]. Depois foi subindo, a pouco e pouco a despesa até dobrar, como em 1915, a triplicar como em 1921, e a multiplicar-se por 60 como foi em 1930 que custou 120 escudos [6].

(2) *Compr.* 2 de Julho de 1856.
(3) *Idem* — *Compr.* de 1877, pág. 27.
(4) *1679*, fol. 7 v.
(5) *1845*, fol. 9, 4.
(6) *C. Corr.* 1907-1915, fol. 2 — *C. Corr.* 1924, fol. 45, 109.

Depois do Compromisso de 1877, a audição da missa cantada era precedida pela posse da Mesa com balandráus vestidos que depois prestava juramento sobre os Santos Evangelhos, recebido pelo capelão, ainda paramentado, no qual o Provedor, à frente dos mesários dizia o seguinte: «Por estes Santos Evangelhos em que pomos as mãos, juramos cumprir religiosamente todas as obrigações que nos impõe o Compromisso desta Santa Casa da Misericórdia». O Provedor e mesários, ajoelhados, diziam sucessivamente: Assim o juro [7].

Prestado o juramento cantava-se a Ladainha, finda a qual a Mesa se dirigia à sala do despacho, e entrava em exercício.

Ela, a Mesa, era, segundo o Compromisso de 1856, responsável por todos os seus actos, e incumbia-lhe organizar o regimento interno, interpretá-lo e executá-lo, acompanhar os enterros, admitir e riscar irmãos, restando a estes o recurso à Mesa Geral, dar a esta conta da receita e despesa durante o ano, decidir como e quando se deviam fazer as funções religiosas, tendo em consideração as posses da Santa Casa, mandar reunir Mesa Geral quando julgasse necessário, administrar os bens da Irmandade e autorizar, com a sua assinatura, as suas deliberações, escrituras de dívida, foros e prazos contraídos com a Santa Casa, e lembrar e vigiar o cumprimento das obrigações de cada um dos empregados.

Além destes encargos, tinha a Mesa obrigação de fazer executar as deliberações da Mesa Geral, de exigir dos empregados os esclarecimentos necessários para o bom e regular andamento dos negócios da Santa Casa, de fazer cumprir os sufrágios pelas almas dos irmãos e dos benfeitores dos lega-

(7) *Compr.* de 1877, pág. 13.

dos, e de fixar o número dos doentes pobres e o preço das diárias dos pensionistas [8].

Desde sempre os poderes da Mesa foram limitados. Segundo o Compromisso de Dom Manuel, não podia passar recibos de contas de cousas que não viu; receber de novo irmãos que houve de riscar; prometer cousas fora do ano da gerência; dispender dinheiro à conta do que havia de cobrar; emprestar paramentos ou pratas da casa; dar sepultura perpétua ou pôr letreiros nobres na igreja da Misericórdia; e aceitar capelas e instituições de encargos desta qualidade. Também não podia a Mesa vender ou trocar rendas, pertencentes à Santa Casa, por qualquer título e via que fosse, fazer concertos ou transacção sobre herança de propriedades que se deixassem à Santa Casa, mudar ou alterar o que fosse determinado por assento de alguma Mesa, lançado no livro dos Acórdãos, nem podia reservar para si fazenda alguma ou juro *in perpetuum* das heranças livres sem o parecer da Mesa Geral [9].

A Mesa Geral, ou Assembleia Geral, não é só criação do Compromisso primitivo; ela vem consignada nos compromissos posteriores, tanto o de 1856 como o de 1877.

A Mesa Geral é a reunião de todos os irmãos, debaixo da presidência do Provedor. Há mesas gerais ordinárias e extraordinárias. As ordinárias no Domingo anterior ao dia 2 de Julho. As extraordinárias quando convocadas pelo Provedor ou Mesa administrativa. É da sua competência eleger a Mesa, discutir matérias apresentadas pela Mesa ou por algum dos irmãos, julgar e decidir da exclusão dos irmãos, feita pela Mesa, tomar contas a esta do ano da sua gerência, autorizar a venda ou troca de foros, pensões ou outros quaisquer rendimentos da Santa Casa; e bem assim contratar, fazer transacções sobre heranças, ou doações de propriedade vindas à Casa, ou sobre dívidas de que esta seja credora, quando de semelhantes transacções resulte vantagem à Santa Casa, observando-se sempre as disposições das leis civis a este respeito [10].

(8) *Compr.* 1856.
(9) *Compr.* 1618, pág. 15 v.

Até ao ano de 1856 em que El-Rei Dom Pedro V aprovou novo Compromisso, a Mesa era constituída por 13 membros, sete de condição nobre e seis de segunda condição [11]. Em 1856, além do Provedor, escrivão e tesoureiro, havia vogais e um procurador, tendo-se sempre em vista o estado, idade e profissão de cada um que lhes permitisse a observância dos seus deveres. Em 1877, o número de vogais passou a ser de nove, e a Mesa, em vez de assistir à missa cantada depois da posse, como nos compromissos anteriores, recebia a bênção do Santíssimo, dada pelo capelão [12].

Note-se que este Compromisso, redigido pelo Dr. José António Franco, provedor ao tempo, e aprovado pelo Governador Civil Dr. Cláudio Mesquita da Roza, sendo Secretário Geral do Governo Civil, Conselheiro Henrique Ferreira de Lima, multa em 230 gramas de cera o membro da Mesa que falte três vezes às sessões, e exclue-o se não pagar a multa ou não justificar as faltas [13].

Neste tempo, era das atribuições do Governador Civil a reforma dos estatutos das confrarias. Que, em 1856, ela dependia de El-Rei, como se vê por esta carta régia de Dom Pedro que aqui se transcreve:

«*Dom Pedro, por Graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, etc.*

(10) *Compr.* de 1856 — *Compr.* de 1887, pág. 10, 15.
(11) 1679, fol. 13.
(12) *Compr.* 1856 — *Compr.* 1877, pág. 11.
(13) *Compr.* 1877 — pág. 51, 49. — *Compr.* 1856.

Faço saber aos que esta minha Carta virem que: Atendendo ao que Me foi representado por parte do Governador Civil do Distrito de Bragança, acerca da necessidade, e conveniência de dar um Compromisso especial à Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, da mesma cidade, no qual se definam os direitos, e obrigações dos respectivos Irmãos, e se estabeleçam as regras necessárias para o bom governo, e administração daquele piedoso Instituto, em harmonia com as Leis, Regulamentos, e necessidades actuais; e tomando em consideração o projecto que elaborara a Comissão Administrativa da mesma Santa Casa, e que sendo discutido pela Irmandade, convocada para esse fim, fora aceito por ela: Hei por bem confirmar e aprovar o dito Compromisso, porque há-de reger-se d'ora em diante a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Bragança: o qual contendo dezoito capítulos e sessenta e seis artigos, baixa com esta Carta, e dela faz parte, assinado pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino; e vai escrito em vinte e duas meias folhas de papel selado, rubricadas pelo Conselheiro Oficial Maior Secretário Geral do Ministério do Reino, Joaquim José Ferreira Pinto da Fonseca Teles. Pelo que ordeno a todos os Tribunais, Autoridades e mais pessoas, a quem o conhecimento desta Carta pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

Não pagou direitos de mercê nem de selo por não os haver. E por firmeza do que dito é, lhe mandei passar a presente Carta, que vai por Mim assinada e selada com o selo das Armas Reais. Dada no Paço das Necessidades aos oito de Julho de 1856. El Rei Pedro R...».

A Mesa da Santa Casa é presidida pelo Provedor. À data da fundação das misericórdias, El-Rei Dom Manuel recomendou que fosse escolhido entre os irmãos nobres, exemplar em tudo. «Homem honrado, de autoridade, virtuoso, de boa fama muito humilde e paciente», «dada a psicologia dos necessitados e as desvairadas condições dos homens com que há-de usar e praticar» (14). «O Provedor será sempre um homem fidalgo, de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade, de maneira que os outros irmãos o possam reconhecer por cabeça, e lhe obedeçam com mais facilidade e, ainda que por todas as sobreditas partes o mereça, não poderá ser eleito de menos idade de 40 anos. Será muito sofrido pelas desvairadas condições das pessoas com que há-de tratar; e pessoa desocupada para que se possa empregar nas ocupações de seu cargo com a frequência e cuidados necessários, e para que tenha notícia conveniente não será eleito Provedor nenhum irmão no primeiro ano em que for recebido na Irmandade», pois terá de providenciar sobre a substituição dos mesários, tirar informações sobre pessoas e negócios, dar parecer sobre despesas, assinar certidões de presos e cartas de guia e presidir a todas as sessões (15).

Todos os meses, ia acompanhado do escrivão visitar todos os presos, visitar todos os enfermos, doentes hospitalizados e pobres envergonhados, com o fim de se informar e verificar se faltava alguma cousa.

Abaixo do Provedor, havia o veador, ou Vice-Provedor, que devia ser «pessoa de bem, caridosa, de bom zelo e saber» (16). Era o substituto do Provedor, na «maior parte dos seus impedimentos, incumbindo-lhe, especialmente, dirigir a organização das dietas prescritas pelo médico, assistir às refeições dos doentes das enfermarias». Além disso, era o fis-

---

(14) *Fernando Correia* — ob. cit. pág. 544.
(15) *Compr.* 1616, pág. 9.
(16) *Fernando Correia* — ob. cit. pág. 545.

cal geral de todos os serviços, visitando o refeitório e mandando tocar a sineta às horas precisas [17].

Cargo tão alto e de tanta responsabilidade como era, e é, a direcção da Santa Casa da Misericórdia, sob o padroado régio, teve de El-Rei Dom Manuel, em 15 de Novembro de 1516, uma carta de extraordinários privilégios que são, em verdade, a glorificação desta instituição que melhor, nem tão boa se encontra nos países de notória assistência social, e, por consequência, honrosíssimos para os que lhe tomavam a presidência.

Tanto os provedores como os mesários eram dispensados, durante o ano da sua gerência, de exercer cargos e ofícios do concelho. As suas casas não podiam ser tomadas para nelas pousar, fosse quem fosse. Estavam isentos de pagar impostos, quer reais, quer municipais, e até de fornecer roupas de cama para aposentadorias contra sua vontade. Eram despachados imediatamente pelos almotaceis e carniceiros na compra de carne para doentes e presos. A Misericórdia tinha quatro quintos dos objectos apreendidos. Havia para eles todas as facilidades. Os presos, por sua intercessão, podiam ir para o degredo do ultra-mar sem pagar as dívidas de custas. A seu pedido, os corregedores tinham de ir, de 15 em 15 dias, fazer audiência à cadeia e os juízes todos os 8 dias, tirando o carcereiro as cadeias aos presos para mais livremente requererem a sua justiça. Primeiro a ser ouvido em todas as audiências era o procurador da Misericórdia. Só a Misericórdia podia fazer peditórios a favor dos presos, entrevados e envergonhados. Só os oficiais da Misericórdia estavam dispensados de se incorporar, contra vontade, em procissões, organizadas pelos vereadores, juízes e oficiais. E outros privilé-

(17) *Idem* — pág. 542.

gios que dizem e documentam o régio interesse pelas misericórdias, privilégios cuja execução se recomendou aos desembargadores, corregedores, juízes e justiças e mais autoridades porque o Rei entendia estarem todos obrigados a cumprir as Obras de Misericórdia [18].

Compreende-se agora porque os grandes nomes das famílias fidalgas desta cidade se enfeitaram e honraram com o título de Provedor da Santa Casa. Por ela, através de 425 anos de existência, passaram os Figueiredos, os Pimenteis, os Sarmentos, os Ferreiras, os Nóbregas, os Morais, os Colmieiros, os Madureiras, os Albuquerques, os Louzadas, os Sepulvedas, os Vales e Sousa, os Pinto de Avelar, e outros e outros onde se vêm abades e priores, mestres de campo e professes da Ordem de Cristo, corregedores e capitães-mores, governadores e capitães de cavalos, fidalgos da casa real e brigadeiros, tenentes generais dos exércitos e altas patentes na reforma, e até houve um bispo — Dom Frei José de Lencastre — que deu à Santa Casa o prestígio da sua mitra.

Não obstante tantos privilégios, nem sempre foi de grande interesse o ambiente da Misericórdia. No ano de 1754, não havia quem quisesse servir a Santa Casa, razão pela qual o Rei Dom José I mandou com a data de 5 de Julho esta carta:

«*Por várias representações que se me têm feito, me constou, que de tempos a esta parte não havia quem quisesse servir na Mesa dessa Misericórdia; e que os bens e rendas tinham padecido gravíssimo detrimento e diminuição, faltando-se por esta causa ao cumprimento dos seus encargos e obrigações; e desejando atalhar estes inconvenientes com a eleição de Pessoas de quem espero conforme a con-*

(18) *Idem* — pág. 577.

fiança que delas faço, que com toda a satisfação servirão os seus empregos, restituindo a Casa da dita Misericórdia ao seu antigo estado, assim no Espiritual como no Temporal.

«*Hei por bem como Protector que sou da dita Misericórdia nomear para Provedor dela Francisco Xavier da Veiga Cabral (seguem os nomes dos outros mesários) sem embargo do dito nomeado não ser actualmente irmão da dita Casa; para o que hei por dispensados os seus Estatutos por esta vez sòmente. Pelo que lereis esta Carta, e metereis de posse de seus cargos aos sugeitos acima nomeados, até nova ordem minha. Escrita em Lisboa a 5 de Junho de 1754*».

Francisco Xavier da Veiga Cabral era comendador da Ordem de Cristo, das comendas de Santa Maria de Bragança, de S. Romão de Baçal, de Nossa Senhora da Assunção de Deilão, e de S. Bartolomeu de Rabal, e era também Tenente General das Armas de Trás-os-Montes, e pai do Bispo de Bragança e Miranda, Dom António Luís da Veiga Cabral e Câmara, homem da mais requintada fidalguia.

No Compromisso, aprovado e sancionado pelo Rei Dom Pedro, já se não exige, nem a limpeza de sangue, nem a limpeza de mãos, nem carta genealógica para o cargo de Provedor. Basta que seja sempre uma pessoa que, por sua habilidade, prudência, virtude, zelo e posição na sociedade, se torne digno deste cargo, e a quem os irmãos, reconhecendo seus merecimentos, respeitem e tenham como chefe, não devendo ter menos de 30 anos de idade [19].

Uma outra vez a nomeação do Provedor pela autoridade, foi a 29 de Julho de 1853, 99 anos depois da nomeação de El-Rei Dom José. Foi o caso que a Mesa do 1852-1853 da qual era Provedor Joaquim António de Carvalho e Castro,

(19) *Compr.* de 1856.

riscou dois irmãos por não comparecerem apesar de admoestados. Os irmãos riscados recorreram ao Governador Civil que ordenou à Mesa fizesse nova votação. A Mesa reuniu-se a 10 de Julho, a decisão foi confirmada por maioria de votos, e demitiu-se. Então o Governador, a 29 de Julho, deu posse, por meio do administrador do concelho, a uma comissão de que era presidente o P. Manuel Nunes de Matos [20].

Implantada a República, o Governador Civil demitiu a Mesa da Santa Casa de que era Provedor o Eng. Olímpio Artur de Oliveira Dias, e nomeou uma comissão, tendo como Presidente o Dr. António Manuel Santiago. Foi isto no ano de 1911. Depois, a 23 de Outubro de 1918, o Governador Civil também demitiu a Mesa de que era Provedor o Dr. Artur Lopes Cardoso, e nomeou uma comissão sob a presidência do Dr. Eduardo Ernesto Faria. Logo no ano seguinte (1919) este é demitido, e nomeado o Eng. Olímpio Artur de Oliveira Dias para presidir a uma comissão administrativa.

Desde 1930 não houve mais Mesa da Santa Casa, eleita pelos irmãos.

De 1930-1936, foi Presidente o Dr. Manuel de Jesus Fernandes éorres.

De 1936-1933, foi o Capitão José Luís da Cruz.

De 1943-1944, foi o Capitão José Luís Ferreira.

De 1944-1945, foi o Dr. Luís António Rodrigues.

De 1945-1946, foi José António Guerra.

De 1946-1947, Tenente António dos Santos Subtil.

De 1947-1948, foi o Dr. Afonso Henriques Leitão Bandeira, logo depois substituído pelo Tenente António Augusto Cordeiro [21].

(20) *Acórdãos*, 1832, fol. 61.

(21) *Corresp.* 1884-1929 — *Actas*, 1907-1919, fol. 128, 133 v.

Regista-se aqui este confronto impressionante e desconcertante: a Santa Casa, durante 393 anos de existência, apenas teve 2 comissões administrativas e desde 1911 até hoje, em 36 anos portanto, teve o governo de 10 comissões.

Não é esta, decerto, a vontade do Governo. A 11 de Outubro de 1944, o Subsecretário da Assistência ordenou que, no prazo de 60 dias, se procedesse à eleição de nova Mesa. Em face desta ordem a comissão administrativa pediu ao Governador Civil a sua demissão colectiva (22), e depois o Subsecretário da Assistência, a 6 de Dezembro imediato, autorizou a prorrogação do prazo pelo tempo que se julgasse conveniente para a comissão proceder à eleição.

(22) *Actas*, 17, fol. 57.

CAPÍTULO VI

O velho hospital

Roupas da Santa Casa — O número de leitos — Luz, cozinha e água — Material médico e mobiliário — O serviço sanitário — Ampliação da enfermaria dos homens, e enfermaria das mulheres — Uma carta do Rei Dom Luís — O hospitaleiro e seus proventos.

O velho hospital, com a igreja e a casa do despacho, tem uma área de 991 metros quadrados, e, em 1911, foi avaliado em 5 ou 6 contos de réis aproximadamente (1). Mas ele não possuía esta superfície quando, em 1518, se instalou na casa da confraria do Espírito Santo. Esta casa tinha o espaço correspondente à largura das três janelas de cantaria que dão para a Rua do Marquês de Pombal. Que as outras duas de argamassa foram feitas, séculos mais tarde. A parede das três janelas era o limite de um dos lados do adro da Madalena, hoje quintal da Santa Casa. Este largo foi tapado por um muro que, em 1667, custou 800 réis e dava para a Rua do Marquês que, ao tempo, tinha o nome de Largo do Terreiro, muro de tão pouca solidês que dali a dez anos, 1677, houve de ser reparado, no que se gastaram 500 réis.

O velho hospital não pode ser julgado pelo critério moderno. Tem de ser visto à luz da mentalidade do tempo no

(1) *Actas*, 1907-1919, fol. 63.

qual o hospital era o recurso extremo dos miseráveis, dos que não tinham uma mansarda para abrigo, nem uma alma que na doença lhe chegasse uma colher de tisana e uma tigela de caldo. Depois é preciso considerar a magresa da população e os limites da cidade, pois no final do século XVI o limite era a casa do Arco da Rua Direita. Para três ou quatro pobres miseráveis, a Santa Casa tinha abrigo que bastasse. Para os outros, os que gemiam e sofriam nas suas casas, não escasseava a Misericórdia. De resto, num tempo em que a dor tinha um sentido moral e servia de vínculo a apertar velhos afectos, o hospital inspirava horror sobretudo pela solidão do sofrimento. A caridade da Misericórdia era principalmente a domicílio, e tinha largo exercício nas obras de misericórdia espirituais. Assim, com estas ideias preliminares, está facilitada a compreensão da natureza do velho hospital. Diga-se ainda que neste tempo, para cá da casa do Arco, espalhados por um terreno inculto, existiam isolados: a Santa Casa, o Colégio do Santíssimo Nome de Jesus e, lá muito distante, a ermida de Nossa Senhora do Loreto com um grupo de casinhas em redor. E, no entanto, quando Dom Frei Bartolomeu dos Mártires passou por aqui a caminho da fronteira de Quintanilha, em direcção da cidade de Trento, achou a cidade de Bragança «*amplíssima*», pois é de considerar que, naquele tempo, a população de Portugal não ia além de dois milhões e quinhentos mil habitantes.

Com tudo isto, não é de estranhar nem a pequenez do hospital, nem a escassez dos seus recursos. E ver-se-á isto ao longo destas páginas.

Em 1667, compraram-se 22 varas de linho para 5 lençóis que custaram 2.350 réis. Nova roupa se comprou, em 1676, com o legado de 20.000 réis que deixara Francisco Colmieiro de Morais. Em 1783, o inventário acusa 3 cober-

tores muito velhos (2) a indicar que no hospital apenas havia lugar para três doentes. Mas no inventário de 1852, o rol da roupa exprime a existência de 6 doentes pois regista 6 enxergões de estopa e roupa que no ano anterior havia custado 26.180 réis (3).

Nos anos seguintes o enxoval aumenta. Compram-se chitas e panos crus, cobertas de linho e cobertas de lã, travesseiros e fronhas, toalhas e guardanapos a dizer de maior frequência de doentes e de maior interesse por eles, desde o ano de 1856 ao ano de 1891, porque, neste ano, há verbas, como esta: 12 mantas e 4 cobertores, 34.000 réis (4). Foi, neste mesmo ano, que, em varas de estopa para toalhas, em linho para lençóis, em riscado para travesseiros, em cobertores de lã, em mantas e guardanapos, a despesa foi de 58.840 réis. Um pouco menor do que, no ano seguinte, na compra de 24 mantas e 12 peças de pano cru pelo preço de 80.000 réis, e do que, em 1909, na aquisição de roupa de cama na qual se dispendeu 95.000, revelando maior população hospitalar (5).

A aquisição da roupa acompanha o número dos leitos. Estes, no inventário de 1783, eram 3 barras, cada uma com 4 tábuas. Estas acham-se, no inventário de 1853, substituídas por 6 barras com pés de ferro que, em 1858, foram renovadas por 12 que custaram 56.320 réis. Em 1902, os leitos de ferro já eram 14 (6).

E a luz? Como seria a luz da Santa Casa? Nos primeiros tempos, a luz era de azeite. Em 1667, compraram-se 2

---

(2) *1783, inventário.*
(3) *1845*, fol. 39, 43 — *1852, inventário*, fol. 2.
(4) *Idem*, fol. 84 — *C. Corr.* 1854, fol. 67, 83, 104, 114.
(5) *Corresp.* 1884-1929.
(6) *1852, inventário*, fol. 3 — *C. Corr.* 1854, fol. 25. — *1845*, fol. 71.

lanternas de folha de Flandres que custaram 1.200 réis, sendo a luz a mesma em 1852, ano em que se compraram duas candeias novas [7]. De petróleo era a luz, no ano de 1892, porque se compraram 2 chaminés e torcida para os candieiros por 260 réis. Eram candieiros de lata, pintados no ano de 1898. Em Junho de 1905, o petróleo foi substituído pela luz acetilene cuja instalação custou 30.000 réis, por ser mais económica e de melhores resultados [8]. Depois, em Maio de 1929, a instalação da luz eléctrica custou 1.140 escudos.

Entre-se agora na cozinha, no ano de 1676. Sobre o lume dois caldeirões de cobre, sobre uma mesa, pratos e copos de estanho de mistura com outros de lata [9]. Entre-se agora, em 1852. À parte as caldeiras de cobre, um tacho de metal amarelo e 7 garfos de ferro, tudo é de lata: copos, bules, chocolateiras, tigelas, pratos, colheres, panelas, e almotolias [10]. O império da lata continua pelos anos fora, no meio de alguns utensílios de ferro, como três potes e seis garfos [11]. O lar à velha maneira é substituído, em 1867, por um fogão que custou 4.980 réis. Em 1893, a cozinha sofre uma reforma. Na obra, com estuques e armários, gastam-se 70.000 réis, e com sobradar e forrar o baixo da entrada, argamassar de liso e fazer para ele uma porta de vidraça, a despesa foi de 99.000 réis [12]. Neste ano foi preciso aposentar o fogão de 1867, comprar outro de ferro pelo preço de 31.000 réis e substituir a louça de lata pela de cerâmica, dando-se por duas tigelas e três pratos 150 réis. Mais tarde, em 1913, a cozinha

(7) *Idem*, fol. 3.
(8) *Actas*, 1903, fol. 21 v.
(9) *1679*, fol. 6 v. — *1845*, fol. 8.
(10) *1852, inventário*, fol. 3 — *C. Corr.* 1854, fol. 25.
(11) *C. Corr.* 1854, fol. 67, 75.
(12) *Actas*, 1884, fol. 88, 89.

teve o luxo de uma banca de lousa cuja instalação importou em 17.860 réis.

Não fossem estas miudezas de grande importância histórica, e não teria eu torturado os miolos nas suas pesquisas. Não só nos fornecem um pouco do panorama económico do tempo, como nos dizem, com a linguagem eloquente dos algarismos, o estado da Santa Casa no decorrer dos tempos.

Acode uma pergunta: e água? Ainda hoje existe um poço no pátio do hospital que a fornecia. Em 1675 lhe puseram duas pedras de granito que custaram 600 réis, e em 1848 lhe concertaram as portas por 3.440 réis que novos pregos receberam, em 1860, por 280 réis. Foi neste ano que teve um balde novo e nova corda por 640 réis [13]. Uma bomba se assentou em 1864 por 8.700 réis. Mas parece não ter dado resultado porque, em 1891, se lhe pôs uma roldana de ferro pelo preço de quatro tostões. Mas, a 28 de Fevereiro de 1935, fez-se concerto nas torneiras, o que indica água encanada no hospital [14].

Ainda outra pergunta: como seria o material médico no ano de 1852? Pelo inventário deste ano averigua-se que tinha 4 ventosas, 1 balsemeiro, 2 garrafas para remédios, 2 facas para os mesmos, 1 seringa e um par de muletas de pau. Em 1860, as ventosas já eram 8, e, em 1898, já existia uma estante para arrecadar remédios que custou 16.090 réis [15].

Bacia e gomil de estanho existiam desde longuíssima data [16] substituídos em 1856 por outros de lata que custaram 560 réis [17] e em 1890 por outros de ferro estanhado cujo custo foi de 580 réis. Em 1892 compraram-se 3 lavató-

(13) *1845*, fol. 16 — *C. Corr.* 1854, fol. 35.
(14) *C. Corr.* 1924, fol. 199.
(15) *1852, inventário*, fol. 3, 115.
(16) *Idem, idem.*
(17) *1845*, fol. 84.

rios de ferro com seus pertences por 3.200 réis, e mais 2, em 1898, por 2.990. E para banhos dos doentes? Tinha o hospital um caixão para banhos de pernas, comprado em 1852 por 2.660 réis. Só, em 1865, se adquiriu uma banheira por 2.400 réis, e, em 1881, uma tina para banhos dos enfermos pelo preço de 12.022 réis. Em 1894 o hospital tinha o luxo de uma banheira de chuva que havia custado 4.500 réis [18].

Um altar de damasco branco dominado por um Crucifixo, ladeado pelas imagens de Nossa Senhora e São Roque, estava ao fundo da enfermaria em 1852 [19] e neste mesmo ano viam-se uma mesa, 3 mesas de cabeceira, 6 escarradeiras e 1 comadre de chumbo [19]. Depois, em 1860, era de 9 o número de mesinhas de cabeceira, e em 1889 já se via um relógio de sala, oferta do bragançano Silvino de Morais, residente no Rio de Janeiro. Em 1891 o número de bacios era de 6, e os quadros das papeletas eram 12. O número de bacios subiu a 8, em 1898. Que, em 1902, havia 2 comadres e 11 mesinhas de cabeceira [20].

E o serviço sanitário? Calcula-se como seria no século XVI, e nos seguintes até ao princípio do século XIX. Neste a latrina tinha um cano de exgoto cujo concerto custou 13.910 réis, no ano de 1866 no qual se fez a comunicação com o cano geral por 18.000 réis. Em 1898, compraram-se 4 cifões e as respectivas bacias que, logo no ano seguinte, foram reconstruídos, e em 1906 tiveram ligação com o cano condutor da Rua Marquês de Pombal, e em 1909 foi instalado por 8.170 réis um ourinol no pátio do hospital [21].

Em 1858 a varanda à volta do pátio estava podre e

(18) *Idem* — fol. 43, 77 — *1852, inventário*, fol. 3.
(19) *1852, inventário*, fol. 3.
(20) *Idem*, fol. 115 — *Actas*, 1884, fol. 27 v.
(21) *C. Corr.* 1907-1915.

ameaçava ruína. Urgente repará-la. Resultado foi que a despesa de aparência somenos subiu a 432.000 réis. Mas a obra não ficou definitiva. Dali a dez anos, em 1868, a Santa Casa gastou mais 80.000 réis para meter debaixo da varanda uma trave nova para segurança, para altear e sobradar o soalho, para lhe concertar o forro e para forrar e telhar o quarto e cozinha próximos [22].

Para maior comodidade dos doentes, em 24 de Março de 1865, pretendeu a Mesa da Santa Casa aumentar o hospital com uma enfermaria onde se pudessem recolher os afectados de moléstias contagiosas, devendo ser construída nos baixos que serviam de acomodação, daí arrematar-se, a 3 de Abril imediato, por 98.680 réis, a enfermaria da casa da tulha, abertura de um portal de comunicação do pátio com a actual Rua Marquês de Pombal e fazer a parede do quintal que ficou mais estreito. Realizada a obra, a Mesa, a 30 de Junho de 1866, achou que o hospital podia receber 5 ou 6 doentes por maior capacidade do edifício [23].

Se em 1866 a enfermaria dos homens satisfazia as aspirações da Mesa, o mesmo não sucedeu com a Mesa de 1904. Entendeu ampliá-la de modo a poder abrigar 14 doentes, valendo-se do prestígio do Conselheiro Abílio Beça que do Ministro do Reino, Conselheiro Hintze Ribeiro, obteve o subsídio de 600.000 réis, sendo a obra arrematada por Agostinho Paulino Pires por 565.000 réis, comprometendo-se a dá-la pronta no prazo de 60 dias [24]. Grande foi a festa da inauguração no dia 11 de Junho de 1905, ficando a enfer-

(22) *C. Corr.* 1854, fol. 25, 35 — *L. de arrematações*, 1864, fol 8.
(23) *L. de arrematações*, 1864, fol. 4 v — *Copiador*, 1888, n. 34.
(24) *Abade de Baçal* — ob. cit. vol. 2, pág. 290 — *Corresp.* 1884-1929 — *Actas*, 1903, fol. 16 v.

maria ampliada com o nome de «Conselheiro Abílio Beça» (25).

O pátio foi empedrado em Junho de 1868 por 6.000 réis. A porta nova, feita e posta, em Janeiro de 1892, no lado da Rua Marquês de Pombal, custou 3.500 réis, bem menos que o portão de ferro feito em 1901 que custou 10.000 réis. Foi neste ano que, por 121.000 réis, se arrematou a obra de pedreiro na parte relativa ao portão da entrada para o hospital, paredes, calçada do corredor e cano para as águas pluviais (26).

No ano 1868, a Mesa da Santa Casa de que era Provedor Francisco Eugénio de Sousa Barros, achou que o hospital estava bem pelo que respeitava à enfermaria dos homens. Era urgente fazer uma enfermaria para mulheres, valendo-se de uma casa, comprada a D. Maria do Carmo de Babe, com o produto de um grande bazar que em Bragança foi feito por uma comissão a que presidiu o Dr. Joaquim Guilherme Cardoso de Sá. Esta casa foi demolida e, no seu lugar, foi reconstruída a casa em que está a sala das sessões, em cima, e a secretaria da Santa Casa, no rez do chão.

Para a Santa Casa aceitar a doação, foi pedida e concedida autorização do Rei Dom Luís, em 15 de Fevereiro de 1869, e nestes termos:

«*Dom Luís, por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves, etc.*

«*Faço saber aos que esta minha Carta virem que atendendo ao que me representou a Irmandade da Misericórdia de Bragança, pedindo licença para aceitar a doação do domínio útil duma morada de casas, sitas na Rua de Santa*

(25) *Abade de Baçal* — ob. cit. vol. 2, pág. 291 — *Actas*, 1903, fol. 24 v.

(26) *Actas*, 1884, fol. 173 v.

Clara, avaliado em 260.000 réis e de que a Irmandade já era senhoria directa; a qual doação lhe foi feita, em escritura pública, pela comissão promotora dum bazar de prendas, sendo por ela adquirida com o produto do dito bazar; e tendo em vista a informação do Governador Civil do Distrito e o parecer do Ajudante do Procurador Geral da Coroa junto do Ministério do Reino — com que me conformo — Hei por bem autorizar a supradita Irmandade a aceitar a doação de que se trata, observando-se o disposto na lei de 22 de Junho de 1866, e mais obrigações em vigor.

«*Pelo que ordeno às Autoridades e mais pessoas a quem o conhecimento desta Carta pertencer que, indo por mim assinada, e selada com o selo das armas reais, a cumpram e guardem como nela se contém. — Pagou-se de direitos de mercê e imposto de viação a quantia de 8.580 réis, como constou dum conhecimento em forma, passado na estação competente, em data de 12 do corrente. Dada no Paço de Belém, aos 15 de Fevereiro de 1863. El-Rei*» (27).

Com esta doação e com os recursos para obras novas, o Padre Doutor José António Franco, autor do Compromisso de 1877, pôde dedicar-lhe um capítulo «*Do Material do Hospital*», que, em seis artigos, garante alegremente: enfermarias separadas para homens, para mulheres, para doentes de moléstias sifilíticas e para os presos civis, e quartos para particulares que quisessem tratar-se à sua custa. As enfermarias haviam de ser espaçosas, ventiladas e nas condições higiénicas prescritas pela ciência. As mesas futuras votariam dois terços das sobras dos rendimentos anuais até construir e reformar as enfermarias necessárias, e promoveriam, por todos os meios ao seu alcance, subscrições, donativos e esmolas com

(27) *L. de arrematações*, 1864, fol. 8 v, 9 v — *C. Corr.* 1854, fol. 95 — *Tombo* II, fol. 135 v.

aplicação às obras [28]. Um lindo sonho, uma espécie de cálculos à Mofina Mendes que a Mesa da provedoria do Cónego João Evangelista Vergueiro procurou realizar em 19 de Janeiro de 1879, com a arrematação feita por José Joaquim de Morais Cerdeiro, comprometendo-se este, por 479.500 réis, a demolir e reconstruir a parte do edifício da Santa Casa, expropriada por utilidade pública, e a mudança do sino para um campanário sobre a porta da entrada que dava para a Rua do Terreiro [29]. A obra do baixo da casa, onde está hoje a secretaria da Misericórdia, fez-se em Dezembro de 1893 pelo preço de 185.200 réis.

A enfermaria das mulheres, preconizada pelo Compromisso de 1877, iniciou-se em Julho de 1894, foi suspensa em Março de 1897 por se não ter pedido licença às autoridades, e terminada em 1900 [30].

Foi em Novembro de 1910 que, por 3.340 réis, se puseram quatro grades nas janelas do hospital; e foi, no seguinte, em Maio de 1911, que se pôs, por 1.970 réis uma grade na janela da enfermaria-prisão.

No primeiro andar da casa nova, ao lado da capela do Senhor dos Passos, instalou-se a sala do despacho com o mobiliário, já existente em 1860, avaliado ao tempo em 28.380 réis, com as seguintes peças: uma secretária de nogueira, uma cadeira de braços, forrada de damasco roxo, seis cadeiras de palhinha, uma papeleira a servir de arquivo, uma mesa com capa de oleado lavrado, um carimbo com as armas da Santa Casa, dois ferros de marcar a roupa, e uma lata fechada para miudezas. A gente pasma e não acredita nestes preços [32]. Em 1865 se via adornada com 4 quadros que con-

(28) *Compromisso* de 1877, fol. 31.
(29) *L. de arrematações*, 1864, fol. 14.
(30) *Actas*, 1884, fol. 124 v — *C. Corr.* 1894-1907, fol. 1.
(31) 1852, *inventário*, fol. 102.

tinham a lista da Mesa, a lista dos benfeitores, a conta corrente de cada ano e o movimento dos doentes no hospital [32]. Depois, em 1876, a sala do despacho já tinha 12 cadeiras que foram concertadas em 1892 [33].

A ideia de hospital trás consigo a ideia de hospitaleiro.

O hospitaleiro era quem cuidava das roupas e da limpeza do hospital e da igreja, o fiscal dos enfermeiros, pois «na limpeza da casa consiste e muito a saúde dos doentes». Devia ser «zeloso de todo o bem», manso de maneiras, homem de responsabilidade [34].

O hospitaleiro tinha de ordenado anual 2.400 réis e duas patacas por mês que, ao fim de cada ano, lhe rendiam 5.160 réis. Além disto a Santa Casa dava-lhe, para fornecer o vinho das missas, a quantia de 2.880 réis.

Muito interessante a renda do hospitaleiro no ano de 1668. Tinha 200 réis mensais de ordenado; tinha para sustento 480 réis por mês; tinha uma quarta de sal, e 50 réis de ajuda pelos peditórios das feiras a favor da Misericórdia. Para azeite da lâmpada, recebia 10 quartilhos por ano; para hóstias, recebia 40 alqueires de trigo [35].

Em 1675, as rendas do hospitaleiro foram aumentadas, assim: por cada ofício celebrado na igreja, 80 réis; por cada enterro da Casa, 20 réis; pelas festas do Espírito Santo, Visitação de Nossa Senhora e Santa Maria Madalena, 100 réis por cada uma. Além disto, recebeu na Quaresma 4 arrateis de bacalhau, 4 quartilhos de azeite e uma quarta de grãos.

O hospitaleiro era casado e vivia com a mulher no hospital, e morreu em 1679. A mulher pediu, e obteve, para fi-

(32) *Idem*, fol. 124.
(33) *L. de arrematações*, fol. 13 v.
(34) *Fernando Correia* — ob. cit., pág. 540, 545.
(35) 1669, fol. 20 — 1671, fol. 21.

car no lugar do marido, com a condição de conseguir um homem, capaz de servir a Santa Casa nos actos públicos, de portas adentro e fora da igreja, com a remuneração própria dos mesmos serviços [36]. Mas a hospitaleira, a 28 de Outubro de 1681, fez ciente a Mesa de que, após 25 anos de serviço, se achava velha e impossibilitada de poder servir. Que lhe dessem, por caridade, um quarto onde vivesse. A Mesa deu-lhe o quarto junto da tulha com porta para o adro, e consignou num acórdão, o pedido aos futuros provedores de continuar a caridade. Demais, o seu marido deixara o que tinha à Santa Casa. Depois a Mesa procurou um homem «suficiente, cristão velho, de bons costumes porque assim acudiria melhor a suas obrigações». E escolheu João Fernandes e sua mulher.

Rasto do hospitaleiro, ainda o encontrei, em 1711. Mas com o ordenado anual de 13.000 réis.

Construído o hospital novo no Picadouro, uma importante casa bancária do país, creio ter sido o Banco de Portugal, desejou adquirir, por meio de compra, o edifício do velho hospital e a cedência do terreno ocupado pela igreja, com obrigação de reconstruir a igreja tal qual ela é. Convocou-se a junta geral dos irmãos, para, em assembleia extraordinária de 24 de Junho de 1921, se manifestar sobre o assunto [37]. Era uma ideia aproveitável, e, por isso mesmo, não se aproveitou. Resolveu-se arrendar todos os compartimentos dispensáveis; mas a 28 de Outubro de 1922, mudou-se de resolução: aproveitá-lo novamente enquanto se fazia, no novo

(36) *1679*, fol. 21.
(37) *Actas* — 1919-1932, fol. 20.
(38) *Idem*, fol. 26.

hospital, a ampliação, projectada e deliberada pela Mesa de que era Provedor o Dr. Francisco José Martins Morgado.

Desde 1926 a 1935, as mesas não têm desamparado a igreja e o velho hospital. Em obras de reparação e pintura e mobília, já dispenderam 6.996,77 escudos [39].

(39) *Idem* — C. Corr. 1924, fol. 33, 85, 99, 175 — *Actas*, n. 16, fol. 49 v.

CAPÍTULO VII

Oficiais da Santa Casa

Dos direitos e deveres do enfermeiro — Um desafio de preços — A enfermeira com direitos iguais — O administrador do hospital — O campainha — O que ele fazia e como fazia — Uma lei que não foi revogada — Pede-se, em nome da lei, o campainha.

Já se viu que o Provedor é o verdadeiro chefe da Santa Casa. Também já se viu que o veador, ou vice-provedor, era o seu substituto. Mas havia actos que só o Provedor podia praticar, como eram os que dissessem respeito a arrendamentos e aforamentos de bens, propriedades e coisas do hospital, e também a suspensão de oficiais. «A unidade de comando, de critério e acção, era assegurada pelo Provedor» (1). O almoxarifado nada podia comprar por grosso, sem ser na sua presença. Vigiava o serviço da dispensa e da cozinha, para que a alimentação dos doentes nunca fosse prejudicada.

Ora os oficiais da Santa Casa, sob a directa dependência do Provedor, eram o almoxarife, o dispenseiro, os enfermeiros, o cozinheiro e os serventes, dos quais era da maior importância o campainha.

Na Santa Casa de Bragança, almoxarife e dispenseiro eram uma e a mesma cousa. E depois os dois cargos fundiram-se no cargo de enfermeiro. É que o hospital bragançano, pela pobreza dos seus recursos e pelo número das pes-

(1) *Fernando Correia* — ob. cit. — pág. 540.

soas hospitalizadas, não comportava tantos oficiais, como então se dizia. Como dispenseiro comprava, retinha e distribuía o necessário ao cozinheiro; e como enfermeiro tinha, a seu cargo, vigiar e cuidar dos doentes, administrar-lhes os remédios, organizar as dietas, lavar os doentes, mudar-lhes a roupa, varrer e limpar as enfermarias, amortalhar os defuntos e dispor os cadáveres na casa mortuária para se proceder ao enterro (2). Está-se a ver que o enfermeiro tinha de ser homem caridoso e de boa condição, trabalhando, mais «para servir a Nosso Senhor que por esperar outro algum interesse» (3).

Presumo que, na Santa Casa de Bragança, o cargo de enfermeiro era acumulado com o cargo de hospitaleiro. Primeiro porque em documentos do século XVI não encontrei alusões à função de enfermeiro, e segundo porque noutros do século XIX não se alude ao cargo de hospitaleiro. Num acórdão de 9 de Março de 1835, vi que o enfermeiro teve aumento de ordenado: aumento de 20 réis diários aos 40 réis que já tinha, enquanto durasse a carestia do carvão (4). A crise continuou. E a Mesa determinou que, além de 1.200 réis para carvão, recebesse 20 alqueires de centeio por ano, 4 quartilhos de azeite por mês para alumiar a enfermaria, e 8 para a lâmpada do Santíssimo (5).

1844 foi um ano mau para a Santa Casa. Resultado? Regresso aos 1.200 réis mensais e ao consumo de carvão — 800 réis. Reclama o enfermeiro em 1845. Consequência? Aumento mensal de 500 réis. Em 1851, o ordenado mensal era de 1.800 réis, e o subsídio para carvão era de 600 réis (6). Em 1853, o enfermeiro recebia por mês 3.000 réis, além do subsídio do carvão que foi de 1.200 réis, e do azeite que passou a ser de canada e meia (7).

(2) *Idem* — pág. 539.
(3) *Idem* — pág. 545.
(4) *Acórdãos* — 1832, fol. 9 v.
(5) *Idem* — fol. 12 v.
(6) *Idem* — fol. 37, 39 47 — *1845*, fol. 33.

Para enfermeiro ou enfermeira, escolher-se-á, diz o Compromisso de 1856, pessoa de reconhecida caridade, amor do próximo, fidelidade, e que em tudo seja apta para exercer o seu mister que demanda o maior carinho e devoção (8). Neste ano, deu-se ao enfermeiro 3.000 réis mensais, e no ano seguinte, 1857, por causa do aumento dos preços, deu-se-lhe a gratificação de 1.800 réis (9).

E como os preços têm subido sempre, o ordenado do enfermeiro tem subido também. Se em 1860 ganhava 4.000 réis mensais, em 1861 recebia 5.000 réis, em 1863 6.000 com os competentes 30 alqueires de pão, propina que sempre teve desde antigos tempos (10). Propinas que recebeu até ao ano de 1877, juntamente com o ordenado anual de 100.000 réis (11).

O Compromisso de 1877 determina com mais clareza e precisão as obrigações do enfermeiro. Ele não deve ter menos de 30 anos, nem exceder os 41; ele não deve ter filhos menores de 25 anos, nem maiores de 55; ele deve ter saúde e robustez, boa conduta religiosa, moral e civil; ele deve saber ler, escrever e contar; ele deve ter alguns bens de seu ou prestar caução pelo extravio dos objectos que lhe forem confiados, e morar no hospital onde tem casa e economia. Ele, o enfermeiro, é o responsável administrador das enfermarias, a quem incumbe: cumprir as ordens do médico no exercício do serviço clínico; fazer aviar o receituário e mi-

(7) *Idem*, fol. 55 v — 1845, fol. 58.
(8) *Compromisso* de 1856.
(9) *Acórdãos*, 1832, fol. 65 v.
(10) *C. Corr.* 1854, fol. 34 — *Acórdãos*, 1832, fol. 77, 83 v. — *C. Corr.* 1854, fol. 53, 66.
(11) *C. Corr.* 1854, fol. 83, 93, 113, 125.

nistrar os remédios; acompanhar o médico na visita aos doentes; receber os doentes e acomodá-los, depois de os mandar lavar e limpar; inscrever-lhes os nomes, tomar conta do que aos doentes pertença; receber do mordomo os vales para os géneros alimentícios; providenciar sobre as dietas; vigiar pelo silêncio das enfermarias; mandar chamar e auxiliar o médico nas operações e nos curativos do Banco; chamar o capelão para confessar e sacramentar os doentes; fazer remover os cadáveres para a igreja ou para a casa mortuária; fornecer ao capelão os dados para os assentos de óbito; e representar ao mordomo ou ao Provedor qualquer providência ou medida que seja necessária para o bom serviço das enfermarias [12]. Pela velha razão da alta dos preços, o ordenado do enfermeiro era, em 1894, de 108.000 réis anuais. Em 1897, era de 144.000. Em 1905, era de 154.700. Em 1906, era de 180.000. E em 1920, já era de 360 escudos [13].

Estabelece-se um desafio entre a alta dos preços e a ascensão do ordenado do enfermeiro. No entanto, o enfermeiro governava melhor a sua vida, em 1835, com 21.600 réis, e 30 alqueires de pão, do que no ano de 1922 a ganhar anualmente 900 escudos, e do que no ano de 1923 com a renda de 1.200 escudos [14].

Mantém-se o mesmo ordenado anual até ao ano de 1931, excepto gratificações que, em 1924, foram de 3 escudos mensais e em 1935 foram de 30 [15].

De 150 escudos foi o ordenado, estabelecido em 1931 que se manteve até ao ano de 1943 [16] mas com os seguintes acréscimos: casa, água e luz, ração diária da dieta ordinária do hospital, ou o valor desta em dinheiro [17] que foi em 1944 elevada à quantia de 500 escudos mensais [18].

(12) *Compromisso* de 1877, pág. 25, 37.
(13) *Actas*, 1884, fol. 130 — *Actas*, 1903, fol 33 v — *Corresp.* 1884-1929 — *Actas*, 1919-1932, fol. 11.
(14) *Actas*, 1919-1932, fol. 38, 42.
(15) *Idem*, fol. 56.
(16) *Actas*, n. 16, fol. 13.

O Compromisso de 1877 prevê a hipótese do desenvolvimento do hospital e portanto a necessária nomeação de ajudantes do enfermeiro [19]. Ora um ajudante já existia em 1920 tanto que o seu ordenado foi elevado a 180 escudos anuais [20]. Mas em 1940 o ordenado anual era de 960 escudos e em 1943 era de 1.080 escudos. Nas minhas dolorosas e mortificantes pesquisas cuja finalidade consiste em servir, generosa e heròicamente, o público, só encontrei o cargo de enfermeira no ano de 1858, com o ordenado anual de 50.400 réis, e a gratificação de 38.400 no ano imediato. Depois, desde 1885 a 1905, vi subir o seu ordenado a 95.800 réis que o Ministro do Reino, a 13 de Março de 1906, fixou em 100.000 [21].

Mais tarde, a 4 de Junho de 1932, o Regulamento Geral da Santa Casa, legisla acerca dos deveres da enfermeira e seus direitos. A enfermeira ficou tendo iguais deveres aos do enfermeiro, na secção de mulheres, desempenhando, dentro dos seus conhecimentos, o serviço de parteira, e auxiliando a servente no arranjo das roupas [22], ganhando, em 1943, 1.400$00 escudos anuais, com quarto, cama e uma ração diária da dieta ordinária do hospital [23].

Toda a actividade dos oficiais da Santa Casa era superiormente vigiada e fiscalizada pelo Provedor, ou pelo seu representante, nomeado mensalmente a quem se dava um

(17) *Reg. geral da S. Casa* — pág. 21.
(18) *Actas*, fol. 17, fol. 40 v.
(19) *Compromisso* de 1877, pág. 21.
(20) *Actas* — 1919-1932, fol. 11 v.
(21) *C. Corr.* 1854, fol. 25 — 323 — *Actas*, 1884, fol. 7 — *C. Corr.* 1884-1929 — *Actas*, 1903, fol. 33 v.
(22) *Reg. geral* da S. C. — pág. 18.
(23) *Idem* — pág. 21 — *Actas*, n. 16, fol. 13.

dos nomes: mordomo do hospital, visitador e administrador. A visita era e é diária, não só para examinar o que se fazia e como se fazia, mas também para providenciar quanto à sua limpeza e decência [24].

O novo Compromisso de 12 de Maio de 1877 recomenda ao mordomo que inspeccione o serviço da cozinha, vigiando se ele se faz com limpeza, fornecendo combustível para o mês, e vigiar se as dietas e as rações que se distribuem aos doentes externos, são fielmente entregues, e também dar conta ao Provedor de todas as irregularidades que observar no serviço do hospital [25].

O cargo de administrador do hospital é de suma importância. Sem dúvida o de mais responsabilidade depois do Provedor que, na qualidade de enfermeiro-mor e chefe superior da Santa Casa, é obrigado a exercer suprema inspecção sobre todos os sectores da sua vida administrativa, que o mesmo é sobre todos os empregados e doentes, fazendo manter a ordem e cumprir as disposições do Compromisso e do regulamento interno. Também compete ao Provedor fazer observar a mais rigorosa decência e honestidade, tanto aos empregados como aos doentes, comunicando à Mesa as infracções que descobrir, para serem os seus autores punidos nos termos dos estatutos e, ainda mais, propor à Mesa a requisição e sortimento das roupas necessárias, ordenar que as camas tenham roupa suficiente e estejam limpas e decentes. A superior fiscalização do Provedor vai até averiguar se há desperdício ou descaminho nos géneros alimentícios, e se há outros abusos cometidos pelos empregados ou oficiais da Santa Casa [26].

(24) *Acórdãos*, 1832, fol. 55 v.
(25) *Compromisso* de 1877 — pág. 33.
(26) *Idem* — pág. 32.

Ser cozinheira de um hospital é serviço muito sério. Natural que este cargo seja confiado a pessoa de confiança e remunerado com certa generosidade. Em 1920, o ordenado mensal era 10 escudos. Em 1923 subiu a 25 escudos, e em 1930 a 60, com direito a cama na enfermaria geral das mulheres e a uma ração diária da dieta ordinária do hospital, consoante o prescrito pelo Regulamento Geral da Santa Casa da Misericórdia, de 4 de Junho de 1932 [27].

Pertencendo à categoria dos serventes, houve, desde o início da Santa Casa, um de enorme popularidade e de muitíssima utilidade. Chamava-se o campainha. O campainha era figura indispensável em todas as funções da Misericórdia. Ele ia à frente de todas as procissões, de todos os enterros, de todos os Viáticos, vestido de ópa ou balandrau azul, a soar a campainha que, em 1679, custou 40 réis e em 1926 custou 10 escudos [28]. Havia peditórios nas feiras? Lá vinha o campainha de prato na mão esquerda a receber as esmolas. Havia arraial de festa? Lá vinha o campainha a lembrar aos festeiros os pobres da Misericórdia. Celebravam-se na igreja da Santa Casa missas de sufrágio, ofícios de irmãos, missas de festa, novenas ao Senhor dos Passos? Lá corria ruas, calejas e becos o campainha a dar o anúncio. Morria alguém na cidade? Lá vinha o campainha a dizer o nome do morto, a hora do enterro, o dia e igreja das missas de saimento.

Em 1672, o povo chamava ao campainha o apregoador das almas, e ele estreiou um vestido novo que havia custado 1.200 réis. Era de calças de pardo e jaqueta azul que, em 1680, custou 3.030 réis [29]. O campainha era um elemento

(27) *Actas*, 1919-1932, fol. 11 v, 42 — *Actas*, n. 16, fol. 13 — *Reg. geral da S. C.*, pág. 28.
(28) *1679*, fol. 6 v — *C. Corr.* 1924, fol. 48.
(29) *Idem*, fol. 7.

indispensável que, em 1783, tinha duas vestes de pano azul: uma nova com chapa de prata para anunciar enterros de pessoas nobres e irmãos de segunda condição, e outra velha, campainha de gente pobre ou de sangue menos limpo [30].

Em 1903, comprou-se para o campainha, por 4.340 réis, uma ópa azul, ópa que, em 7 de Abril de 1909, foi substituída por outra e que custou 3.000 réis [31].

Curioso saber-se: quanto ganhava este benemérito da cidade?

Em 1836 (para trás nada pude averiguar) ganhava 1.500 réis mensais. Desde 1840 a 1863, o ordenado foi de 1.800 réis [32] pois, neste ano, o ordenado subiu a 2.400, para descer de novo a 1.800 em 1865 [33]. 3.600 réis ganhava o campainha em 1870, e continuou a recebê-los até 1883 [34]. Depois, porque a Santa Casa deixou de lhe dar a propina anual de pão que em geral orçava por 4.500 réis, o ordenado, a partir de 1885, foi de 5.400 réis mensais até 1898 que passou a ser de 6.600 réis [35]. Em 1899 foi de 7.700, e em 1906 foi de 8.300 réis [36], e ainda em 1920 foi de 15 escudos [37].

Ao campainha, e aos seus serviços, dedicaram os compromissos de 1518, de 1616, de 1856 e de 1877, artigos especiais. Para os dois primeiros, o campainha era parte integrante da Santa Casa. Nada se fazia sem ele. Era a voz sonora da Misericórdia. Era o jornal vivo das notícias fúnebres da cidade. Era o clamor dos pobres a suplicar a misericórdia dos ricos. Era o grito dos mortos a implorar sufrágios. Era

(30) *1783, inventário.*
(31) *Corresp.* 1884-1929.
(32) *Acórdãos,* 1832, fol. 12 v, 27 v, 37.
(33) *Idem,* fol. 33 v — *C. Corr.* 1854, fol. 66.
(34) *C. Corr.* 1854, fol. 113, 125.
(35) *Actas,* 1884, fol. 7 — *Corresp.* 1884-1925.
(36) *Actas,* 1903, fol. 33 v.
(37) *Actas,* 1919-1932, fol. 11 v.

um irmão de bons costumes, humilde e em tudo proporcionado ao serviço do seu ministério. Usava, em todos os actos públicos da Irmandade, um balandrau de fazenda de lã azul, fornecido à custa da Santa Casa, diz o Compromisso de 1856 [38]. E o Compromisso que ainda rege e governa actualmente a Misericórdia, diz expressamente: «deverá ser um indivíduo estranho à confraria; pode, porém, ser irmão do Senhor dos Passos, humilde, e de bons costumes, nomeado pela Mesa sob proposta do Provedor, e que não tenha menos de 18 anos: usará de balandrau de lã azul, fornecido pela Casa. Incumbe-lhe: coadjuvar o enfermeiro enquanto não houver ajudantes para o serviço do hospital; auxiliar o sacristão na limpeza e asseio do templo, sacristia, vasos e mais guisamentos; avisar os irmãos para quaisquer funções religiosas, para os enterros, ou para qualquer reunião ou serviço da Casa; tanger o sino, tanto para as missas e funções da Casa, como para anunciar a morte e o enterro dos irmãos, ou de outras quaisquer pessoas; acompanhar a Mesa e a Irmandade, precedendo-a com a campainha; servir de porteiro ou contínuo, quando funcionar a Mesa, ou a assembleia geral; e cumprir as ordens da Mesa e dos demais empregados da Casa [39].

Este Compromisso ainda não foi revogado. Continua sendo a letra por onde se rege hoje a Santa Casa da Misericórdia. É uma disposição legal que se deixou de cumprir e não se sabe porquê. Uma disposição utilíssima cujo cumprimento todos reclamam porque a todos faz falta. Nem a cidade é bastante pequena para de viva voz se conhecer o que nela se passa, nem bastante grande para aguentar um jornal a elucidar o público dos tristes factos do dia. Resultado é que

(38) *Compromisso* de 1856.
(39) *Compromisso* de 1877 — pág. 24.

os acompanhamentos dos enterros e a frequência às missas de saimento perderam muito da impressionante solenidade e grandeza, características dos bons e seculares hábitos da cidade.

Em nome de quase quatro séculos e meio de história, do sufrágio das almas dos que vão morrendo, de uma tradição que só honra a cidade, e até em nome da lei, pede-se, suplica-se e reclama-se a restauração do campainha a dar os avisos necessários para o cumprimento de uma das obras de misericórdia — rogar pelos vivos e defuntos — diário pregão da existência da Santa Casa.

CAPÍTULO VIII

O Senhor dos Passos

Procissões quaresmais nas quartas e Domingos — Missas cantadas e novenas — Quando se fez a procissão de Passos — Capela e ofertas ao Divino Senhor — Passos pela cidade — Confraria e indulgências — A majestade da procissão.

À Quaresma dedicava-se a Santa Casa. O tempo de penitência era aproveitado para exercícios devotos que muito serviriam de edificação. Nos Domingos e Quartas-feiras, saía da igreja da Misericórdia a procissão de penitência que levava debaixo do pálio o Santo Lenho e se dirigia, de cada vez, a outra igreja onde se ouvia um sermão, e depois regressava ao ponto de partida.

Para estas procissões quaresmais tinha andado o campainha de prato estendido à devoção pública que, em 1658 e 1671, rendeu sucessivamente 800 e 500 réis [1]. Para elas, a Câmara Municipal concorreu sempre, desde o início da Santa Casa até 1850, com o subsídio anual de 2.000 réis. O que faltava, era posto pelas rendas da Misericórdia. As despesas eram grandes. Havia pagar a música que umas vezes metia baixão, outras harpa e sempre órgão. Em 1641, a música das procissões custou 21 alqueires de serôdio, e depois, até 1672, nunca excedeu a quantia de 4.600 réis, notando-

(1) 1671, fol. 32.

-se que ao tocador da harpa era da praxe dar 2.000 réis. Os frades do convento de São Francisco também tinham música. E quando esta tocava, recebiam 6.000, entrando na conta os sermões quaresmais [2].

De cera fazia-se regular despesa. Em 1660, gastou-se nela a quantia de 4.300 réis, uma insignificância se comparada com o ano de 1668 no qual houve o gasto de 14.720 réis, e, com o ano de 1675, onde a cera subiu à quantia de 13.225 réis. Em cera era, em geral, o pagamento do clero que tomava parte nas procissões. Ao clero da colegiada de Santa Maria davam-se 6 velas de arratel, 2 arrateis de cera davam-se aos religiosos de S. Francisco, 2 ao clero do Colégio do Santíssimo Nome de Jesus, e 4 velas de arratel se dava ao clero da freguesia de S. João Baptista, o que significa tomar todo o clero da cidade parte nas procissões da Quaresma.

A procissão desfilava pelas ruas da cidade e entrava, cada vez, numa igreja onde a assistência ouvia sermão e recebia a bênção do Santíssimo. Dez procissões, dez sermões cujo estipêndio em 1614, foi de 600 réis [3]. Desde 1883 os sermões passaram a ser pregados na igreja da Misericórdia [4] e tanto o Compromisso de 1856 como o de 1877 fizeram os sermões facultativos [5]. Em 1869, ainda se pregaram na Misericórdia os sermões quaresmais pelos quais o beneficiado João Evangelista Vergueiro recebeu 15.000 réis, isto é 1.500 réis por cada um [6].

Desde aquele ano até 1883, reduziram-se as procissões

(2) *Idem* — fol. 10 v.
(3) *1679*, fol. 6 v.
(4) *Acórdãos*, 1832, fol. 4.
(5) *Compromisso* de 2 de Julho de 1856. — *Novo Compromisso* de 1877.
(6) *C. Corr.* — 1854, fol. 95.

aos Domingos, deixando-se de fazer às quartas-feiras, mas sempre com o mesmo ritual. À frente o campainha com balandrau azul, seguido de um irmão que hasteava uma cruz de pau onde uma toalha pendia dos braços. Atrás, de velas na mão, a Irmandade em duas filas. Iam ali, em fraternidade cristã, os irmãos nobres e os irmãos de segunda condição, nobres e artífices, todos cristãos velhos, todos limpos de sangue. Depois as confrarias segundo o direito de precedência, e ainda depois o clero: os frades do convento de S. Francisco, os jesuítas do Colégio, os padres de S. João Baptista com o seu Abade, os padres de Santa Maria com o seu Prior, e não faltaria o clero da Misericórdia que em 1710 formava uma colegiada de 10 capelães.

Cada um dos confrades e cada um dos padres levava uma vela acesa, dois enormes rosários de luzes vivas, trémulas que se desenrolavam desde o campainha ao pálio cujas varas eram seguradas pelo corregedor, procurador do Duque de Bragança, presidente da Câmara e vereadores, Juiz de fora e autoridades militares. Atrás do pálio roxo, os homens e as mulheres que alternavam com o clero os versículos do *Miserere* e a toada triste e chorosa do «Senhor Jesus Misericódia», enquanto que os sinos das igrejas bragançanas colaboravam, com o timbre das suas vozes, naqueles actos públicos de penitência quaresmal.

Mas havia um Domingo da Quaresma de mais interesse, de mais vibração religiosa: era o Domingo, consagrado à procissão do Senhor dos Passos.

Nem sempre se fez. Se a procissão, por este motivo ou por outro, se não fazia, faziam-se as novenas com missa cantada ou simplesmente missa cantada sem novenas. Missa cantada só a houve de 1881 a 1883, de 1887 a 1891, em 1902, em 1919 e em 1927 cuja despesa foi subindo de 1.200

réis a 120 escudos. Novenas com missa cantada, houve-as em 1865, de 1894 a 1898, de 1900 a 1905, de 1911 a 1913, de 1915 a 1918, de 1920 a 1928, em 1933 a 1946, gastando-se desde a quantia de 9.440 réis, como foi em 1865, a 619$85 escudos, em 1928.

Por exclusão sabe-se agora quando a procissão do Senhor dos Passos foi feita. Até 1836 é de crer que se tivesse realizado ininterruptamente. Não se fez em 1851 por causa das obras no hospital, e depois do Compromisso de 1856 passou a ser facultativa [7], ao contrário do último Compromisso de 1877 que a faz obrigatória, com sermão do Pretório e do Calvário, no segundo Domingo da Quaresma ou no dia para que for transferida pela Mesa. E quando por algum motivo grave se não possa fazer a procissão, e a Mesa assim o resolva, nem por isso deixará de haver missa cantada ao Senhor e sermão. É assim que reza o n.º 4.º do art. 61 [8].

Fez-se a procissão desde 1879 a 1887, e tornou a fazer-se nos anos 1892 e 1893 e de 1898 a 1906. Houve-a depois em 1911 e 1914 [9]. Nos últimos anos a procissão fez-se em 1937, 1940 e 1941 [10].

Para custear as despesas da festa do Senhor dos Passos, o campainha recolhia esmolas nas novenas, pela cidade corria em geral uma subscrição, e muitos particulares concorriam com donativos. Se houve um ano em que a subscrição rendeu apenas 6.240 réis, como em 1853, outros houve, como o de 1864 que rendeu 116.120 réis [11]. A renda dependia, como sempre, do prestígio pessoal de quem a promovia.

(7) *Acórdãos*, 1832, fol. 12, 57 — *Compromisso* de 1856.
(8) *Compromisso* de 1877 — pág. 27.
(9) *Actas*, 1884, fol. 76 v — *Corr.* 1884-1929 — *Corr.* 1894-1923, fol. 52 v — *Actas*, 1907-1919, fol. 94.
(10) *Actas*, n. 16, fol. 78, 166-180 v.
(11) *1854*, fol. 52 v — *C. Corr.* 1854, fol. 52 v.

Pergunta-se: e a despesa com a procissão?

Com a procissão feita no ano de 1641 gastou-se em cera 968 réis, o que representa muito dinheiro, com a de 1651 a despesa com os passos e com toda a Semana Santa foi de 9.684, que dá a certeza de que, em épocas tão distantes, já existia a imagem e a devoção ao Senhor dos Passos. Em 1845, passados dois séculos, a despesa foi de 38.945 réis. Sobe, em 1864, a 56.540 réis; sobe mais, em 1893, a 80.030 réis; sobe mais ainda, em 1899, a 108.500 réis; e sobe desmedidamente, em 1926, a 498 escudos [12] o que infelizmente não significa esbanjamento.

Se a procissão ao Senhor dos Passos se fazia já no ano de 1641, é porque já existia a imagem e existiam passos. E como a capela só existiu em 1795, natural seria que os passos se fizessem improvisadamente, e estes só fossem construídos pouco depois, como efectivamente foram.

Desde 1788 a 1805, pelo menos, foi Provedor da Santa Casa da Misericórdia Manuel Jorge Gomes de Sepulveda, Tenente General dos Exércitos e Governador das Armas da Província. Devoto da imagem do Senhor dos Passos, não lhe sofria o ânimo vê-la em ponto de menos relevo na igreja. No altar-mor não podia estar porque o Senhor Jesus Crucificado, o Espírito Santo e Nossa Senhora da Misericórdia estavam em lugar muito seu. Ao seu espírito de crente e à sua iniciativa de comandante, acudiu uma ideia que logo pôs em execução. Junto da Igreja, do lado direito, havia uma casa da qual fazia parte a que hoje serve de secretaria. Só ali, em metade dela, se podia fazer a capela. E ali, com poderes discrecionários, a construiu e a torre do sino [13]. Edificada a ca-

(12) *1845*, fol. 5 —*C. Corr.* 1924, fol[a] 34 — *Acórdãos*, 1832, fol. 96 v.
(13) *Tombo I* — fol. 112.

pela, mandou fazer o altar que terminou em 1799, e lá colocou a imagem do Senhor dos Passos cujo nicho foi envidraçado em 1852 (14) na companhia do Senhor da Cana e do Senhor preso à coluna, imagens já consignadas no inventário de 1783 e também em nichos envidraçados em 1869 (15).

Em 1865 foi forrada de novo a capela e reformado o telhado (16) e, em 1870, concertaram-se a torre e o altar, mudaram-se as grades da capela e adaptaram-se ao arco da mesma, pôs-se uma lâmpada de metal amarelo, no que se gastaram 25.830 réis (17). Em 1884, o Governo concedeu-lhe uma lâmpada de prata, vinda da igreja de S. Bento; um devoto ofereceu-lhe, em 1895, um par de jarras para o altar; e a Mesa de que era Provedor o Major Luís Ferreira Real, reconstruiu-lhe, em 1897, o soalho que se achava em estado de completa deterioração (18). Em 1907, reformaram-se os vidros dos camarins e pintou-se novamente a capela. Necessário dizer-se que a sua fachada foi revestida de azulejos em 1873.

Não se garante que a actual imagem do Senhor dos Passos seja a mesma existente, em 1641; mas assegura-se ser a mesma que regista o inventário de 1783 com sua túnica,, cabeleira e esplendor de prata e quatro ramalhetes (19). O inventário feito, em 1852, dá, como pertencente ao Senhor dos Passos e à sua capela, os seguintes objectos: um esplendor de prata, duas túnicas, uma nova e outra velha, uma camisa de morim, um véu roxo, quatro sanefas de lã e cinco cortinas de seda roxa, um frontal de damasco roxo, uma banqueta e

(14) *Acórdãos*, 1832, fol. 57 v.
(15) *1783, inventário.*
(16) *L. de arrematações*, 1864, fol. 6.
(17) *C. Corr.* 1854, fol. 104.
(18) *Corresp.* 1884-1929.
(19) *Actas*, 1884, fol. 121.

um crucifixo de metal amarelo, três sacras de lata, uma lâmpada de metal amarelo, duas escanetas de palhinha, e quatro capas de seda do Senhor da Cana, sendo uma vermelha e outra cor de rosa seca (20).

Em 1897, D. Teresa Moz Teixeira ofereceu ao Senhor dos Passos umas galhetas de prata (21); em 1903, D. Maria do Céu Pimentel deu-lhe uma sanefa de veludo roxo e quatro laços, guarnecidos a galão e franja dourados; Francisco Inácio Teixeira um rico esplendor de prata; D. Joana dos Prazeres Rodrigues Braga um véu de seda preta; e a Marquesa da Fronteira e Alorna uma túnica, usada no ano anterior pelo Senhor dos Passos da Graça (22); em 1904, Alberto Rodrigues, bragançano residente no Rio de Janeiro, ofereceu uma riquíssima túnica, de veludo roxo de seda, largamente bordada a ouro, que pela primeira vez saiu na procissão, dia 27 de Março (23); e em 1909, o Cónego António José da Rocha ofereceu-lhe uma cabeleira (24).

O Tenente General Manuel Jorge Gomes de Sepulveda, construída a capela do Senhor dos Passos, ou ao mesmo tempo, construiu os passos espalhados pela cidade. O passo do pretório fazia-se de improviso na capela, e o passo do Calvário erguia-se na igreja de S. Francisco. Os outros eram definitivos, e foram construídos: um na esquina da Rua dos Oleiros e da Rua do Passo, outro no lugar onde está o Lactário, outro atrás da Sé, mais ou menos em frente da porta do Liceu, outro em frente da igreja de S. Vicente, ao lado do chafariz, e outro na esquina da igreja de S. Bento onde principia a grade do largo do governo civil.

(20) *1783*, inventário.
(21) Actas, 1884, fol. 122 v.
(22) *Actas*, 1903, fol. 10, 10 v, 2 v.
(23) *Idem*, fol. 9 v.
(24) *C. Corr.* 1907-1915, fol. 29.

Em 1860, os passos foram compostos e pintados; em 1877 foi concertado o de Fora de Portas; em 1887 a Mesa oficiou ao Reitor do Seminário (o Seminário estava onde hoje o Liceu) para reparar os prejuízos causados no passo com as obras, em 1890 a Mesa entrou em negociações com a Junta Geral do Distrito por causa do passo de S. Bento.

O presidente da Junta que era João António Pires Vilar, oficiou à Mesa, dizendo que o Largo de S. Bento devia ser vedado por um gradeamento, não podendo, por isso, reconstruir-se o passo que ali existia na parede do mirante, recentemente demolido, e propôs ou reconstruí-lo noutro lugar ou dar o dinheiro para a Santa Casa o reconstruir. A Santa Casa aceitou a segunda disjuntiva, e recebeu a quantia de 36.000 réis, ciente de que podia fazer um passo provisório sempre que fosse preciso (25).

O passo de S. Vicente foi reparado em 1894, e com o passo da Sé sucedeu que a Mesa, a 15 de Fevereiro de 1914, oficiou à Câmara a perguntar que destino dera aos materiais do passo, demolido sem autorização da Santa Casa. Respondeu a Câmara não ter autorizado a demolição. Replicou a Mesa que deliberasse incluir no orçamento a quantia de 30 escudos para a reconstrução do passo, destruído em seu nome pelo vereador João de Deus Afonso Dias (26).

Era o tempo em que o ódio à Igreja se desafogava nestas cousas...

O passo da Rua do Passo teve portas novas, em 1930, que a Santa Casa pagou por 555 escudos (27).

A devoção ao Senhor dos Passos foi sempre muito gran-

---

(25) *C. Corr.* 1854, fol. 36 — *Actas*, 1884, fol. 18 v — *Corresp.* 1884-1929.

(26) *Actas*, 1907-1919, fol. 94 v, 99 v — *Corresp.* 1884-1929.

(27) *Corr.* 1884-1929 — *C. Corr.* 1924, fol. 111.

O Divino Senhor dos Passos

Capela interior do hospital

de entre a gente bragançana. Em 1740, António Doutel de Almeida, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, sargento-mor da Comarca e Provedor da Santa Casa, conseguiu que o Sumo Pontífice Bento XIV, a 13 de Dezembro do referido ano, concedesse 100 dias de indulgência aos que cinco vezes rezassem o Pai-Nosso e Ave-Maria, de joelhos ao toque do sino, e aos que nas sextas-feiras fizessem piedosa romaria da paixão e agonia de Jesus Cristo [28].

Construída a capela do Senhor dos Passos, o Provedor, Tenente General Manuel Jorge Gomes de Sepulveda, obteve do Pontífice Pio VI, no dia 7 de Abril de 1797, três Breves: um a declarar perpètuamente privilegiado o altar do Senhor dos Passos; outro a conceder Indulgência Plenária aos que visitem a capela do Senhor dos Passos na festa do Espírito Santo e nas festas de Jesus Cristo; e outro a estender o privilégio do altar, dentro da oitava dos fiéis defuntos, e em todas as quartas, sextas e sábados do ano [29]. Mais tarde, o Papa Leão XIII, em 1879, concedeu Indulgência Plenária aos que visitem a capela na sexta-feira, depois do 3.º Domingo da Quaresma [30].

No inventário feito, em 1852, vê-se um guião de damasco com franja de seda vermelha que era do Senhor dos Passos [31] e, em 1874, houve a tentativa de organizar os devotos do Senhor dos Passos numa confraria, que logo teve 59 irmãos alistados, e em 1877, estatutos próprios. Tinham eles os mesmos direitos dos irmãos da Misericórdia, excepto ser eleito para mesário, examinar livros, actas e inventários. Tinham os irmãos do Senhor dos Passos de pagar a jóia de 500

(28) *Arq. Districtal* — Brev. e confr.
(29) *Idem, idem* — *Arq. Secr. do Vaticano* — *Secr. Brev.* vol. 93, fol. 167 — Vol. 121, fol. 314.
(30) *Arq. Districtal* — Doc. para a história.
(31) *Inventário*, 1852 fol. 41.

réis e a anuidade de 160 réis, mas os irmãos residentes fora da cidade tinham de pagar 100 réis de jóia e 60 réis de anuidade. Os que não pagassem três anuidades consecutivas, os que fossem pronunciados por crime correspondente a pena maior e não comprassem a ópa, seriam riscados. A ópa era um balandrau roxo. À mesma pena estão sujeitos, pelo Compromisso em vigor de 1877, os irmãos da Misericórdia que, no dia de Passos e na Quinta-Feira Santa, não fizerem a hora de vigília quando para isso escalados, e não pagarem 115 gramas de cera e faltar três vezes (32).

A 20 de Janeiro de 1853, a Mesa de que era Provedor Joaquim António de Carvalho e Castro, deliberou mandar cantar mensalmente no 1.º Domingo de cada mês uma missa na capela do Senhor dos Passos, com 3 padres e 3 meninos do coro, a principiar no 1.º Domingo de Fevereiro (33). Deliberou e cumpriu-se nos respectivos Domingos até que, pelo Compromisso de 2 de Julho de 1856, se passaram a celebrar às sextas-feiras (34) com a nota de obrigatórias mas rezadas (34) que serem cantadas era do arbítrio da Mesa. O Compromisso de 1877 tornou obrigatórias as missas na capela do Senhor dos Passos, nas sextas, Domingos e dias santificados, missas que eram encargo do capelão-menor, às 8 horas desde 1 de Março a 31 de Outubro, e às 9 horas desde 1 de Novembro ao último dia de Fevereiro (35).

Ao Senhor dos Passos houve sempre grande devoção. Recorria-se a ele nas horas más da vida citadina. Em 1891 operara-se um milagre, e a Mesa de que era Provedor o Major Luís Ferreira Real, resolveu fazer uma procissão de penitência. A procissão não se pôde fazer. Em vez dela, no dia

(32) *Compromisso* de 1877, pág. 3, 9, 49.
(33) *Acórdãos*, 1832, fol. 58.
(34) *Compromisso* de 1856.
(35) *Idem*, de 1877.

24 de Maio, fez-se exposição do Senhor e celebrou-se missa cantada com sermão, estando a igreja pomposamente adornada (36). Outra vez, por causa de uma longa estiagem, a pedido de vários irmãos, a Mesa de que era Provedor Abílio de Lobão Soeiro, fez a 11 de Setembro de 1898, uma procissão de penitência com o andor do Senhor dos Passos que percorreu as ruas da cidade (37).

O andor do Senhor dos Passos existiu sempre na igreja da Misericórdia. Sobre a armação uma cobertura de cortiça, quatro bolas nos cantos e as varas para as sanefas e também a cruz. Em 1854, José António Martins deu-lhe 4 ciprestes e competentes laços que custaram 38.400 réis (38). Estes ciprestes e laços foram substituídos em 1860, e em 1932 o andor foi pintado no que se gastaram 50 escudos (39).

A notícia mais velha que encontrei da procissão do Senhor dos Passos, tem a data de 1641. Impressionou-me o gasto da cera, em 1668, que foi de 16.000 réis. Chocaram-me caixas de marmelada, destinadas aos penitentes desta procissão e da dos fogaréus, a representação ao vivo dos passos do horto e do calvário, o colorido das irmandades, a marcialidade das tropas, a majestade e a grandeza de tamanha manifestação de culto. E parece-me que hoje, com tantos requintes de civilização, não seríamos capazes de reproduzir as velhas procissões não só pela pelintrice de ópas e balandraus, mas também e principalmente porque falta hoje à enternecida fé dos nossos antepassados, servida por uma consciência que não era de manga tão larga como a moderna.

À frente do cortejo ia o arauto a avisar o público do

(36) *Actas*, 1884, fol. 50.
(37) *1884*, fol. 147.
(38) *Acórdãos*, 1852, fol. 62.
(39) *Inventário*, 1852, fol. 113 — *Copiador*, 1882, n. 22, 10 e 11 — *C. Corr.* 1924, fol. 140.

cortejo impressionantíssimo. Atrás o campainha a tilintar magoadamente. Depois o guião roxo com letras de galão a recordar o senado e o povo romano, levado por um irmão artífice ou de segunda condição, ladeado por dois irmãos nobres que seguravam tochas de cera. Outros três irmãos de balandrau preto erguiam ao alto 3 cruzes de pau, a representar as 3 cruzes do calvário, acompanhados por duas filas de 20 irmãos, nobres e plebeus que tochas levavam também.

Depois da mancha negra da Misericórdia, as manchas vivas e coloridas das irmandades. Branca e verde das Almas de Santa Maria, escarlates do Santíssimo da Vila e de S. João Baptista, vermelha e azul do Senhor de São Vicente, preta dos irmãos de São Pedro, cinzenta dos Terceiros de S. Francisco, todos com tochas de cera acesa, e todos com as suas cruzes, as suas insígnias, os seus emblemas.

A seguir às irmandades, o clero de sobrepeliz branca das paróquias, dos conventos e das colegiadas, também de velas grossas e de chama alta. Os andores de S. João Evangelista e Nossa Senhora da Soledade moviam-se por entre as alas de confrades e velas. Depois o andor do Senhor dos Passos, impressionante na queda sob o peso da Cruz, trágico nas linhas dolorosas, a um tempo aliciante e assustador pela expressão dos olhos.

O primeiro passo, o Senhor no Horto. Cristo esmagado ao peso da paixão iminente tem em frente de si um anjo vivo a oferecer-lhe o cálix da agonia. Reza-se diante do passo a primeira estação, canta-se um moteto sacro e a procissão continua. Atrás do pálio a abrigar o Santo Lenho, a Mesa da Misericórdia cuja vara de comando era levada pelo Provedor, ladeado pelos outros mesários. Com a Mesa, as autoridades. E atrás destas os penitentes de promessa que uns carregavam pesos enormes, outros iam de joelhos pelas ruas e ainda outros, e estes eram o maior número, descobertos da cinta para cima chicoteavam-se e flagelavam-se sangrentamente. Para estes, como para as figuras vivas dos passos, havia o presente da marmelada, um doce considerado reconfortante.

Na cauda do cortejo, as guarnições da cidade, e o povo de perto e de longe devoto, compungido a pôr no Senhor dos Passos os seus olhos de fé e de esperança.

A cada passo visitado, nova estação da Via-Sacra com moteto musical e com figuras vivas a fazer de judeus. No passo do Calvário, as figuras não estavam inertes, como no Pretório ou no palácio de Herodes. Num estrado alto, dominado por três cruzes e forrado de cortiça, de bucho e ramos de medronheiro, do qual se viam ao longe umas casas pintadas a fingir de Jerusalém, passeavam figuras vestidas de legionários romanos, e de cima dominavam a multidão comprimida na grande igreja de São Francisco, com o ar e a arrogância de serem eles os senhores e dominadores daquela cena de tragédia.

Se à saída da igreja da Misericórdia, o pregador que em geral costumava ser um franciscano de voz forte e movimentos patéticos, agradava e arrancava gritos de compaixão e de penitência, na igreja onde se armava o Calvário, os gritos, as lágrimas e os prantos tinham de ser maiores. Estava nisto empenhada a honra da Misericórdia e a glória do pregador.

Pregado o sermão do calvário, a procissão saia mas em direcção à igreja da Misericórdia, já de noite, iluminada pelas duas filas de luzes das velas acesas das irmandades, do clero e dos irmãos da Santa Casa, negros como a noite nas suas opas de tristeza e sofrimento [40].

---

(40) *1671*, fol. 10 v — *C. Corr.* 1854, fol. 37 — *Copiador* 1888, n. 30 — *Copiador*, 1882, n. 10.

CAPÍTULO IX

Procissões dos fogaréus e Senhor Morto

Descreve-se a impressionante procissão — Um cortejo de maravilha — A visita aos sepulcros — O comovente enterro do Senhor — O cortejo com irmãos da Misericórdia e confrarias da cidade — Atrás do cortejo, as forças armadas.

Talvez porque se fizesse com menos esplendor e com mais irregularidade a procissão dos fogaréus, de Quinta-Feira Santa, os Compromissos de 1856 e 1877 deram-lhe o carácter de facultativa [1]. E, deixando de ser obrigatória, nunca mais se fez.

Na igreja da Misericórdia, à parte os Ofícios de Trevas, faziam-se todas as cerimónias da Semana Santa. Na Quinta-Feira, celebrava-se de manhã a missa cantada; e, à tarde, não dispensava o Lava-pedes. Pela Missa cantada recebia o capelão-mor o estipêndio de 100 reis, em 1651, e pelo canto do Evangelho ao Lava-pedes, a esmola era a mesma.

A procissão dos fogaréus demorava muito tempo. Saia às 8 horas da tarde da Misericórdia, percorria a cidade e fazia visita a todas as igrejas onde houvesse Santo Sepulcro. Nela não tomavam parte as Irmandades a não ser a da Misericórdia, e aparecia todo o clero da cidade.

A despesa era grande. Havia pagar ao trombeta ou

(1) *Compromisso* de 1856 — *Compromisso* de 1877 — pág. 27.

arauto que ganhava 400 reis, distribuir doces pelos anjos, pelas Marias e pelos penitentes. Necessitava pagar aos clérigos, padres e frades no que em geral se dispendiam 10.000 reis. Havia custear a despesa da música que, uma ou outra vez, era dos frades do Mogadouro no que dispendiam 6.000 reis, pagar a lenha para fazer cavacos para as fogueiras, comprar rolos de palha para os archotes no que iam 226 reis, azeite para candeias e lampiões, arrobas de pez a 1.000 reis, barrinhões e alguidares de barro que algumas vezes subiram ao número de 300, estopa para fiado e este para torcidas, e cera para as tochas que nunca era menos de 50 arráteis (2).

O que a Santa Casa gastava em azeite para as lanternas, as candeias e os candis! Às vezes gastou sete almudes e houve um ano que gastou dez (1677). Uma grande despesa ao serviço de um grande esplendor. Uma grande penitência pública que chegava a tisnar de sangue as ruas da cidade e a dar imenso trabalho ao mordomo da botica que tinha a obrigação de curar os penitentes que iam na procissão dos fogaréus (3). Havia anos nos quais a cura dos penitentes exigia uma despesa de 400 reis, e também a de 2.700 reis na compra de doce de marmelada que era distribuida por eles e pelas figuras da procissão.

8 horas da tarde. A luz do dia ensaiava-se para fugir de vez. Sombras compridas da noite invadiam as ruas, as calejas e os becos. Da igreja da Misericórdia já saíu o campainha a soar as matracas porque os sinos haviam emudecido à entoação do Glória da missa cantada. A cruz alta e preta vai atrás da bandeira da Misericórdia, levada por um irmão nobre, ladeado por dois irmãos, um nobre e outro oficial com dois tocheiros.

(2) *1671*, fol. 10, 10 v — *1679*, fol. 6 v.
(3) *Corresp.* 1618, pág. 23.

Dois clérigos cantam a Ladainha. De onde a onde, anjos — seis — levam as insígnias. À ilharga de cada uma das insígnias, dois irmãos, um nobre e outro oficial, com tocheiros, e outros dois com varas pretas. Atrás de todas, mais dois clérigos cantam, como os primeiros, a Ladainha.

Da bandeira da irmandade à primeira insígnia da paixão, vão as pessoas devotas do cortejo; e, da primeira insígnia até à sexta, vão os penitentes, descalços, despidos da cinta para cima, empunhando flagelos. Os confrades de balandrau preto seguem o cortejo em duas filas; e a seguir duas alas de 40 tochas a preceder a imagem de Cristo Crucificado, levada pelo escrivão da Santa Casa, tendo a seu lado quatro irmãos com quatro tocheiros.

À frente do Crucifixo vai o Provedor só com a sua vara, e atrás vão os capelães da Santa Casa a cantar, como os outros, a Ladainha. Depois dos capelães, duas insígnias de Cristo Morto levadas por dois irmãos que a seu lado vão outros com tocheiros e logo, dois capelães a cantar, como os outros, o mesmo. Os irmãos que não levam bandeira, vara ou tocha, seguram velas e levam as opas, e os outros que não são irmãos, vão de roupa preta. Ali a cor branca só existe nas sobrepelizes dos eclesiásticos e na toalha da Cruz que abre a procissão.

Quando esta acaba de sair, já as ruas estariam mergulhadas em plena escuridão, se, das janelas das casas não pendessem lanternas, candieiros e candis de azeite, se, em muitos pontos das alas da procissão, se não erguessem ao alto archotes de chama alta, amarela e azul e fumaça cinzenta, se pelas ruas dezenas de barrinhões não vomitassem colunas de fogo que se agitavam ao toque do vento como

a luz dos archotes, das velas e das tochas, projectando clarões para as casas, para a multidão e para o céu estrelado ou escuro.

Entra a procissão em cada igreja onde o Santíssimo está no sagrado sepulcro para actos de adoração; e os que não podem entrar, que são a grande maioria, continuam acompanhando a Ladainha de Todos os Santos, gritando e gemendo as respostas de «rogai por nós», de «tende compaixão de nós»; enquanto que ali, como em todo o trajecto, os padecentes se flagelam a si próprios, na medida da sua fé e da sua contrição, enchendo de equimoses o corpo e fazendo estalar a pele pela violência dos flagelos, ao lado dos padecentes, irmãos da Misericórdia com alguidares lavavam as costas retalhadas, e outros forneciam-lhes pedaços de marmelada como reconfortante [4].

A procissão dos fogaréus ainda se fazia em 1721 com máximo esplendor [5] e com a mesma fé e o mesmo espírito de penitência no ano de 1783 [6], e mais raramente de 1852 para cá [7]. Depois caiu em desuso e perdeu-se até da memória dos bragançanos. Nos anos 1920, 1921 e 1930, a Quinta-Feira Santa foi lembrada na igreja da Misericórdia com a exposição do Senhor dos Passos, feita com abundância decorativa de flores [8].

Uma outra procissão fazia e continua fazendo a Santa Casa da Misericórdia: a procissão do Enterro do Senhor. Todos os Compromissos, incluindo os de 1856 e 1877, a dão

(4) *Compromisso*, 1618, fol. 32. — *Conde de Sabugosa* — ob. cit. pág. 262.
(5) *Abade de Baçal* — ob. cit. vol. 2, pág. 291.
(6) *1783, inventário.*
(7) *1852*, idem, fol. 47.
(8) *C. Corr.* 1924, fol. 113.

como obrigatória [9]. De harmonia com o projectado esplendor ou por motivo de obras na igreja, a procissão do Enterro do Senhor saía da igreja de Santa Clara, e nuns tempos, mais que noutros, a sua majestade e a riqueza tomou tais proporções que fazia lembrar a majestade e a grandeza da procissão do Corpo de Deus, principalmente desde 1865 a 1898, na qual, consoante a tradição de tempos remotíssimos, iam as forças armadas da cidade, como retaguarda de um cortejo que atraia gente de perto e de longe. Ainda pelas aldeias distantes de Miranda do Douro e não menos distantes de Mirandela, há velhos que recordam saudosa e piedosamente o brilho e a imponência da procissão de Sexta-Feira Santa [10].

Alguns anos, como o de 1887, fez-se na igreja da Misericórdia a impressionante cerimónia do Descendimento de Cruz. E quando não se fazia aqui, realizava-se na igreja de S. Francisco. Sobre um estrado alto, em forma de monte, cercado de pinheiros, atapetado de cortiça e musgo, uma Cruz onde a imagem de Cristo está dependurada de cravos. Figuras vivas faziam de Marias e de judeus que, à voz do pregador, executavam todos os movimentos até que a figura de Cristo passava dos braços da Virgem para o sepulcro, disposto ao lado que o recebia. Ainda hoje, na igreja da Santa Casa, uma ou outra vez, se arma o sepulcro no dia de sexta-feira santa [11].

Em 1911 não se fez a procissão, dando-se como pretexto a proibição da presença das autoridades e da força pública [12]. Houve reacção, em 1914, que se realizou com a

(9) *Compr.* 1856 — *Compr.* de 1877 — pág. 27.
(10) *Copiador* — 1882, n. 1, 4, 14, 15, 19, 39 — *Corresp.* 1875-1894, fol. 7 — *Corresp.* 1894-1923, fol. 9 v.
(11) *Actas*, 1884, fol. 15.
(12) *Actas* 1907-1919, fol. 55.

pompa possível, e depois, nos outros anos, com a disponibilidade de fracos recursos, mas sempre, com autorização do administrador do concelho [13]. A despesa, desde 1846 até 1888, nunca foi menos de 15.000 reis nem mais de 20.000 reis, que desde 1889 para cá até 1910 sempre orçou por 30.000 reis. Em 1923 subiu a 230 escudos, e subiu ainda mais em 1941 à quantia de 2.000 escudos [14].

A imagem do Senhor Morto foi pintada por 600 reis, no ano de 1676, e teve um volante de prata para ser coberto que custou, naquele ano, 1.800 reis. Em 1909, D. Maria Augusta de Moura ofereceu-lhe um véu de seda, primorosamente bordado, como em 1898 lhe havia oferecido outro a D. Francisca de Jesus Pires [15].

Por vestir a imagem do Senhor Morto recebia o capelão-mor, em 1833, a propina de 480 reis, o mesmo que o enfermeiro e mais do que o campainha porque este recebia 320 reis [16]. Esta imagem teve camarim novo, em 1870, para o que se tiraram esmolas na soma de 13.540 reis [17].

A Imagem do Senhor Morto sai num esquife que, em 1668, foi feito por 30.000. Em 1710 foi substituído por outro que custou 49.340 reis, envernizado em 1848 por 6.600 reis [18], e guarnecido de quatro sanefas de damasco preto com galão dourado em 1852 [19].

Como na procissão dos fogaréus, as insígnias da Paixão e Morte de Jesus Cristo saiam sempre levadas por an-

(13) *Corresp.* 1884-1929.
(14) *1845*, fol. — *C. Corr.* 1854, 1856 — *C. Corr.* 1907 — *C. Corr.* 1924 — C. Corr. 1936 — *Actas*, 16 fol. 79.
(15) *C. Corr.* 1884-1929 — *Actas*, 1907-1919, fol. 15 v.
(16) *Acordãos*, 1832, fol. 2 v.
(17) *C. Corr.* 1854, fol. 102 v, 104.
(18) *1845*, fol. 12.
(19) *1852, inventário*, fol. 40 v.

jos e profetas, e saiam as tres Marias vestidas de preto, cobertas de véus que, em determinados pontos do percurso, mostravam a verónica — imagem do rosto de Cristo numa tela que se dobrava e desdobrava — entoando o «*Vos omnes qui transitis per viam, atendite et videte, etc.*». As insígnias que iam da cana às escadas, foram pintadas de novo, em 1671, por 900 reis, e os vestidos das Marias custaram, no mesmo ano, 1.900 reis [20]. Elas, por cantar, recebiam 200 réis, cada uma.

No ano de 1677, apareceram três figuras novas: São João e José d'Arimateia e São Matias, cujos trajes custaram 700 reis [21]. Em 1838, às figuras dos anos anteriores, juntaram-se mais duas: a do Bispo e a de Santa Maria Madalena [22]. Em 1842, apareceram as mesmas e mais 6 profetas [23]. Depois, até 1911, com mais ou menos anjos e com mais ou menos profetas, a procissão do Enterro do Senhor Morto se fez com majestade impressionante, sobretudo no tempo em que foi Provedor o Major Luís Ferreira Real (1890-1898), pessoa que tomou muito a sério o esplendor do culto, de modo a restaurá-lo como se fazia nos antigos tempos, valendo-se do seu prestígio e da sua família, e não deixando de recorrer às sanções penais consignadas nos Estatutos, sempre que os irmãos se descuidavam de aparecer nas vigílias do Senhor dos Passos, nos turnos dos enterros, nas procissões do Enterro do Senhor, ou quando deixavam de apresentar a figura que lhes era destinada pela Mesa. No tempo do Major Real, como noutras gerências, as multas eram infalíveis e imperdoáveis. De meio arratel de cera em 1848, de 1.500 reis em 1877, de 2.000 reis em 1901,

(21) *1671*, fol. 12 v.
(22) *Corresp.* 1838.
(23) *Acórdãos*, 1832, fol. 31 v.

de 3.000 reis em 1902 [24] eram as penas aos irmãos desobedientes; e quando estes se recusavam ao pagamento, era certo serem riscados do rol dos irmãos.

Diga-se a tempo que as figuras apresentadas na procissão recebiam de presente caixinhas de marmelada. No século XVIII e XIX, a marmelada foi substituída por cartuchos de amêndoas que eram o delírio das crianças do meu tempo.

No Enterro do Senhor compareciam as irmandades, mas sem cruzes e guiões.

Com os dados que temos, podemos reconstituir uma procissão do século XVIII, a época mais faustosa dos cortejos religiosos.

Saída da procissão, às 4 horas. De todas as igrejas vinham as confrarias e dispunham-se pela Rua de Trás, segundo a sua antiguidade. E será por esta mesma antiguidade que as disporei no cortejo. Vinda da matriz de Santa Maria, chega a confraria dos clérigos de S. Pedro (1583) com hábitos pretos; da igreja de São João Baptista chega a confraria do Nome de Jesus (1602) com opas brancas; da igreja de São Francisco, com opas azuis e brancas, a confraria de Nossa Senhora da Conceição (1603); da igreja de São Vicente, com opas vermelhas e azuis, vem a confraria do Senhor Jesus (1654); e da igreja de Santa Maria toma lugar a confraria de Santo Estêvão (1663).

A bandeira da Misericórdia, é substituída, neste dia por um guião roxo que no alto tem as seguintes letras: S. P. Q. R. que, atrás de si, um irmão ergue uma cruz preta com uma grande toalha pendente dos braços. A irmandade, dona do cortejo e a mais antiga (1518) ocupa o lugar de menos

(24) *Idem*, fol. 26.

categoria. Vai à frente, atrás do guião roxo. As referidas confrarias aproximam-se do pálio na razão directa da sua antiguidade. Chega agora da igreja dos jesuítas (hoje Sé) a confraria de Nossa Senhora dos Prazeres, constituída pelos alunos do colégio do Santíssimo Nome de Jesus (1667) seguida pela confraria de São Bento que vinha da igreja de Santa Escolástica (1682) com os seus hábitos pretos, e pela confraria de Nossa Senhora do Carmo (1686) com batina carmesim e capa branca vinda da igreja de S. Vicente. Já próximas da irmandade da Misericórdia, iam na procissão do Enterro do Senhor a confraria das Almas (1715) com opas verdes e brancas, chegada da igreja de Santa Maria, a confraria de Nossa Senhora da Boa Morte (1741) saída da igreja de São Francisco, a confraria do Santíssimo Sacramento (1720) vinda da igreja de São João Baptista, com as opas escarlates, e a Ordem Terceira de São Francisco (1781) com os seus hábitos cinzentos, vinda da igreja do mesmo nome.

Dentro das alas das irmandades, levando as insígnias da Paixão e Morte de Jesus Cristo, como na procissão dos fogaréus, vão anjos, profetas, varões, e as três Marias vestidas de preto, cobertas de véus espessos que vão atrás do andor de Nossa Senhora da Soledade, e este atrás do andor de São João Evangelista.

Depois o pálio, e, debaixo dele, o Senhor Morto, dentro do esquife, carregado por clérigos, revestidos de dalmáticas.

Vestindo opas da Irmandade da Misericórdia viam-se as pessoas de maior categoria no artesanato bragançano; os mestres barbeiros, sapateiros, alfaiates, carpinteiros, emxambladores, serralheiros, albardeiros, ferreiros e forneiros, em boa camaradagem com os sirgueiros, os tecelões de seda e de veludo, os tosadores e os tingidores; e todos estes, em santa

fraternidade cristã, com barbeiros, sangradores, cirurgiões, físicos e facultativos, com advogados, bachareis, licenciados e doutores.

Atrás do pálio, fazendo coroa ao Provedor e à Mesa, os padres, abades, capelães, cónegos e arcediagos, o procurador do Duque de Bragança, o presidente da Câmara e vereadores, o corregedor da comarca com o juiz de fora e todo o pessoal da justiça: escrivães do judicial e do juízo geral, o alcaide da cadeia e o meirinho geral.

À frente das forças armadas, o Tenente General dos Exércitos e Governador Geral da Província, cercado pelo Brigadeiro e Governador da Praça, sargento-mor da comarca, mestres de campo, ajudantes de ordens; e depois os dois regimentos de infantaria e o de cavalaria onde há fidalgos da Casa Real, cavaleiros professos da Ordem de Cristo.

As forças armadas imprimem, à procissão do Enterro do Senhor, uma grandeza e uma solenidade incomparáveis, pois os soldados infantes, os guardas a cavalo e os granadeiros, chefiados pelos seus oficiais, pela marcialidade, pelo colorido das fardas e uniformes, fazem sempre arregalar os olhos a quem goste e admire a ordem, a disciplina e a autoridade.

CAPÍTULO X

Pobres, presos e enfermos

Pão para os pobres nas festas do ano — Vestir os nus — Dietas e receitas a dinheiro — Movimento de doentes no hospital — Pensionistas e o seu movimento.

À Mesa da Santa Casa não faltavam pedidos de pessoas que desejavam ser visitadas para, depois, serem socorridas. O Provedor procurava saber se os requerentes eram «pessoas de recolhimento, virtude e boa fama», pobres e necessitados sem recurso à caridade pública, e incapazes, por sua qualidade, de servir a outrem, não deixando de ser considerados pobres os que tivessem casa e apenas o rendimento de 6.000 réis anuais [1].

Feita a investigação era encarregado um mesário de visitar periòdicamente o necessitado e de lhe dar a esmola, reputada bastante para seu remédio até à quantia de 2 tostões; e, se doente, providenciar sobre o físico e cirurgião e sobre a recepção dos Sacramentos. E não só isto: prover de vestido, calçado, camas e tudo o que fosse necessário [2].

A esmola que aos pobres dava a Santa Casa, era sobretudo de pão. Em 1641, a três pobres deu 10 alqueires de centeio que valiam 500 réis. No ano de 1651, a oferta de pão

(1) *Compromisso* de 1618, pág. 30.
(2) *Idem*, pág. 14, 9.

pelos pobres foi de 37 alqueires, sendo o preço do serôdio a 100 réis e do trigo a 60 réis. Mas no ano de 1659, a distribuição foi muito maior: 466 alqueires de pão e 6.260 réis, em dinheiro. Mas logo, em 1661, o gasto da Santa Casa já foi menor — 36 alqueires ao preço de 80 réis, e 15.527 réis em dinheiro. Aos pobres pensionados pela Santa Casa a esmola variava, segundo as necessidades. Vê-se que, em 1667, houve pobres que recebiam mensalmente 56 réis, outros 84 e outros 100 réis. Uns eram subsidiados mensalmente, e outros pelo tempo de 8 e 15 dias. Assim é que desde 1845 a 1914, a Santa Casa dispendeu com esmolas a domicílio a quantia de 3.378.025 réis (3).

Mas havia dias no ano nos quais a Santa Casa gostava de favorecer os padres. Era no Natal, nas quartas-feiras da Quaresma, em Quinta-feira Santa e, nos primeiros dois séculos, no dia de Páscoa. O último ano em que houve distribuição de pão pelos pobres, foi em 1650-119 alqueires de trigo. No Natal distribuía a Santa Casa pelos pobres uma média de 125 alqueires de trigo em grão e a quinta parte — 25 alqueires — cozido. E quando algum pobre estava mais necessitado, recebia um presente de mais vulto.

Nas quartas-feiras da Quaresma, além do pão em grão e cozido, havia pelos pobres a distribuição de arroba e meia de peixe, assim como na Quinta-Feira Santa fazia distribuição de quartilhos de azeite, de arrateis de peixe, quartas de grãos de bico, moletes de pão cozido e esmolas em dinheiro. Em 1661, as esmolas montaram a 4.820 réis, e, em 1710, a conta chegou a 22.142 réis. Desde 1847 a 1866, não houve distribuição de géneros pelos pobres, apenas se deu dinheiro. De 1866 a 1874, fez-se novamente; e novamente se fez de

(3) *Acórdãos*, 1832, fol. 51 v, 53 v, 53 v. — *C. Corr.* 1854, fol. 25, 32 — *C. Corr.* 1856, fol. 4, 9, 25.

1895 a 1914. Em 1898 a afluência de pobres foi tão grande que houve de recorrer à polícia para assegurar a ordem (4). No bodo aos pobres de 1915, fez-se a despesa de 61 escudos, e com as esmolas em 1919 gastaram-se 100 escudos.

Desapareceu dos hábitos da Santa Casa o cumprimento de duas obras de misericórdia: dar de comer a quem tem fome e, por isso mesmo, dar de beber a quem tem sede.

Como se está longe do tempo em que, nos hospitais, se via esta inscrição: *Christo in pauperibus!* Por Cristo aos pobres. Pobre não é só o que está enfermo sem recursos; é também o que sem recursos não pode viver. Cuidar dos enfermos pobres é grande obra de misericórdia, mas esta obra não exclui nem dispensa o exercício da outra — dar de comer a quem tem fome.

Porque se não ressuscita o costume secular de fornecer aos pobres, ao menos no Natal e na Páscoa, um bodo em géneros? Dar com a direita, às escondidas da mão esquerda, está bem, e é assim mesmo, no domínio da caridade particular e individual. Mas no domínio da caridade colectiva, já não pode ser da mesma maneira. O exemplo público da caridade colectiva serve para formar o carácter da própria colectividade. As povoações não são como os indivíduos. Aqui e neste caso, o que dá, deve dar ao público a sedução do seu exemplo; e o que recebe não deve ter a vergonha de a receber. Não a têm os que têm o hábito de pedir. E os que a têm por serem pobres envergonhados, receberão a esmola a ocultas, como é próprio do espírito e da letra da Santa Casa da Misericórdia.

Quem dá aos pobres, empresta a Deus, disse um dia São João Crisóstomo. A Santa Casa, socorrendo-os, acumula um

(4) *Actas*, 1903, fol. 22 — *C. Corr.* 1907-1915, fol. 35 — *Corresp.* 1894-1923, fol. 46.

capital de caridade, bem necessário para o exercício das outras obras de misericórdia.

Em vestir os nus, consiste a terceira obra de misericórdia corporal. E esta pode ser exercida, dando cada um as roupas velhas que não usa ou mandando fazer outras novas para os pobres. São Martinho de Tours deu, um dia, a um pobre metade da sua capa, e Cristo apareceu-lhe vestido com ela. Este facto ficou na história, como exemplo, e Gil Vicente, em 1504, dedicou-lhe um auto (5) exaltando o santo por ter dado o manto a um pobre cheio de frio.

Não obstante a exiguidade de documentos, pode garantir-se aqui que a Santa Casa da Misericórdia desta cidade cumpriu algumas vezes este preceito divino. Pude ver que em 1641 se vestiu um mudo por 660 réis; vestido de novo em 1651. Em 1667, deram-se duas varas de pano, que custaram 320 réis, a uma pobre aleijada. Mais tarde, de 1865 a 1871, a Santa Casa incumbia as senhoras da cidade de fabricar roupas para os pobres, fornecendo-lhes tecidos adquiridos nas lojas. Nesta despesa, a Mesa não gastava mais de 20 a 24 mil réis (6).

Daqui em diante, nas relações da despesa, pouco mais vi a revelar interesse pelos pobres: um vestido de mulher, em 1894, pelo preço de 2.586 réis; três camisas a pobres, em 1895, que custaram 630 réis; roupa para dois pobres, em 1902, no que se dispenderam 1.880 réis; compra de muletas e chinelos, em 1903, pelo preço de 740 réis; um enxoval completo para um recém-nascido, em 1920, oferecido por D. Alice Gonçalves Silvano (7).

Pergunta-se: porque é que a Mesa da Misericórdia não

(5) *Fernando Correia* — ob. cit. pág. 275.
(6) *C. Corr.* 1854, fol. 94, 75.
(7) *Actas*, n. 16, fol. 177 v.

restabelece o hábito edificante de fazer, o maior número de vezes, a distribuição de roupas pelos pobres? Porque, dentro dela, à velha maneira, não institui a rouparia dos pobres, onde as senhoras da terra trabalhem, um dia por semana, na confecção de roupas, valendo-se de tecidos comprados ou oferecidos pelos comerciantes? Porque é que as mesmas senhoras não sacrificam em prol da misericórdia de vestir os nus, um laço dos seus vestidos, um apetite dos seus divertimentos, uma hora dos seus lazeres?

Repete-se a mesma ideia. A Misericórdia não foi sòmente fundada para hospitalizar enfermos pobres. Ela saiu do coração generoso da Rainha Dona Leonor e do genial espírito de Dom Manuel para executar todas as obras de misericórdia. E a de vestir os nus não é menos imperiosa e obrigatória do que as outras.

Visitar os enfermos e encarcerados é a quarta obra de misericórdia, que nos apraz dividir em duas partes: assistência aos enfermos no hospital, assistência aos presos na cadeia. Se todas as obras de misericórdia são de instituição divina e, por isso mesmo, imperiosas, esta, a dos enfermos pobres, impossibilitados de tratamento em sua casa, parece mais divina do que as outras. É porque no exercício dela, a Santa Casa faz as vezes do bom samaritano que abraça e cuida do desgraçado doente, achado à beira do caminho, dos santos que aos empestados consagraram cuidados e vida, e do próprio Cristo quando deu saúde aos enfermos e movimento aos paralíticos. Foi o exame da caridade da Santa Casa que o grande santo alentejano, São João de Deus, extraíu a fundação da sua ordem — *Os Irmãos da Misericórdia* — (1617) tão conhecida em todo o mundo pelo especial cuidado dos loucos e que na Itália têm o simpático nome de *Fate-bene-fratelli*, expressão usada pelo Santo quando, ao toque da

inseparável campainha, convidava o povo à prática da caridade: Fazei bem, irmãos.

A Santa Casa tem por obrigação cuidar dos doentes pobres, ou no hospital ou na própria casa dos doentes. Visível que o doente tratado no ambiente familiar tem um amparo moral que não tem no hospital. Visível também que no hospital tem o doente um amparo clínico que não pode ter na sua casa. Diante destas duas evidências, aparece o meio termo que se pode concretizar neste pensamento: assistir aos doentes na sua própria casa, na medida do possível.

Este critério foi sempre empregado desde a origem da Santa Casa. O doente era visitado pelo mesário, e logo depois era assistido pelo facultativo que receitava, pelo boticário que aviava o receituário, e pelo enfermeiro que lhe enviava a dieta ou pelo tesoureiro que lhe mandava a esmola em dinheiro.

Em 1651, a nossa Santa Casa atendia a dois doentes no domicílio a quem dava mensalmente a esmola de 55 réis, o que perfazia a quantia anual de 1.320 réis. Em 1658, eram três os doentes que recebiam a esmola mensal de 80 réis. Em 1669, os doentes eram seis no que se gastou, anualmente, a soma de 5.560 réis, despesa menor do que, em 1671, que foi de 6.240 [8]. Até 1680, o número de doentes atendidos foi de 8 [9] e de 1681 em diante o número de doentes, atendidos em sua casa, foi, mais ou menos de 12, número que se fixou até ao ano de 1862 [10].

Foi de 20 o número dos doentes tratados em sua casa no ano de 1863, e de 28 no ano de 1866, e logo de 21 em

(8) 1669, fol. 29-1671, fol. 11.
(9) 1671, fol. 26-1679, fol. 7.
(10) *Acórdãos*, 1832, fol. 50 v. *C. Corr.* 1854, fol. 75.

1867, recebendo cada doente a diária de 160 reis [11]. Com rações domiciliárias que custaram 70.660 reis, foram socorridos 43 doentes em 1868, e 71, em 1870, que deram a despesa de 51.210 réis [12].

O Compromisso de 1877 legisla sobre os doentes externos que não querem ou não podem ser tratados no hospital e que, por isso mesmo, têm direito ao abono de medicamentos e dietas, devendo-se-lhes consignar verba no orçamento. Abonos sòmente concedidos com atestado jurado do pároco acerca da pobreza dos pretendentes. Para ter lugar o abono de dietas para os doentes externos, é mister que o facultativo assistente do doente declare na receita qual a dieta que lhe pode ser abonada e por quantos dias. E suspende-se o abono quando se esteja certo de que o doente ou sua família vendem ou dão as rações abonadas. Aos doentes que careçam de banhos ou caldas ou que precisem de se tratar noutros hospitais, passam-se, sendo pobres, cartas de guia para o hospital da localidade a que se destinarem [13].

Em quatro anos, 1930-1933, o número de dietas, distribuídas a doentes ao domicílio foi de 7.118; e em três anos, 1940-1942, o número desceu a 1.190.

De 1942 para cá parece ter cessado o abono das dietas. Apenas vi o abono de leite a cinco pobres que por doença contagiosa não podiam ser recolhidos ao hospital no ano de 1943; e, em 1944, a mesma concessão a três tuberculosos [14].

Não posso crer que, nestes anos, tenha desaparecido de Bragança a pobreza em condições de ser auxiliada na sua própria casa.

(11) *Acórdãos*, 1832, fol. 89 — *C. Corr.* 1854, fol. 61, 67.
(12) *C. Corr.* 1854, fol. 84, 104.
(13) *Compromisso* de 1877.
(14) *Actas*, 17, fol. 23 v, 46, 59.

Pelo primitivo Compromisso, «nenhum doente podia ser admitido sem consulta prévia do físico e cirurgião, únicos juízes das admissões no que respeitava à classificação das doenças, embora elas fossem superiormente determinadas pelo Provedor que assiste a todas as consultas de aceitação, com as visitas. Os incuráveis não podiam ser admitidos». «O vereador substituia o Provedor nos seus impedimentos. Na consulta da aceitação dos doentes, era substituído pelo físico ou pelo cirurgião interno, conforme a doença de que se tratasse. Quando qualquer doente não podia ir à consulta, era visitado em sua casa pelo Provedor, acompanhado do físico e do cirurgião interno que iam sòzinhos, se o Provedor estivesse impedido, resolvendo-se se sim ou não devia ser internado e transportado para o hospital» (15).

Com esta norma, se procedeu sempre na Santa Casa ou se devia ter procedido. A despesa, em 1667, com os doentes internados foi de 23.103 reis; e em 1671, foi menos de metade — 10.500 reis (16). Em 1681, foi de 30.736 reis; e em 1710, foi de 20.000 reis. Veja-se, agora, o que a Santa Casa gastou com dietas aos doentes internos desde 1845 a 1858 — 11 anos. Foi de 1.255.074 reis, o que dá a média de 114.095 reis. De 1860 a 1879, a despesa anual sobe — 6.128.613 reis, quantia que dividida por 20 anos, dá a média de 306.430 reis.

O Compromisso de 1877 legisla sobre os deveres do mordomo a respeito das dietas aos doentes hospitalizados. Compete-lhe: inquirir discretamente do enfermeiro e dos doentes a natureza e destino das dietas; formular de véspera o vale para o fornecimento de géneros; visitar o hospital duas vezes por dia; inspeccionar os assentos de entrada e

(15) *Fernando Correia* — ob. cit. pág. 539.
(16) 1671, fol. 11.

saída dos doentes; arquivar as tabelas diárias e rações e entregá-las ao escrivão (17).

Veja-se agora como, desde 1880 a 1942, subiu o número de dietas e, consequentemente, subiu a despesa. De 1880 a 1899 vão 20 anos. Nestes 20 anos, a despesa total das dietas foi de 8.694.982 reis, equivalente à média anual de 434.749 réis. Outros 20 anos, de 1900 a 1920. Despesa total de 18.135.790 reis, o que dá por ano a despesa de 906.780 reis.

O valor dos géneros sobe. O valor do dinheiro desce. Consequência? Aumento do custo da vida. De 1920 a 1931 vão 12 anos. Nestes 12 anos, a despesa foi de 201.484,92 escudos, resultando a despesa anual de 16.790,41 escudos. A ascensão da despesa é sempre maior. De 1933 a 1942 vão 10 anos, nos quais se gastou a soma de 460.816,28 escudos, correspondente à despesa anual de 46.081,62 escudos.

Que longe se está do ano de 1667 em que a despesa anual com os doentes internos foi de 23.103 reis!... E também que longe se está do espírito da Santa Casa da Misericórdia, não socorrendo desde 1942, com dietas os pobres a domicílio. Poderá ter sido uma boa medida económica. Não é decerto uma medida cristã.

É tempo de perguntar: quantos doentes pobres na Santa Casa?

Em 1668, foram tratados 16, sendo um destes da cidade. Em 1669, a Santa Casa recebeu 11, dos quais da cidade eram dois, e todos morreram, sendo 10 enterrados no adro da Madalena. Em 1672, o número de doentes subiu a 22, saindo curados 14, e recebendo, à saída, esmola para a viagem (18).

(17) *Compromisso* de 1877.
(18) 1669, fol. 20 — 1671, fol. 23 v.

Por estes algarismos, se averigua a diminuta frequência hospitalar, concluindo-se que os doentes da cidade eram cuidados na sua casa e que, para o hospital, iam os que na cidade não tinham o agasalho de uma casa e o amparo de uma pessoa. O hospital até 1837 não tinha mais que três barras de madeira [19].

Deste ano em diante, o movimento hospitalar subiu. Em 1852, o número de doentes foi de 69 e o de mortos foi de 4. De 7 mortos e 75 doentes, foi o movimento, em 1853. E assim por diante. Vê-se que o horror pelo tratamento no hospital diminue, ou que aumentaram as dificuldades à assistência domiciliária. Tanto assim que o Compromisso de 1856 obriga a um maduro exame da receita e despesa, para, em face dele, ser fixado o número de doentes que diária e gratuitamente podem ser tratados no hospital [20].

Porque os rendimentos da Santa Casa aumentaram e a enfermaria foi ampliada, a Mesa resolveu admitir doentes até ao número de 8 [21]. Este número subiu a 10, por deliberação da Mesa, em 20 de Março de 1864 [22]. Desta sorte, a média dos doentes, desde esta data ao ano de 1873, foi de 84 doentes e 9 mortos.

Mercê das pretensões à assistência hospitalar, a Mesa da Santa Casa, decretou, pelo Compromisso de 1877, o seguinte: que só podem ser admitidos no hospital doentes pobres e com moléstias e ferimentos que não possam ser tratados senão com dieta e de cama; que não podem ser admitidos, ainda que sejam pobres, os doentes de moléstias

(19) *Acórdãos*, 1832, fol. 16.
(20) *Compromisso* de 1856.
(21) *Acórdãos*, 1832, fol. 66 v.
(22) *Idem*, fol. 89.

incuráveis, homem ou mulher casada afectada de moléstia sifilítica, os doentes de tinha, e os doentes sem gravidade que podem ser tratados em suas casas ou no Banco. Também não podem ser admitidos no hospital: os militares, os alienados não pacíficos, e os pacíficos em quartos particulares, os estrangeiros fora de perigo de vida.

Ficou determinado que a admissão dos doentes se fizesse, diàriamente, pela manhã, logo que o médico tivesse feito a visita ao hospital, e nos casos urgentes todo o dia, e apenas se admitirá o número de doentes, correspondente à receita presuntiva de cada mês, excepto em casos de epidemia, de desastre ou outros em que a caridade e a humanidade reclamam pronto socorro. Evidente que têm preferência os irmãos pobres da confraria, os doentes de maior gravidade e, em igualdade de moléstias, os que são chefes de família, ou os mais pobres [23].

Em 1884, a Santa Casa só pôde admitir 6 doentes, e em 1889 apenas 4, mas em 1891 volta a receber 6, e assim se mantém até 1894 que permite a entrada de 8, e com este número, a Santa Casa se aguenta até ao ano de 1906 que pôde manter a média diária de 12 [24]. 12 doentes foi a média diária até ao ano de 1926, porque, neste ano, foi fixado em 18 o número de doentes pobres a serem tratados gratuitamente no hospital [25]. Em 1931, por motivo de obras no hospital, declarou a Mesa só poder receber 14 doentes pobres, devendo as duas últimas vagas ser preenchidas pelos doentes de urgente gravidade, de forma a haver possibilidade a qualquer caso de absoluta gravidade.

(23) *Compromisso* de 1877, pág. 39.
(24) *Actas*, 1884, fol. 2, 28, 56 v, 70, 80 v, 92 v, 105 v, 115 v, 128 v, — *C. Corr.* 1894-1923, fol. 62 — *Actas*,, 1903, fol. 33 v.
(25) *Actas*, 1907-1919, fol. 46, 55, 69, 85, 115 v, 140 — *Actas*, 1919-1932, fol. 11, 19, 52, 61.

A 4 de Junho de 1932, aprova-se o Regulamento Geral da Santa Casa. Neste Regulamento, reeditam-se as condições que devem ter os pretendentes pobres à assistência hospitalar, excluindo os de fora do concelho de Bragança, a não ser que as respectivas câmaras municipais, Assistência Pública ou qualquer entidade se responsabilizem pelas despesas feitas.

Este Regulamento também exclue definitivamente os membros das associações que concedem aos sócios doentes subsídios que os habilitem a tratar-se nos seus domicílios, os militares a não ser como pensionistas, e os pobres do concelho que ultrapassem o número máximo dos doentes que a Misericórdia pode socorrer. Exclui provisòriamente, enquanto as circunstâncias o não permitirem, as crianças até aos 7 anos, as mães acompanhadas dos filhos [26].

Com a fundação e ampliação do novo hospital, o número de doentes pobres aumentou. Em 1934, resolveu-se fixar em 22 o número de doentes pobres. Dali a 2 anos, em 1936, o número fixado foi de 24. 12 homens e 12 mulheres foi o número determinado em 1938. Baixou a 16 o número de doentes, em 1939, e em 17 de Outubro de 1944, em sessão conjunta da Mesa e Corpo Clínico, ficou assente: fixar estes números — na enfermaria de homens 12 pobres e mais 6 na enfermaria clínica cirúrgica; na enfermaria mixta para mulheres 10 pobres, e 4 na enfermaria de ginecologia e partos [27].

É da índole da Santa Casa da Misericórdia, que dêm, na medida das suas possibilidades, os doentes alguma coisa. Embora raros estes casos, pelo pavor que inspirava a assistência hospitalar, mais pelo apego â família que ao tratamento feito aos doentes, algumas vezes os doentes deram as suas esmolas e outras vezes lhe deixaram o que tinham, como prova de gratidão. Ainda em 1849, um espanhol Simão Garcia deixou uma casa que tinha na Vila à Misericórdia, como lembrança e agradecimento pelo bem que o tinha tratado. Como este caso, outros se teriam dado em tempos anteriores.

(26) *Regulamento geral* de 1932, pág. 12.
(27) *Actas*, n. 16, fol. 25 v, 53 v, 104, 126 v — *Actas*, n. 17, fol. 56 v.

Vem isto a geito de dizer que é da natureza da Santa Casa receber, sem prejuízo dos pobres, doentes pensionistas.

Em 1852, estiveram dois pensionistas que pagavam 160 reis diários [28] e tanto o Compromisso de 1856 como o de 1877 dizem ser da competência da Mesa taxar os preços dos doentes que, tendo meios de subsistência, quiserem ser tratados no hospital [29] e o Regulamento Geral de 1932 diz que «a aceitação dos doentes que quiserem tratar-se em quartos particulares no hospital, será feita pelo Provedor, precedendo informação do facultativo» [30].

A diária, em 1891, passou a ser de 300 reis; em 1897 de 400 reis; em 1893 fixou-se entre 300 reis e 600 [31]. Em 30 anos que tantos vão de 1863 a 1893, houve 16 com ausência total de pensionistas. E nestes 30 anos, sendo a renda total dos pensionistas 443.995 reis, a média anual foi de 14.766 reis.

De 1894 a 1918 vão 25 anos, nos quais houve 10 pensionistas. O rendimento foi de 566.035 reis, o que dá a média anual de 22.641 reis.

De 1919 a 1932 (14 anos) os pensionistas deram à

(28) *1845*, fol. 50.
(29) *Compromisso* de 1856 — *Compromisso* de 1877, pág. 16.
(30) *Compromisso* de 1877.
(31) *Actas*, 1884, fol. 56 v, 20 v, 128 v.

Santa Casa 53.043 escudos, o que representa a renda anual de 3.788 escudos. Mais ainda: a contribuição média durante 3 anos foi de 6.518 escudos, porque o total destes três anos foi de 19.554 escudos.

Assombrosa a média anual de 1940 a 1945: — 95.467 escudos porque os pensionistas entraram com a receita seis vezes maior.

A 4 de Julho de 1920, acordou a Mesa da Santa Casa fixar em 1.500 reis a diária dos doentes pensionistas com direito a dieta do hospital, assistência médica, enfermagem e medicamentos, e em 2.000 reis o subsídio a pagar pelos doentes que desejassem tratar-se em quarto particular, com direitos iguais aos outros. Fez-se isto, em consideração da alta dos preços. Mas os preços estavam mais altos, em 1921. Resultado foi fixar a taxa de 2 escudos para os pensionistas, tratados na enfermaria comum, e 3 escudos, para os de quarto particular.

Maior alta de preços, em 1925. Consequência? 10 escudos para os da enfermaria geral, e 15 escudos para os de quartos particulares [32].

Continuou a alta dos preços em 1931. A Mesa da Santa Casa viu-se obrigada a aumentar dez por cento nas diárias e trinta por cento sobre a percentagem hospitalar de operações cirúrgicas, destinando estes acréscimos ao pessoal do hospital — enfermeiro, serventes e cosinheira — atendendo à pequenez dos seus vencimentos [33].

O Regulamento Geral de 1932 divide em três classes os doentes pensionistas: de primeira em quarto de primeira com a pensão diária de 20 escudos; de segunda com pensão de 15 escudos; e de terceira com a diária de 10 escudos. Mas no preço da pensão não está incluída a assistência médica, nem os serviços cirúrgicos, nem, para os de primeira e segunda classes, a importância dos medicamentos [34].

(32) *Actas*, 1919-1932, fol. 5 v, 11, 19, 52 v.
(33) *Idem*, fol. 119.

Para os pensionistas de primeira classe, foi elevada, em 8 de Abril de 1936, a diária de 20 escudos a 25; e 17 de Maio de 1943, subiram todas as taxas dos pensionistas, e desta maneira: primeira classe, a 30 escudos; segunda classe, a 22,50 escudos; e terceira classe, a 15 escudos.

Mas não parou aqui a ascensão dos preços. Em 20 de Maio de 1946, resolveu-se que, a partir de 1 de Junho imediato, a taxa das diárias seja a seguinte: — primeira classe — 40 escudos; segunda classe — 35 escudos; terceira classe — 30 escudos [35].

Veja-se agora o movimento dos pensionistas desde 1925 a 1944. Parte-se de 11 em 1925, chega-se a 36 em 1931, a 57 em 1939, a 593 em 1944. Em face dos algarismos da escrita da Santa Casa, vê-se que desde 1925 a 1944 inclusive, passaram pelo hospital 2.587 pensionistas, o que representa imenso, se atendermos à pequenez das nossas instalações hospitalares.

(34) *Regulamento Geral* de 1932 — pág. 22.
(35) *Actas*, n. 16, fol. 62, 85 v.